



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CARLOS FAGNER PEREIRA PIRES

**O PERCURSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE PESCADORAS E
PESCADORES ARTESANAIS NA EJA DO PONTAL –
MARATAÍZES/ES – 2014 – 2019**

**Vitória
2023**



Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

CARLOS FAGNER PEREIRA PIRES

**O PERCURSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE PESCADORAS E
PESCADORES ARTESANAIS NA EJA DO PONTAL –
MARATAÍZES/ES – 2014 – 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, na Linha de Pesquisa em Educação, Formação Humana e Políticas Públicas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Edna Castro de Oliveira

**Vitória
2023**



Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

P667p Pires, Carlos Fagner, 1980-
O PERCURSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE PESCADORAS E
PESCADORES ARTESANAIS NA EJA DO PONTAL –
MARATAÍZES/ES – 2014 – 2019 / CARLOS FAGNER PIRES. -
2023.
137 F. : IL.

Orientadora: Profa. Dra. Edna castro de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Escolarização. 3.
Pescadoras/es artesanais. 4. Trabalho. 5. Natureza. I.

Oliveira, Profa. Dra. Edna castro de. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRIO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CARLOS FAGNER PEREIRA PIRES

O PERCURSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE PESCADORAS E PESCADORES
ARTESANAIS NA EJA DO PONTAL – MARATAÍZES/ES – 2014 – 2019

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Educação da Universidade Federal do
Espírito Santo como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Edna Castro de Oliveira

Universidade Federal do Espírito Santo (Presidente)

Professora Doutora Silvana Ventrím

Universidade Federal do Espírito Santo (Membro)

Professor Doutor Aldo Rezende

Instituto Federal do Espírito Santo – ProfEPT – Ifes (Membro externo)

Ao meu irmão querido,
Leonardo Pereira Pires.
Saudades eternas! A minha
mãe e avó Lindoneza e minha
tia, Maria Nilza, que sempre
cuidaram de mim, com muito
carinho.

AGRADECIMENTOS

“[...] existem momentos inesquecíveis, coisas
inesquecíveis e pessoas inesquecíveis.”
(Fernando Pessoa)

São para pessoas e momentos inesquecíveis que quero dirigir meu agradecimento e reconhecimento.

Ainda não havia pensado nas maneiras de expressar meu agradecimento. Então, comecei a agradecer de coração e fluiu.

Cada pessoa a agradecer mereceu de mim um pensamento, um movimento que, por mais perfeito que fosse, não seria suficiente para expressar minha gratidão.

São para essas pessoas e momentos inesquecíveis que eu quero oferecer meu agradecimento e reconhecimento.

Ao Meu Senhor, Deus da vida, por minha existência e pelos caminhos que me ofereceu a escolher.

À minha família, pelo incentivo, apoio, paciência e crença nos meus ideais. A minha mãe, Erilda, que sempre me incentivou a buscar os objetivos da vida, e ao pai guerreiro, Carlos, atores desse estudo e que me proporcionaram sempre o melhor.

Agradeço a minha esposa, Danielle, que sempre me apoiou e deu força na minha realização profissional. Aos meus filhos, Marcus, Vinicius, Isadora. A minha enteada, Raphaella. Aos meus primos - irmãos, Cleber e Lisandra, que sempre me deram força e me guiaram nessa jornada. A meu avô, Antônio.

A Professora Edna Castro de Oliveira, pessoa que será, para mim, inesquecível, pelos ensinamentos, orientações, confiança, generosa amizade, incentivo, paciência, perseverança e carinho.

A Universidade Federal do Espírito Santo, por “abrir as portas da Universidade” para esse humilde trabalhador; pelo apoio, principalmente por meio das oportunidades de estudo, pesquisa e crescimento. Aos professores Marcelo Lima, Vânia Araújo, Robson Loureiro, Tânia Mara Z. G. F. Delboni, Sandra Kretli da Silva, Eliza Bartolozzi e Vagner dos Santos.

Agradeço, também, aos colegas que fazem parte de minha trajetória de vida no programa do Mestrado, do Grupo de Pesquisa e do Fórum EJA: Dalva, Geovana, Fabian, Karla, Ivan, Fernanda, Monnique, Tatiana Oliveira, Tatiana Santana, Talita, Maria José, Lucilo, Aldo, Jussara, Fátima. Sempre proporcionando meu pertencimento ao grupo, me ensinando, compartilhando e vivendo sonhos, esperanças e ideais. A essas pessoas, meu eterno agradecimento.

Existem aquelas cujo companheirismo no trabalho muito contribuíram para o estudo, dentre elas: Vagner, Margareth, Claudia, Janaína. Agradeço aos colegas professores e professoras das escolas José Marcelino, Maria da Glória Nunes Nemer e “Domingos José Martins, onde o estudo foi desenvolvido, por contribuir de maneira direta na realização do mesmo.

Por fim, e de maneira especial, quero revelar o quanto será inesquecível o lugar e o tempo da pesquisa. Por isso, meu agradecimento e reconhecimento profundo aos trabalhadores/as da pesca artesanal do Pontal (pescadoras e pescadores), coletivo para quem este estudo se voltou e para quem o dedicamos.

“A escola não transforma a realidade,
mas pode ajudar a formar os sujeitos
capazes de fazer transformação,
da sociedade,
do mundo,
de si mesmos.”
(Paulo Freire)

RESUMO

Este estudo tem como tema “A escolarização de pescadoras e pescadores artesanais na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo em vista a baixa escolaridade desse grupo”. Teve como objetivo analisar o percurso de escolarização de estudantes trabalhadores/as, em especial, do segmento da pesca artesanal que busca o atendimento na (EJA) do Pontal, Maratáizes/ES, no período 2014 – 2019. Partiu-se da hipótese de que o processo de escolarização das/os pescadoras/es artesanais tem sido comprometido pela desvalorização de seus conhecimentos e experiências pela escola e pela dissociação dos conteúdos curriculares da produção da vida desses sujeitos no trabalho com a pesca, bem como pela interlocução dos mesmos com o Seguro Desemprego Pescador Artesanal (SDPA). Como opção teórica, explora a relação entre as categorias trabalho, natureza e educação, subsidiada pelo pensamento de Marx, Marx e Engels, Antunes, Freire, Saviani e Nosella, destacando essas categorias como fundantes na constituição do ser humano, na sua interação com a natureza, evidenciando o trabalho como princípio educativo em suas dimensões histórica e ontológica. De natureza qualitativa, mediada pela pesquisa participante e pela pesquisa documental, esta investigação operou no trabalho de campo com o levantamento de fontes primárias e secundárias e com os seguintes instrumentos e técnicas de coleta e produção de dados: questionários, observação participante, diário de bordo e rodas de conversa. Constituíram-se como sujeitos da pesquisa 15 profissionais da educação que atuam na EJA, 11 estudantes pescadoras e pescadores artesanais e 22 pescadoras/es artesanais que moram na comunidade pesqueira do Pontal. Os resultados colocam em questão a hipótese inicial, uma vez que evidenciam que o trabalho com as atividades da pesca, que leva à interrupção do percurso, pelos sujeitos, tem sido o principal obstáculo à escolarização das pescadoras/es artesanais. Revelam também que o fechamento de turmas e turno da EJA no município constitui obstáculo no percurso escolar desses estudantes, caracterizando assim a negação do direito à educação por parte do poder público. São ainda indicados como obstáculos à escolarização a questão da gravidez precoce e do casamento, sendo que a escola desconsidera as experiências, conhecimentos e saberes desses sujeitos em suas práticas curriculares. Em relação ao SDPA, os resultados indicam que embora o programa envolva estudantes e membros da comunidade como beneficiários, esse não se mostra como obstáculo à escolarização das pescadoras/pescadores artesanais.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos; Escolarização; Pescadoras/es artesanais; Trabalho; Natureza.

ABSTRACT

This study has as its topic “The schooling of artisanal fisherwomen and fishermen in the Youth and Adult Education (EJA) with emphasis on the access, permanence and completion of Basic Education”, due to the low level of school education of this group. It aimed to analyze the schooling path of working students, in particular, from the artisanal fishing segment who seek assistance in the (EJA) of Pontal, Maratáizes/ES in the period of 2014-2019. The hypothesis is that the schooling process of artisanal fisherwomen/men has been compromised by the devaluation of their knowledge and experiences by the school and by the dissociation of curricular contents with the production of the lives of these subjects in their fishing job, as well as their relation with the Insurance Artisanal Fisherman Unemployment (SDPA). As a theoretical option, it explores the relationship among the categories of work, education and nature, supported by the thought of Marx, Marx and Engels, Antunes, Freire, Saviani, Nosella, putting into evidence these categories as fundamental in the constitution of the human being, in his interaction with nature, highlighting work as an educational principle. This qualitative research, mediated by participant research and documentary research, used these following instruments and techniques for data collection and production: primary and secondary sources, questionnaires, participant observation, field diary and sharing circles. The research subjects were 15 Youth and Adult Education professionals, 11 artisanal fisherwomen and fishermen students and 22 artisanal fisherwomen/men who live in Pontal’s fishing community. The results put into question the initial hypothesis, since they show that working with fishing activities, leads to the participants’ interruption of the education process, being the main obstacle to the schooling of artisanal fisherwomen/men. They also reveal that the closure of EJA classes and period of the day offering by the municipality constitutes an obstacle in the school path of these students, thus characterizing the denial of the right to education by the public authorities. Pregnancy and marriage are also mentioned as obstacles to schooling. Regarding the SDPA, the results indicate that, although the program involves students and community members as beneficiaries, it does not appear to be an obstacle to the schooling of artisanal fishermen/fishermen.

Keywords: Youth and Adult Education; Schooling; Artisan Fisherwomen/men; Work; Nature.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM – Estado do Amazonas

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BA – Estado da Bahia

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação

CEB – Câmara de Educação Básica

CERTIFIC – Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

CF – Constituição Federal

CNE – Conselho nacional de educação

CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos

DF – Distrito Federal

EAD – Educação a Distância

EC – Emenda Constitucional

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEFM – Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio

ES – Estado do Espírito Santo

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FICAE – Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente

FIC – Fundo de Investimentos em Cotas

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

GT 18 – Grupo de Trabalho – Educação de pessoas Jovens e Adultos – ANPEd

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MPA – Ministério da Pesca e Agricultura

PIB – Produto Interno Bruto

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNA – Política Nacional de Alfabetização

PNE – Plano Nacional de Educação

PP – Políticas Públicas

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

REGP – Programa de Geração de Emprego Rural

RETEC – Revista de Tecnologia

RJ – Estado do Rio de Janeiro

RO – Estado de Roraima

RS – Estado do Rio Grande do Sul

SDPA – Seguro Desemprego Pescador Artesanal

SECAP – Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Marataízes

SESI – Serviço Social da Indústria

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade de Brasília

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa territorial do Espírito Santo.	42
Figura 2 – Mapa do Pontal - Marataízes.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Interlocutores da pesquisa.....	36
Quadro 2 – Etapas percorridas durante a Pesquisa.....	38
Quadro 3 – Trabalhos que exploram escolarização na EJA / pescadoras/es artesanais e o SDPA.....	46
Quadro 4 – Perfil dos profissionais da educação que atuam na EJA Fundamental e Médio/Marataízes 2022.....	88
Quadro 5 – Perfil dos estudantes pescadoras/es artesanais que frequentam a EJA	96
Quadro 6 – Perfil das pescadoras/es nas rodas de conversa.	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade média de anos de estudos.	23
Gráfico 2 – Percentual e total de população de 16 a 85 anos de idade sem o ensino fundamental completo, Brasil (2012-2021).....	25
Gráfico 3 – Percentual e total da população de 19 a 85 anos de idade sem o ensino médio completo, Brasil (2012-2021).....	26
Gráfico 4 – Evolução dos Gastos Federais com a EJA (R\$ MI de 2020).	27
Gráfico 5 – Gastos do seguro-desemprego por modalidade – entre 2001 e 2018. ...	58
Gráfico 6 – Pescadores Artesanais: Inscritos no RGP; beneficiários do SDPA; profissionais pelo IBGE (em milhares).	60
Gráfico 7 – Quanto tempo trabalha na EJA?.....	90
Gráfico 8 – Como considera o percurso de escolarização dos estudantes Pescadoras/es artesanais na Escola?	94
Gráfico 9 – Obstáculos à escolarização de estudantes Pescadoras/es.	97
Gráfico 10 – Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução no Brasil (%).	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Movimento de escolha de descritores.....	44
Tabela 2 – Número de turmas e matrículas (EJA-Ensino Fundamental e EJA Ensino Médio-Brasil, 2014-2019).	83
Tabela 3 – Número de turmas na EJA – Ensino Fundamental e Médio em Marataízes/ES – EMEF José Marcelino / EEEFM Domingos José Martins (2014 a 2019).	84
Tabela 4 – Olhar dos estudantes pescadoras/es sobre a escola.....	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 CONSTITUIÇÃO DO CAMPO PROBLEMÁTICO	22
1.1 POLÍTICA PÚBLICA EM DIÁLOGO COM O OBJETO DE ESTUDO	30
1.2 O PROBLEMA E OS OBJETIVOS	33
1.3 O PERCURSO METODOLÓGICO	34
1.3.1 Sujeitos da Pesquisa	35
1.3.2 Etapas percorridas no desenvolvimento da Pesquisa	37
1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO <i>LOCUS</i> DE PESQUISA	41
2 REVISITANDO A LITERATURA	44
2.1 UM OLHAR SOBRE OS RESULTADOS DAS PESQUISAS	48
3 INTERLOCUÇÕES: TRABALHO – NATUREZA – EDUCAÇÃO	63
4 A ESCOLARIZAÇÃO DAS PESCADORAS/ES ARTESANAIS DO PONTAL NA EJA NO MUNICÍPIO DE MARATAÍZES	80
4.1 A NEGAÇÃO DO DIREITO NO PERCURSO DE ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EJA PESCADORAS/ES ARTESANAIS DO PONTAL	80
4.2 VALORIZAÇÃO/DESVALORIZAÇÃO DOS SABERES E CULTURA DE PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS PELA ESCOLA	87
4.3 O OLHAR DE ESTUDANTES PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS SOBRE AS RELAÇÕES TRABALHO E EDUCAÇÃO	95
4.4 “REDES” DE DIÁLOGOS”: A VISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES NA COMUNIDADE PESQUEIRA DO PONTAL EM CONTRAPOSIÇÃO À SUA DESVALORIZAÇÃO	101
4.5 PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS: COMO VEEM O SDPA	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICES	127

INTRODUÇÃO

A pesquisa em foco tem como temática “A escolarização de pescadoras/es¹ artesanais na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da comunidade do Pontal - Marataízes/ ES, no período 2014 – 2019² Pontal. Busca-se compreender a relação da escolarização das pescadoras/es artesanais na EJA no município, no que se refere ao acesso, permanência e conclusão da Educação Básica. A razão para o envolvimento com esta temática dá-se pelo meu pertencimento a este coletivo, em função de minhas origens. Como filho de pescadores, passei a ter um olhar diferenciado para com os sujeitos participantes deste estudo. São os trabalhadores/as que se propõem, a partir da atividade pesqueira, a se constituir como seres visíveis à sociedade.

Minha relação com esses sujeitos passa, então, a se estreitar a partir do abarcamento do trabalho docente com os pecadores/as, quando passei a ministrar a disciplina de Geografia na modalidade da EJA, a partir de 2004, na Escola Estadual José Marcelino, na Barra, distrito de Marataízes. Naquela época, deparei-me, pela primeira vez, com discentes pescadoras/es vindos da comunidade do Pontal, em sua maioria não muito jovens, com idade superior a 30 anos, diferentemente do que se observa atualmente na configuração da EJA, que vem recebendo, cada vez mais, uma população jovem (MACHADO, 2019; REINHOLTZ, 2019; ZORZAL, 2015).

Assim, a instigação para o estudo desta temática dá-se por essa ligação há mais de uma década, trabalhando na EJA em outras comunidades pesqueiras do Espírito Santo e Norte Fluminense (Estado do Rio de Janeiro), onde sou professor desde 2005, passando a ser provocado a estudar o tema a partir de 2017. Este coletivo que instigou o nosso interesse de estudo é composto por indivíduos estigmatizados em função de sua baixa escolaridade (ALENCAR; MAIA, 2006), fruto de diversos condicionantes que vêm dificultando, a esses sujeitos, a conclusão da educação básica o que, conseqüentemente, acaba por comprometer os seus percursos de escolarização.

¹ Sinalizamos que a escrita indica, primeiramente, o gênero feminino (pescadoras e pescadores). Foi opção, uma vez que as mulheres são a maioria como sujeitos deste estudo.

² O recorte temporal de 2014 – 2019 fez-se na pesquisa documental das fontes primárias e secundárias. Já as atividades de levantamento dos dados, aplicação dos questionários e das rodas de conversa com os profissionais da educação que atuam na EJA no Município de Marataízes e com os estudantes pescadoras/es artesanais da comunidade do Pontal foram desenvolvidas em 2022, devido ao contexto da Pandemia da COVID 19, em condições de acesso mais favorável ao trabalho de campo.

Isso me levou a investigar o que acontece no percurso desses sujeitos na relação com a escola, seus vínculos com o trabalho da pesca e com o benefício do SDPA.

Partimos da hipótese de que o processo de escolarização dos/as pescadoras/es artesanais tem sido comprometido pela desvalorização de seus conhecimentos e experiências pela escola e pela dissociação dos conteúdos curriculares com a produção da vida desses sujeitos no trabalho com a pesca.

Como pesquisa qualitativa, tal como explicitada por Minayo (2002, p. 21-22), buscou-se “[responder] questões particulares”, além de “[...] trabalhar com um universo de significados” que traduz bem a relação com os sujeitos deste estudo. A opção metodológica foi pela pesquisa participante (BRANDÃO, 1987) que considera relevante não somente a população envolvida, como também a presença de quem está pesquisando. A pesquisa documental (GIL, 2008) compôs, também, a metodologia. Para tanto, contamos com o acesso à Plataforma de Dados Educacionais da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e às fontes primárias, como fichas de matrículas dos estudantes de duas Escolas que ofertam a EJA (Municipal e Estadual) no município, além de atas dos conselhos durante o período investigado, bem como às fichas cadastrais das/os pescadoras/es em associações da categoria³. Lançamos mão, ainda, de outros instrumentos para coleta de dados: questionários, diário de bordo e as rodas de conversa em diferentes contextos, conforme veremos.

Nosso trabalho nos remete à interlocução de três categorias principais, trabalho – educação – natureza, bem como à busca de aprofundamento dessas categorias, a partir do pensamento de Marx (1985); Marx e Engels (1999, 2004), Freire (1987), Saviani (1999, 2007), Nosella (2007), Antunes (1999, 2004, 2010, 2020), dentre outros que dialogam entre si. Por sua vez, o debate teórico entre os autores nos permite estabelecer conexões com as condições de vida e trabalho das/os pescadoras/es artesanais e seus modos de produção de existência, na relação com a natureza e com os processos educativos fora da escola, e como a escola lida com as experiências e o conhecimento desses sujeitos em seus processos de formação.

O texto está organizado em quatro capítulos, para além desta introdução. O primeiro, intitulado “Constituição do campo problemático”, aborda a discussão em torno das questões que me levaram a investigar o percurso de escolarização das/os

³ As associações de pescadoras/es não deram consentimento para liberação de seus nomes.

pescadoras/es artesanais” na Educação Básica. Sinalizo minha trajetória de pertencimento a esse coletivo, bem como meu envolvimento docente com os coletivos das escolas e da comunidade de pescadoras/es do Pontal – Marataízes/ES, assim como a constituição do objeto de pesquisa, sua problematização e objetivos. Explicito, ainda, neste capítulo, o percurso metodológico, reflexões que envolvem a pesquisa qualitativa, de cunho participante, a partir de seus instrumentos de investigação. Destaco, também, a importância do *locus* da pesquisa na formação histórico-cultural e socioeconômica da comunidade formada pelas/os pescadoras/es artesanais do Pontal.

O segundo capítulo, “Revisitando a literatura”, apresenta o levantamento, leitura e análise de produções acadêmicas, tais como dissertações, teses (Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES), artigos e capítulos de livros que se aproximam da temática levantada e que nos permitiram situar lacunas como sugere Mainardes (2015). De modo geral, na maioria dos estudos, não há um olhar que focalize a relação da escolarização de pescadores/as artesanais enquanto beneficiários do SDPA, ênfase que buscávamos inicialmente na proposição inicial da pesquisa e as implicações desse programa no processo educativo dos mesmos.

No terceiro capítulo, “Interloquções entre trabalho – educação - natureza”, é explorada a base teórica que busca interloquções entre o pensamento de autores como Marx (1982, 1985, 2004, 2009), Marx e Engels (1999, 2004) Freire (1981, 1987), Saviani (1999, 2007) e Antunes (2004), destacando estas categorias como fundantes na constituição do ser humano, na sua interação com a natureza evidenciando o trabalho como princípio educativo reafirmando o trabalho como “vital” para a existência do ser humano. Na relação com a natureza, ele constrói as possibilidades de sua sobrevivência (ANTUNES, 2004; MARX, 1996) e, na interlocação com a educação, pode transformar o mundo e a cultura humana (FREIRE, 1981; SAVIANI, 2007). Com essa ênfase, sinalizamos a importância de uma escola que não dissocie o trabalho manual do trabalho intelectual.

No quarto e último capítulo, “A escolarização de pescadores/as artesanais da EJA em Marataízes/ ES”, buscamos, a partir da base teórica, na interlocação com a análise documental e com os dados empíricos, analisar como vem se constituindo a escolarização dos sujeitos. Dividido em 4 seções, este capítulo destaca-se pelas análises e interpretações: dos dados da pesquisa documental, dos questionários, do

diário de bordo, das rodas de conversas com os sujeitos da pesquisa. Na primeira seção, discorremos sobre a verificação e discussão dos dados decorrentes da pesquisa documental da Plataforma de Dados Educacionais da UFPR e dos documentos das escolas. Na segunda seção, numa perspectiva reflexiva, tem-se uma leitura dos resultados dos diálogos (questionários e depoimentos das Rodas de conversas) com 15 profissionais da educação que atuam na EJA em Maratáizes, que atendem aos sujeitos da pesquisa. Na terceira seção, apresentamos os dados dos questionários e da roda de conversa com 11 estudantes pescadoras/es do Pontal que frequentam a EJA. Ainda neste mesmo item, buscou-se envolver a comunidade na análise de sua própria realidade, com a participação de 22 moradores da comunidade pesqueira do Pontal, Maratáizes, que não frequentam mais a escola. Como parte da rede de diálogo com a comunidade, ganha força um trato específico do trabalho da mulher no cotidiano da comunidade pesqueira. Na quarta e última seção, discute-se a interlocução entre os sujeitos envolvidos na pesquisa, como beneficiários do SDPA e suas relações com o programa.

A relevância dessa investigação evidencia-se pelo fato de focalizar um segmento da população que integra trabalhadoras/es com baixa escolaridade, que são as pescadoras/es artesanais. De acordo com dados da PNAD Contínua 2019, nas últimas décadas, o número de indivíduos que vivem e moram em comunidades pesqueiras e que não concluíram a educação básica é alto. Daí a importância de pesquisas que se voltem para estudar o que acontece no percurso de escolarização desses sujeitos na EJA.

Este estudo apresenta possíveis contribuições que buscam dar visibilidade a esse segmento da população que vem sendo excluído do exercício do direito à educação e realçar a importância não apenas de seu acesso à escola, mas da permanência e da conclusão na EJA, em específico, nas comunidades pesqueiras. Essa situação de exclusão está associada ao labor, ao casamento precoce, à dificuldade de conciliar as atividades ligadas à pesca e à escola e, por último, e não menos importante, a não flexibilidade do currículo escolar ao desconsiderar os saberes tradicionais que os pescadores/as artesanais carregam e que constitui seus modos de produção de vida, culturas e tradições.

1 CONSTITUIÇÃO DO CAMPO PROBLEMÁTICO

Como já mencionado, este estudo buscou compreender o processo de escolarização de estudantes trabalhadores/as brasileiros/as, em especial, do segmento da pesca artesanal que buscam o atendimento na EJA. No envolvimento docente com este grupo, fui instigado a estudar essa temática, buscando conhecer o que já se tem de produção na literatura acadêmica, que pudesse dialogar com a investigação sobre o percurso de escolarização de estudantes pescadoras/es artesanais na EJA.

Como professor da educação básica há cerca de 20 anos, passei por formação docente em instituição de ensino superior privada, tendo obtido habilitação em Ciências Sociais. Atuei como participante na criação da associação de moradores do bairro onde nasci e moro, onde eram realizados programas sociais, bem como o pré-vestibular social, na formação da associação de professores/as no Município de Marataízes e como membro da Associação de Pescadores do Município. Com o ingresso no Mestrado em Educação, pelo PPGE, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em 2020, e a integração ao Grupo de Pesquisa⁴ e ao Fórum EJA/ES, fui levado a exercitar minha atuação com a prática da pesquisa.

Venho trabalhando com a EJA por mais de 14 anos nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Minha aproximação da temática se dá pelo pertencimento a uma comunidade pesqueira no mesmo município, como filho de pescador artesanal aposentado e de ex-pescadora artesanal. Minha mãe frequentou a EJA no ensino fundamental e médio, alcançando o ensino superior pela Educação à Distância (EAD), com consequente inserção profissional como professora e pedagoga nas redes municipal e estadual. Sua experiência na EJA me fez passar a entender essa modalidade de ensino como cheia de possibilidades e, ao mesmo tempo, cercada de complexidade.

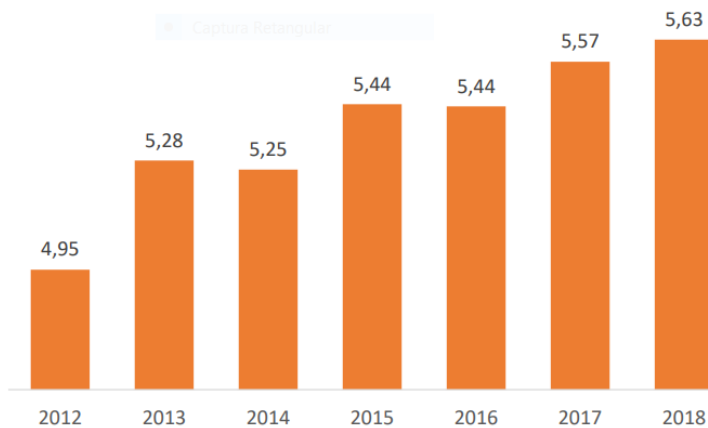
Com esse pertencimento, passei a observar as dificuldades enfrentadas por sujeitos pescadoras/es artesanais no seu ingresso e permanência na escola, razão pela qual

⁴ A proposta de pesquisa ora apresentada vincula-se ao projeto “Políticas e práticas na educação de jovens e adultos: entrelaçando identidades e diferentes dimensões de integração” coordenado pela Prof.^a Dr.^a Edna Castro de Oliveira, bem como ao grupo de pesquisa do CNPQ “Educação de jovens e adultos e educação profissional na cidade e no campo”.

ingressei no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), junto à linha de Pesquisa Educação, Formação Humana e Políticas Públicas.

Uma característica do grupo de pescadores/as artesanais é a baixa escolaridade, como já mencionado. Nas últimas décadas, o número de indivíduos que vivem e moram em comunidades pesqueiras e que não concluíram a educação básica é alto. Embora, de 2012 a 2018, a escolarização desse grupo tenha aumentado cerca de 0,68, a média de anos de estudos é menor do que a média de anos de estudo da população brasileira, o que leva os sujeitos a integrar o segmento daqueles que não concluíram o ensino fundamental. Essa realidade contradiz a legislação, que afirma o direito à educação, o qual vem sendo negado aos estudantes das comunidades pesqueiras no Brasil.

Gráfico 1 – Quantidade média de anos de estudos.



Fonte: Brasil (2019).

Alencar e Maia (2006) acrescentam que esses trabalhadores são, em potencial, sujeitos da EJA e muitos já com passagens nessa modalidade de ensino, mas com dificuldades de conciliar o trabalho da pesca com a escola. O fator mais surpreendente é que o governo tem acesso a esses dados, divulga em cadernos de avaliações e relatórios⁵, mas a prática é contraditória, uma vez que impõe, através de resoluções e pareceres, o desmonte da EJA no país, como: o fechamento de turmas e turnos da EJA (PINTO, 2021); a redução drástica do orçamento destinado a EJA nos últimos

⁵ SECAP/AValiação: (Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria). Relatório de Avaliação de Gastos Diretos. Avaliação Executiva do Seguro Defeso. Edição 1 agosto/2019.

nove anos (PINTO, 2021); e o alinhamento da EJA a BNCC através da Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021⁶, dentre outros.

Os estudantes da EJA são, em sua maior parte, jovens, adultos e idosos trabalhadores/as de diferentes segmentos, conforme sinalizados no documento brasileiro à VI CONFINTEA (2009). No entanto, apesar da diversidade dos sujeitos da EJA considerados em documentos oficiais, as/os pescadoras/es artesanais, como parte dos povos tradicionais, ainda constituem um coletivo invisibilizado, o que mostra a relevância da pesquisa ora realizada junto a esses sujeitos, buscando situar seus percursos de escolarização na EJA e as razões que se fazem obstáculos para que se efetive o direito à educação dos mesmos.

A efetivação do direito à educação, em específico na EJA, requer assegurar recursos para o campo das políticas educacionais de modo a atender a demanda potencial da modalidade. No caso deste estudo, é fundamental atender essa demanda.

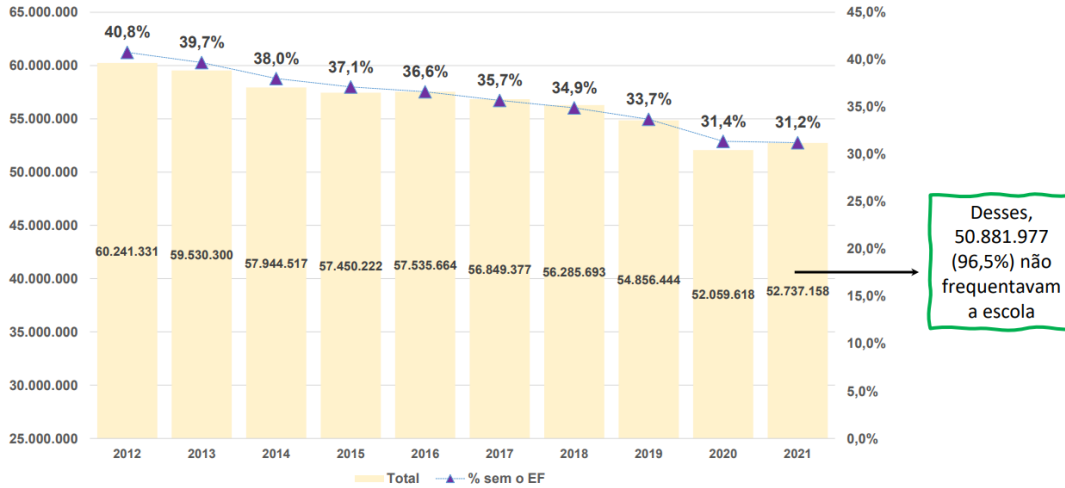
Segundo Santos (2019, p. 14), estudiosos do fenômeno da demanda potencial da EJA no Brasil⁷, a partir de dados do IBGE e PNAD-C, destacam “Três recortes etários e educacionais que se particularizam e se integram: analfabetismo, ensino fundamental incompleto e médio incompleto”. Ao se voltarem para a demanda potencial da alfabetização no Brasil, apontam o percentual da população de 15 a 85 anos de idade que não sabe ler/escrever, entre (2012-2021), destacando a redução dos índices de analfabetismo ao longo da série histórica que, em 2012, era de 8,4%. Embora tenha caído sensivelmente no período, em 2021, entre essa população, 9.893.636 pessoas declararam não saber ler e escrever, o que corresponde a 5,4%. A parcela da

⁶ RESOLUÇÃO Nº 01/2021 DE 25 DE MAIO DE 2021 (*) Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Art. 1º Esta Resolução institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos: I – ao seu alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC); II – à Política Nacional de Alfabetização (PNA); III – à duração dos cursos e à idade mínima para ingresso; IV – à forma de registro de frequência dos cursos, à idade mínima e à certificação para os exames de EJA; V – à Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância (EaD); VI – à oferta com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida; e VII – à flexibilização de oferta, de forma que se compatibilize com a realidade dos estudantes, e o alinhamento da elevação de escolaridade com a qualificação profissional, a serem obrigatoriamente observadas pelos sistemas de ensino, na oferta e na estrutura dos cursos e exames de Ensino Fundamental e Ensino Médio, que se desenvolvem em instituições próprias, integrantes dos Sistemas Públicos de Ensino Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, como também do Sistema Privado (BRASIL, 2021).

⁷ Trabalho encomendado pelo GT 18, apresentado na 40ª Reunião Nacional da ANPed.

população brasileira que não tem o Ensino Fundamental é ainda maior, correspondendo a 31,2% da população entre 16 a 85 anos.

Gráfico 2 – Percentual e total de população de 16 a 85 anos de idade sem o ensino fundamental completo, Brasil (2012-2021).

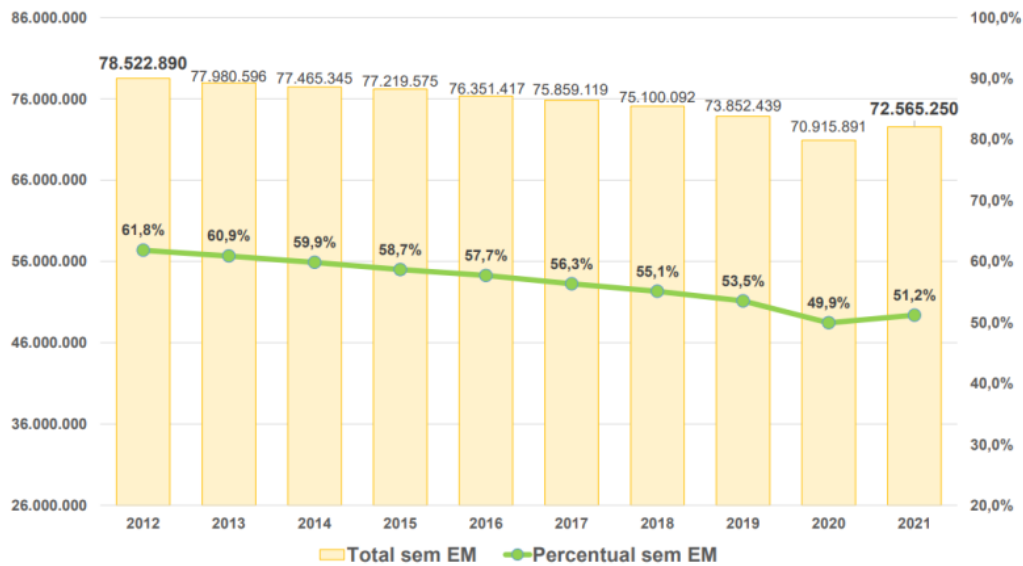


Fonte: Brasil (2019).

Como podemos observar, a redução dos últimos 9 anos foi pequena, e, com isso, atualmente, mais de 50 milhões de brasileiros não têm o ensino fundamental completo.

A situação é pior no ensino médio. Cerca de 51,2% população brasileira entre 19 a 85 anos não tem Ensino Médio completo (ver tabela abaixo) – são mais de 70 milhões de brasileiros, jovens, adultos e idosos, que constituem demanda potencial da EJA. Esse total é maior do que a população absoluta da Colômbia (50,88 milhões), Argentina (45,38 milhões) e Chile (19,12 milhões).

Gráfico 3 – Percentual e total da população de 19 a 85 anos de idade sem o ensino médio completo, Brasil (2012-2021).



Fonte: Brasil (2019).

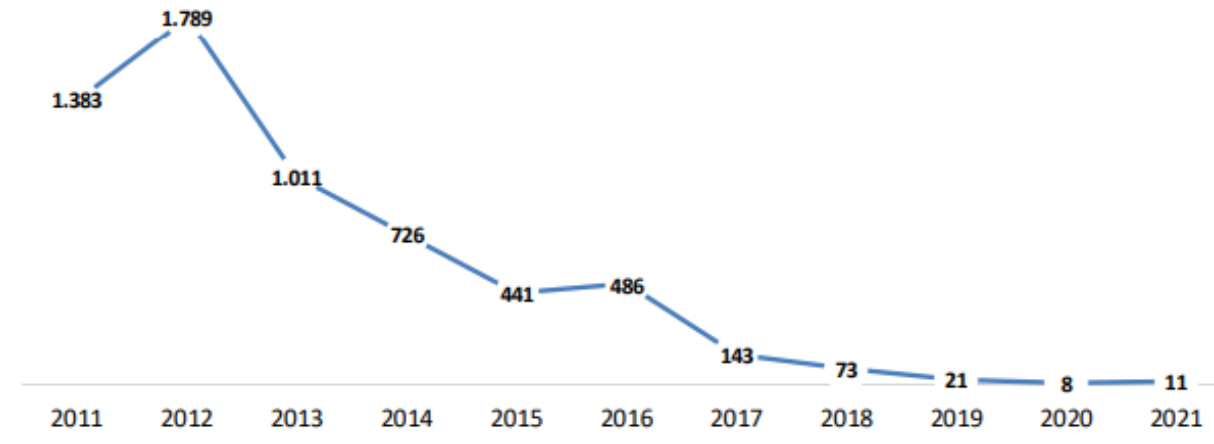
Em cerca de 9 anos, o país apresentou redução em torno de 10% de pessoas com mais de 19 anos que não possuem o Ensino Médio. Fica evidente que os cortes orçamentários, o desemprego, “a precarização do trabalho (uberização) automação” (ANTUNES, 2020, p. 62), dos últimos anos, podem estar contribuindo com a queda pouco significativa no número de pessoas no Brasil com mais de 19 anos que não tem educação básica completa.

Esses dados chamam atenção para a importância de se considerar a demanda potencial da EJA e os desafios da escolarização, entendendo que, em suas diversidades, a modalidade abrange diferentes grupos e segmentos ainda não contemplados neste estudo. No caso específico desta proposta, as/os pescadoras/es artesanais e suas demandas de escolarização.

Apesar dos dados acima considerados, vimos por parte do governo federal, no contexto temporal da pesquisa, o total descaso com relação à educação, em função das restrições orçamentárias impostas pela EC 95/2016. Após o golpe que depôs a Presidenta Dilma, o que se observa é um decréscimo no padrão de investimento nas políticas sociais, em especial, na saúde e na educação. No caso específico, a EJA

tem sido a mais comprometida em termos de recursos, uma vez que, segundo Pinto (2021, p. 11), a previsão para 2021 foi de 11 milhões⁸, conforme figura abaixo.

Gráfico 4 – Evolução dos Gastos Federais com a EJA (R\$ MI de 2020).



Nota: Valores empenhados.

Fonte: Pinto (2021). Valores atualizados pelo IPCA para 12/2020. 2021: PLOA.

Vista, ainda, de forma estigmatizada, em função dos sujeitos que demandam a modalidade tal como reafirmada pelo parecer CNE/CEB Nº. 11/2000 (BRASIL, 2000, p. 5) das Diretrizes Curriculares Nacionais, a EJA

representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas.

Diante dessa constatação, o Estado brasileiro tem o desafio de resgatar um compromisso da sociedade e atuar com vistas à reparação da dívida histórica e promoção da justiça social, fundamentando sua defesa, conforme o referido Parecer (BRASIL, 2000, p. 30), uma vez que a EJA, ao “fazer parte constitutiva da lei de diretrizes e bases, tornou-se modalidade da educação básica e é reconhecida como direito público subjetivo na etapa do Ensino Fundamental. Logo, ela é regular enquanto modalidade de exercício da função reparadora”. Como um marco legal que

⁸ Os maiores cortes deram-se na educação de jovens e adultos (EJA). O valor empenhado foi de R\$ 73 milhões, em 2018. Mas, no ano de 2021, foram só R\$ 11 milhões, uma queda acumulada de 94%, quase a metade do que foi gasto em 2019, início do governo Bolsonaro, e que já tinha sofrido uma drástica redução para R\$ 8 milhões em 2020. Essa rubrica chegou a ultrapassar a casa de R\$ 1. bilhão 789 mil reais, em 2012 (PINTO, 2021).

segue vigente e que aporta as exigências legais a serem observadas na oferta da modalidade, o Parecer CNE/CEB Nº.11/2000 (BRASIL, 2000, p. 22) reafirma que:

A Constituição Federal do Brasil/1988, incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205). Retomado pelo Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos e Idosos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada.

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos e a Resolução CNE/CEB nº 01/2000), que devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino, estabelecem que: como modalidade dessas etapas da Educação Básica, a identidade própria da EJA

considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio (BRASIL, 2000, p. 1).

A partir da observância dessa legislação vigente, destaca-se a ênfase sobre os sujeitos que demandam a EJA e suas particularidades, o que nos faz retomar a consideração da temática deste estudo, que se volta para investigar obstáculos à escolarização de pescadoras e pescadores artesanais na EJA.

As/os trabalhadoras/es da pesca artesanal tecem sua vida nessa atividade, na qual a maioria se inseriu ainda na infância, já realizando atividades ligadas à pesca. Dentre esses, muitos sonharam ser pescador/a e, atraídos pelos mistérios do mar, construíram seus saberes práticos na relação cotidiana com o trabalho, para o qual não dependem dos saberes escolares para mobilizar a atividade pesqueira. Longe da escola, trilham sua existência, organizando informações e construindo conhecimentos com base nas suas vivências ou na reprodução de saberes e fazeres sem respaldo científico.

No movimento de explorar o processo de escolarização desses sujeitos na EJA, é importante destacar as demandas por políticas, em especial, Políticas Públicas Educacionais. A educação costuma ser reivindicada para atender as demandas de cada momento de um governo, situando-se na confluência das políticas públicas e educacionais, colocando-se em diálogo com os debates acadêmicos que ocorrem no campo educacional e socioantropológico.

No caso específico dos sujeitos para quem esta pesquisa se volta, pescadoras/es artesanais, os estudos passam a ganhar maior visibilidade. A partir da década de 1960-1970, a aproximação das ciências sociais com a investigação nas comunidades costeiras do litoral brasileiro (DIEGUES, 1999) vai sinalizando, também, para a sua complexidade.

Esse coletivo, como já referido, vive das atividades pesqueiras e constrói instrumentos que os auxiliam na produção de fontes riquíssimas de alimento. Seus integrantes podem ser vistos de duas maneiras. Segundo documento Brasil (2019, p. 8), o/a pescador/a artesanal pode ser enxergado/a,

[...] sob o prisma trabalhista e sob o prisma previdenciário. Sob o trabalhista, ele pode ser entendido como espécie de [trabalhador] informal, situado no âmbito rural, laborando por conta própria, em mercados não regulados de bens e serviços, sem registro nas instâncias do estado [...] Sob a ótica previdenciária, o pescador artesanal pode ser compreendido como modalidade de segurado especial, que labora essencialmente para a subsistência – e não para a geração de excedente direcionado ao mercado – por meio da mútua colaboração dos membros de seu grupo familiar, com o uso apenas eventual de trabalho de terceiros, como parceiros, por exemplo.

É importante destacar que mais da metade de toda produção de pescado no mundo e no Brasil provem da atividade do/a pescador/a artesanal e sua ação sobre o mar, rio etc. (ABUT; FAO, 2010; EMBRAPA, 2014).

Este coletivo representa não somente grande importância econômica no mundo e no país, mas também na preservação ambiental. São trabalhadoras/es que estão inseridas/os nos rios, lagos, mares e apresentam enorme conhecimentos sobre vegetação, espécies de animais, marés etc. Fazem parte, também, da história, da memória de épocas remotas que vão passando de geração para geração. Culturas, tradições, instrumentos, que mesmo em suas formas rudimentares, vão disseminando conhecimento e educação.

Porém a educação formal para este coletivo não atende a seus anseios (LEMOS; LIMA, 2015), o que ratifica a negação de seus direitos, mesmo que esses sujeitos sejam amparados por lei, conforme LDB 9.394/1996, em seu Art. 3º, ao estabelecer os princípios a partir dos quais o ensino deva ser ministrado quando destaca: (BRASIL, 1996):

a ideia de igualdade de condições de acesso e permanência; a liberdade de ensinar e aprender; gratuidade do ensino público; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Já no PNE (BRASIL, 2014), a partir do que se lê, a meta 8 busca: “Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano. [...] Ainda na Meta 9 propõe: “Elevar a taxa de alfabetização da população maior de 15 (quinze anos) para 94% (noventa e quatro por cento) até 2025, reduzir o índice de analfabetismo funcional em 50% (cinquenta por cento)”. Esses são alguns avanços em legislações que garantem o direito ao processo de escolarização.

Considera-se, no entanto, que a legislação por si só não garante a efetivação do direito, uma vez que em se tratando dos direitos sociais, como a educação, a questão que se coloca é a de sua “inexequibilidade” como nos alerta Bobbio (2004, p. 23), de modo que “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los”. Nesta tarefa reside um grande desafio, no caso do estudo em foco, tendo em conta as contradições que existem entre o trabalho, baixa escolaridade das pescadoras/es artesanais, os currículos das escolas regulares, os programas sociais voltados para esse segmento e outras questões que dificultam a realidade da vida desses sujeitos nas comunidades, na busca pela efetivação do direito à educação.

1.1 POLÍTICA PÚBLICA EM DIÁLOGO COM O OBJETO DE ESTUDO

É importante, na conformação desta pesquisa, refletir sobre uma das instigações que ocuparam o foco da proposta inicial deste estudo. A premissa era a de que o Seguro Desemprego Pescador Artesanal tinha uma relação direta no percurso de escolarização dos sujeitos pescadoras/pescadores. As contribuições da banca nos ajudaram a rever essa ideia, o que nos levou a redefinir o foco da investigação, como já sinalizado, mas não necessariamente foi abandonada, por completo, a ideia de buscar compreender em que, e se o SDPA se faz ou não um obstáculo no processo de escolarização desses sujeitos, o que nos levou a não perder de vista a busca de compreensão da política pública. Esta é de acordo com Hofling (2001, p. 31)

O Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. [Assim,] As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada

de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.

Assim, as políticas públicas envolvem as iniciativas do Estado, seus investimentos, suas prioridades e os grupos atingidos em uma determinada área ou setor. No entanto, essas ações não deveriam emergir de necessidades do próprio Estado ou se efetivar como políticas de governos, mas sim de demandas dos grupos sociais que se encontram em situações de vulnerabilidades dentro da sociedade.

Na relação com o objeto de estudo em foco, temos a considerar que as políticas públicas, das quais se originam as políticas sociais, destinam-se a “prover o exercício de direitos sociais como educação, seguridade social (saúde, previdência e assistência), habitação, etc.” (ROSSINI *et al.*, 2019, p. 3). Tem suas origens nos movimentos populares do Sec. XIX, em função dos conflitos entre capital e trabalho, no percurso das “primeiras revoluções industriais” (HOFFLING, 2001, p. 31).

As políticas sociais voltam-se, assim, para a oferta de bens e serviços básicos à população, passando a considerar, em suas formulações, o que a Constituição Federal de 1988, em sua alteração do Art. 6º pela Emenda nº 64 de 04 de fevereiro de 2010, define como direitos sociais: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados” (BRASIL, 2010).

Dessa forma, podemos dizer que as políticas públicas, em um determinado contexto social, resultam de um jogo de forças, envolvendo os grupos econômicos e políticos e classes sociais em disputa (HOFLING, 2001; NEZ, 2020). Visto que as políticas sociais estão entrelaçadas às políticas públicas e se voltam para promover proteção social da população, principalmente dos segmentos mais desfavorecidos, o nosso olhar, neste estudo, como já apresentado, foca nos indivíduos que fazem parte de uma comunidade pesqueira. A pesca artesanal deu origem ao grupo social – pescadoras/es artesanais - e mantém parte da reprodução social desse segmento, bem como os saberes e conhecimentos práticos que são produzidos no trabalho com a pesca, sobre os quais a escola não tem tido intervenção. Dessa forma, as políticas sociais referem-se a ações que determinam “o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HOFLING, 2001, p. 31).

Nessa perspectiva, o estudo tende a reunir possíveis elementos de convergência para explorar: o sentido da relação da escolarização como parte da educação, como direito e como política social no campo educacional; e a política do SDPA como uma política social de corte ambiental e de renda mínima. De acordo com Oliveira (2005, p. 295),

os programas de transferência de renda têm sido apontados como a política social do século XXI. Confunde-se a política social com as políticas de combate à pobreza, limitando-a a questão da renda, estratificando a pobreza, não centrando o debate no campo das desigualdades sociais, da exploração do trabalho, da distribuição de renda.

No caso específico da política do SDPA como política social, voltada para as pescadoras/es artesanais, consideramos pertinente a reflexão da autora, uma vez que, nessa lógica, as desigualdades são apenas mitigadas produzindo seu aprofundamento, reproduzindo, assim, a exploração do trabalho e fomentando a injustiça social.

Importa situar que o SDPA surgiu por meio da Lei 8.287⁹, de 20 de dezembro de 1991, na esteira da Constituição Federal de 1988. O Programa consiste em uma extensão do seguro-desemprego, dedicado a uma trabalhadora e a um trabalhador específica/o: a pescadora e pescador artesanal. Esse benefício, além de estar voltado a esse grupo, também se encontra focado na preservação de várias espécies do ecossistema brasileiro e atende às comunidades tradicionais de pesca que se apresentam com inúmeras e complexas particularidades.

Em 2003, o programa é alterado pela Lei nº 10.779, ampliando a concessão do benefício do seguro desemprego no período de defeso, para as pessoas que exercem atividade pesqueira de modo artesanal, conforme Art. 1º.

O pescador artesanal de que tratam a alínea “b” do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea “b” do inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.; Ser segurado especial da Previdência Social; Ser registrado como pescador profissional, categoria artesanal, no Registro Geral de Atividade Pesqueira do Ministério da Pesca e Aquicultura, há pelo menos 3 anos; Exercer exclusivamente a atividade de pesca artesanal, de forma ininterrupta.

Como se pode observar na referência acima, a perspectiva é que uma política pública ou social, como a do SDPA, possa atingir, de fato, “a maioria de uma classe social,

⁹ A criação do SDPA pela Lei 8.287/1991, é antecedida pelo Decreto Lei nº 2.284 de 10 de março de 1986 do Governo Federal e o Decreto nº 92.608, de 30/04/1986 (BRASIL, 1986a).

reduzindo, ao máximo, critérios que funcionem como filtros, para que o direito de todos seja assegurado” (NEZ, 2020, p. 18).

Nesse sentido, tanto para Hofling (2001) quanto para Nez (2020), a busca deve ser por políticas que possam fazer o enfrentamento das desigualdades e da exclusão social. Porém as políticas públicas e sociais acabam gerando a manutenção das desigualdades vigentes, precarizando, cada vez mais, a mão de obra, gerando reprodução social e qualificando parte da população para atender a demanda de um determinado mercado (HOFLING, 2001).

Ainda, segundo Nez (2020, p. 20),

o problema reside no fato de que as possibilidades de mudanças de perfil dessas políticas, no sentido da sua universalização, são incompatíveis com as políticas de ajuste neoliberal. [Nessa lógica], a política social enfraquece as atitudes que promovem de fato a liberdade, contraria os efeitos benéficos da livre sociedade e da livre economia, além de se originar de um equívoco quanto à verdadeira justiça.

Essas reflexões sinalizam que as políticas de governos e não de Estado estão à procura de grupos que são compostos por coletivos com muita vulnerabilidade social, entre elas, comunidades tradicionais, como as pesqueiras, onde podem ser empregados recursos no combate “à pobreza, discriminação, à subalternidade econômica, cultural e política e de reprodução social” (NEZ, 2020, p. 22).

No caso dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, pescadoras e pescadores, ao investigar seus percursos de escolarização na EJA, fomos levados a problematizar suas vinculações ao SDPA, uma vez que tendem, como beneficiários do programa, a lidar com as restrições da política na relação com o trabalho da pesca. As argumentações até então feitas, no que tange ao processo de formação escolar, seu acesso, permanência e conclusão da educação básica por esses sujeitos, como direito, nos levaram a situar o problema de pesquisa que passamos a sinalizar abaixo.

1.2 O PROBLEMA E OS OBJETIVOS

Diante das reflexões e inquietações que nos remetem a conhecer as condições de escolarização dos sujeitos trabalhadoras/es da pesca, propusemos investigar a seguinte questão: **Quais os obstáculos que dificultam o processo de escolarização de estudantes pescadoras/es artesanais na EJA, quanto ao**

acesso, à permanência e à conclusão da Educação Básica, no período de 2014 – 2019¹⁰, no Pontal, Marataízes/ES.

A hipótese que conduziu o processo de pesquisa levanta algumas razões que têm comprometido o processo de escolarização dos/as pescadoras/es artesanais na EJA, tais como: o trabalho com a pesca, a desvalorização de seus conhecimentos e experiências pela escola e, ao mesmo tempo, a vinculação dos mesmos como beneficiários do SDPA.

Para apoiar a investigação do problema e explorar as possíveis razões do comprometimento da escolarização dos sujeitos, levantadas pela hipótese, foi proposto como objetivo geral: analisar o percurso de escolarização de estudantes trabalhadoras/es, em especial, do segmento da pesca artesanal, que buscam o atendimento na (EJA), no Pontal, Marataízes/ES no período 2014 – 2019.

Como objetivos específicos para subsidiar a pesquisa, definimos por:

- Caracterizar a comunidade pesqueira do Pontal;
- Levantar, a partir de fontes documentais, dados de matrículas e conclusão de estudantes pescadores artesanais que acessaram a EJA entre 2014 -2019;
- Identificar quais os desafios enfrentados pelos pescadores/as artesanais da EJA, que podem afetar seus processos de escolarização, tendo em vista a desvalorização/valorização de seus saberes e cultura pela escola;
- Identificar, pela escuta, as culturas e os saberes construídos e produzidos no e com o trabalho nas comunidades pesqueiras, bem como as possíveis implicações do SDPA nas condições de vida dessa população e no sistema de reprodução das famílias.

1.3 O PERCURSO METODOLÓGICO

A opção metodológica deste estudo, como uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 2002), conjugou a pesquisa participante e a pesquisa documental. Como uma das referências para a pesquisa participante neste estudo, que destaca o diálogo entre

¹⁰ O recorte temporal do estudo foi por opção de um quinquênio, 2014 – 2019. A data limite ocorreu em função da COVID 19, que se instalou no Mundo e Brasil em 2020.

quem pesquisa e os sujeitos que fazem parte dela, Brandão (1987, p. 16) afirma que “a pesquisa participante, como o próprio nome sugere, implica necessariamente a participação, tanto do pesquisador no contexto, grupo ou cultura que está a estudar, quanto dos sujeitos que estão envolvidos no processo da pesquisa”.

Já a pesquisa documental, de acordo com Gil (2002, p. 88), lança mão de fontes “diversificadas e dispersas, [...] tais como: tabelas estatísticas, jornais, [...], relatórios, documentos oficiais [...]. É um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente”.

A pesquisa participante tem suas bases na educação popular e pressupõe “implícita ou explicitamente, além de motivações pessoais, a inserção do pesquisador [que] incorpora os interesses objetivos e subjetivos voltados para grupos sociais que resistem e lutam por transformações para suas vidas” (STRECK; ADAMS, 2011, p. 483). Ainda para Brandão (1987, p. 47), a pesquisa participante é:

[...] um enfoque de investigação social por meio do qual se busca plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da investigação. Estes participantes são os oprimidos, os marginalizados os explorados. Trata – se, portanto, de uma atividade educativa de investigação e ação social.

Tendo, no percurso, o trânsito entre a busca pelas fontes documentais nas escolas envolvidas e o contato com os participantes da comunidade pesqueira do Pontal, organizamos o movimento de pesquisa, conforme veremos, o que nos permitiu levantar as informações e efetivar os contatos, nos diferentes contextos e com diferentes sujeitos, durante o trabalho de campo.

1.3.1 Sujeitos da Pesquisa

Na perspectiva de analisar de forma sistemática o percurso de escolarização de estudantes trabalhadoras/es da pesca artesanal da EJA, beneficiários do SDPA, no município de Marataízes/ES, foi necessária uma escuta atenta de diversos sujeitos envolvidos nesse movimento formativo.

Nessa lógica, os interlocutores deste estudo são 15 profissionais da educação, 11 estudantes pescadoras/es artesanais que frequentam a EJA, duas lideranças comunitárias e 20 pescadoras/es da comunidade, totalizando 48 participantes. Para

escutar os profissionais da educação, foram distribuídos 35 questionários. Destes, obtive retorno de 15 professores/as que trabalham na EJA, no município de Marataízes, nas escolas que atendem a comunidade do Pontal.

Quadro 1 – Interlocutores da pesquisa.

SUJEITOS DA PESQUISA	Nº DE PARTICIPANTES	INSTRUMENTOS	LOCUS
Profissionais da educação	15	Questionário e rodas de conversa	EMEF Maria da Glória Nunes Nemer EEEFM Domingos José Martins
Estudantes pescadores/as artesanais da EJA	11	Questionário e rodas de conversa	EMEF Maria da Glória Nunes Nemer EEEFM Domingos José Martins
Lideranças comunitárias	02	Rodas de conversas	Comunidade Pontal
Pescadores/as da comunidade	20	Rodas de conversas	Comunidade Pontal

Fonte: Dados da pesquisa – organizados pelo autor (2022).

No sentido de conhecer como vivem e o que pensam esses sujeitos, principalmente sobre os saberes escolares, na relação com o percurso de escolarização, estendemos o diálogo com os estudantes das referidas escolas. Dentre eles, 11 estudantes assumiram a identidade de pescador/a artesanal. Diante desse dado, foi proposto para esse grupo a possibilidade de participar, respondendo a um questionário bem como participando de quatro rodas de conversa. Desse total, apenas um integrante não conseguiu devolver o questionário respondido. Quanto às rodas de conversa, os 11 educandos/as participaram de pelo menos uma delas.

Na interlocução com as pescadoras/es da comunidade do Pontal, duas lideranças comunitárias e mais 20 pescadoras/es artesanais propuseram-se a integrar os momentos das quatro rodas de conversa propostas. Porém, nem sempre foi possível a participação de todos os 22 sujeitos nesses espaços de trocas e produção de saberes.

Esses sujeitos, no dia a dia, ocupam-se desde a madrugada até a noite com atividades ligadas direta e indiretamente à pesca. São mulheres e homens que, além de construir seus instrumentos (redes, pargueiras¹¹, tarrafas), têm suas técnicas de produção utilizadas para desenvolver a atividade pesqueira, passadas de geração em geração. A pesca em “alto mar” é praticada somente pelos homens da comunidade. O tempo em “alto mar” varia, dependendo do tipo embarcação e do tipo de pescado. Esse tempo pode ocupar um dia, semanas, quinzenas ou mês.

As mulheres, trabalhadoras e pescadoras que fazem parte deste estudo, são importantíssimas nas relações socioeconômicas que envolvem a comunidade pesqueira em foco. Além dos compromissos diários com atividades domésticas e com a criação dos filhos, são responsáveis pelo direcionamento desses no percurso de escolarização. Ainda, as mulheres incorporaram, ao longo do tempo, outros compromissos com a família e para com a comunidade. São, em sua maioria, além de responsáveis pela retirada da natureza de alimentos que ajudam à sua sobrevivência, as principais responsáveis, praticamente, por todo beneficiamento e comercialização da maior parte dos pescados e mariscos que a comunidade do Pontal comercializa. Acerca do destaque da pescadora artesanal do Pontal, será apresentada com mais ênfase no trabalho que segue.

A seguir, explicitamos o percurso realizado nas diversas etapas do trabalho de campo.

1.3.2 Etapas percorridas no desenvolvimento da Pesquisa

O desenvolvimento do trabalho de campo foi realizado em quatro etapas, sendo que, no primeiro momento de pesquisa documental, tivemos acesso a plataformas digitais e a arquivos escolares. No segundo momento, lançamos mão dos instrumentos já mencionados: questionários, diário de bordo e roda de conversa, envolvendo lideranças comunitárias e estudantes (EJA), pescadoras/es artesanais do Pontal, assim como os profissionais da EJA de Marataízes/ES.

Para melhor entendimento das ações da pesquisa, seguem, no Quadro 2, as principais práticas desenvolvidas neste trabalho, tendo em vista o período previsto

¹¹ Espécie de anzol, revestido de arame enrolado para que os peixes não rompam com os dentes.

para conclusão deste estudo.

Quadro 2 – Etapas percorridas durante a Pesquisa.

ETAPAS	AÇÕES/PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	CONTEXTOPERÍODO
1 ^a	<ul style="list-style-type: none"> • Redefinição do tema. 	Redefinido a partir da Qualificação do Projeto de Pesquisa - 28/03/2022
	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa documental em sites e plataformas digitais oficiais e arquivos escolares; • Solicitação de obtenção da autorização para pesquisa nas escolas. 	Plataforma de dados da UFPR: 04/2022 a 06/2022 Período de pedido: 17/05/2022 a 20/06/2022
	<ul style="list-style-type: none"> • Autorização do termo de consentimento livre e esclarecido por estudantes, professores e escolas; • Pesquisa documental nas escolas: Municipal e estadual; • Levantamento de materiais e informações junto às associações de pescadores. 	Apresentação do termo e da pesquisa: junho de 2022 Busca de dados do percurso escolar: 05/2022 a 08/2022. Diálogos com a comunidade: 04/2022 a 09/2022.
2 ^a	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de questionário aos profissionais da educação na Escola municipal EMEF “Maria da Glória Nunes Nemer”; 	Junho/2022
	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de questionário aos profissionais da educação na EEEFM “Domingos José Marins”; 	Junho/2022
	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de questionário aos estudantes da EMEF “Maria da Glória Nunes Nemer”; 	Junho/2022
	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de questionário aos estudantes das EEEFM “Domingos José Martins”. 	Junho/2022
3 ^a	<ul style="list-style-type: none"> • Rodas de Conversa com os profissionais da educação das duas Escolas; • Rodas de Conversa com estudantes da EJA nas duas Escolas; 	Junho/julho Junho/julho
	<ul style="list-style-type: none"> • Roda de conversa com moradores pescadores/as no Pontal. 	04/2022 a 08/2022
4 ^a	<ul style="list-style-type: none"> • Tabulação, análises e produção dos dados a partir de materiais e informações adquiridos com a pesquisa; • Elaboração da dissertação; • Defesa da Dissertação. 	09/2020 a 28/02/2023 De 09/2020 a 01/03/2023 31/03/2023

Fonte: Dados da pesquisa, organizados pelo autor (2022).

Na primeira etapa, a aproximação com os espaços e sujeitos envolvidos exigiu, em cumprimento às exigências da ética na pesquisa, a elaboração e submissão do termo de consentimento livre e esclarecido junto aos estudantes, profissionais e lideranças comunitárias. Após a obtenção do consentimento, iniciamos o movimento de inserção em campo.

Como proposto, a Pesquisa Documental foi realizada a partir de buscas de dados nas seguintes fontes: arquivos de matrículas, atas de conselhos de classes, diários de classes e fichas individuais dos/das estudantes da EJA, a fim de identificar quantidade de matrículas, concluintes, faixa etária, quantidade de evasão e gêneros, no período de 2014 a 2019, na “EMEF José Marcelino” e “EEEFM Domingos José Martins”, ambas localizadas na Barra de Itapemirim, Marataízes/ES. Foi realizado, também, o levantamento na Plataforma de Dados Educacionais da UFPR, no qual buscamos o número de turmas e as matrículas na EJA, nas duas referidas escolas de Marataízes, no mesmo período.

É preciso destacar que o movimento da pesquisa documental foi desafiador, provocando, assim, alterações que merecem ser pontuadas. Em um primeiro momento, é necessário considerar que a Pandemia da COVID-19 (que persiste até o presente momento) provocou o atraso na pesquisa de campo, principalmente nesta etapa de investigação. Uma segunda razão a destacar é que as autorizações para a realização dessa etapa da pesquisa não saíram na mesma data.

Um segundo fator é que as autorizações para a realização dessa etapa da pesquisa nas Escolas em questão não saíram na mesma data. A autorização da Secretaria Municipal de Educação de Marataízes/ES para o desenvolvimento da pesquisa nas EMEFs José Marcelino e Maria da Glória atrasaram por um mês, o que comprometeu o processo inicial da pesquisa de campo e, conseqüentemente, o cronograma.

No entanto, é necessário registrar que a EEEFM Domingos José Martins, única escola do município de Marataízes que oferta a EJA Médio desde 2007, liberou o acesso para a pesquisa de imediato.

De posse das autorizações, grandes foram os desafios neste momento da pesquisa com relação ao acesso aos dados de matrículas. Primeiramente, na EMEF José Marcelino, as fichas dos alunos não estavam digitalizadas. Ainda se encontravam em pastas distribuídas em arquivo morto. Além desse fato, não havia separação entre as

modalidades. Estavam em ordem alfabética: as modalidades do Ensino Fundamental I, II e a EJA. Tivemos de pesquisar cerca de 30 arquivos com cerca de 100 pastas individuais. A única facilidade encontrada foi que os alunos que estudaram e estudam na EJA apresentavam, em suas pastas, a nomenclatura EJA, para diferenciar das pastas dos alunos que estudam e/ou estudaram no ensino fundamental regular.

A segunda etapa do trabalho de campo consistiu na apresentação da pesquisa para os profissionais da escola, para os estudantes envolvidos e, posteriormente, para alguns membros da comunidade. Como sinalizado, participaram, desse momento, estudantes/pescadores/as artesanais e profissionais que atuam na EJA nas escolas já mencionadas.

Na terceira etapa, foram realizadas as quatro rodas de conversas nas escolas, com os estudantes/pescadores/as artesanais, com os profissionais que atuam na EJA nas escolas envolvidas neste estudo e, por fim, com sujeitos que moram na comunidade pesqueira do Pontal. Foi, ainda, utilizado o diário de bordo para registro do diálogo das rodas de conversa.

A quarta e última etapa foi destinada à organização dos dados de matrícula, abandono e conclusão obtidos por meio dos arquivos das escolas e na plataforma de dados da UFPR. Esses dados compõem a análise qualitativa que busca compreender o percurso de escolarização dos estudantes/pescadoras/es artesanais, bem como a comunidade no Pontal que é beneficiária do SDPA. Os dados obtidos nos questionários e nas rodas de conversas são, também, objeto desta análise, que se volta, no conjunto das informações, para fazer uma leitura das relações no processo de escolarização em foco e no processo de trabalho vivenciado pelos sujeitos.

Vale ressaltar que, nas etapas que consistiram no contato com o coletivo estudado, não foi permitido fotografia, gravações, nem o uso dos nomes reais das pessoas com quem conversamos. Depois de muito diálogo, foi possível gravar duas conversas com moradores, sendo um pescador, considerado um dos mais idosos da comunidade e outra, uma pescadora que atua ativamente no labor e na militância da comunidade.

De acordo com a reorganização do cronograma proposto anteriormente no projeto de pesquisa, a entrevista com os sujeitos como um dos instrumentos foi inviabilizada, em função da morosidade da liberação. Conforme mencionado, a aquisição de imagens

fotográficas para serem utilizadas como fonte histórica (CIAVATTA, 2020) não teve a permissão dos participantes durante o trabalho de campo.

É importante sinalizar, também, que a aplicação do questionário aos profissionais que trabalhavam na EJA Fundamental na EMEF “José Marcelino” foi inviabilizada. A razão para tal é que essa escola, como única unidade que atendia aos pescadores/as artesanais da comunidade do Pontal, até 2020, teve o atendimento da EJA suspenso, levando ao fechamento de 10 turmas em 2021.

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO *LOCUS* DE PESQUISA

O presente estudo tem como *locus*, Marataízes, localizado no litoral sul do estado do Espírito Santo, fazendo divisa com Itapemirim, Presidente Kennedy e banhado pelo Oceano Atlântico, e que possui belíssimas praias (IBGE, n.d.).

Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Marataízes tem uma população de 34.140 habitantes, sendo, assim, o maior município em população no litoral sul do estado do Espírito Santo. Tem sua economia baseada na pesca, agricultura, turismo e exploração petrolífera (MARATAÍZES, [2020]).

Sua biodiversidade é composta por vegetação de restinga, uma pequena parte de floresta, uma pequeníssima porção do que restou da Mata Atlântica no município (IBGE). Por ser um município costeiro, convive, constantemente, com erosões marinhas. Apresenta inúmeras Lagoas, Falésias e importante sítio histórico que contam parte da história desse paraíso chamado “Pérola Capixaba” (MARATAÍZES, [2020]).

Figura 1 – Mapa territorial do Espírito Santo.



Fonte: Google Maps¹².

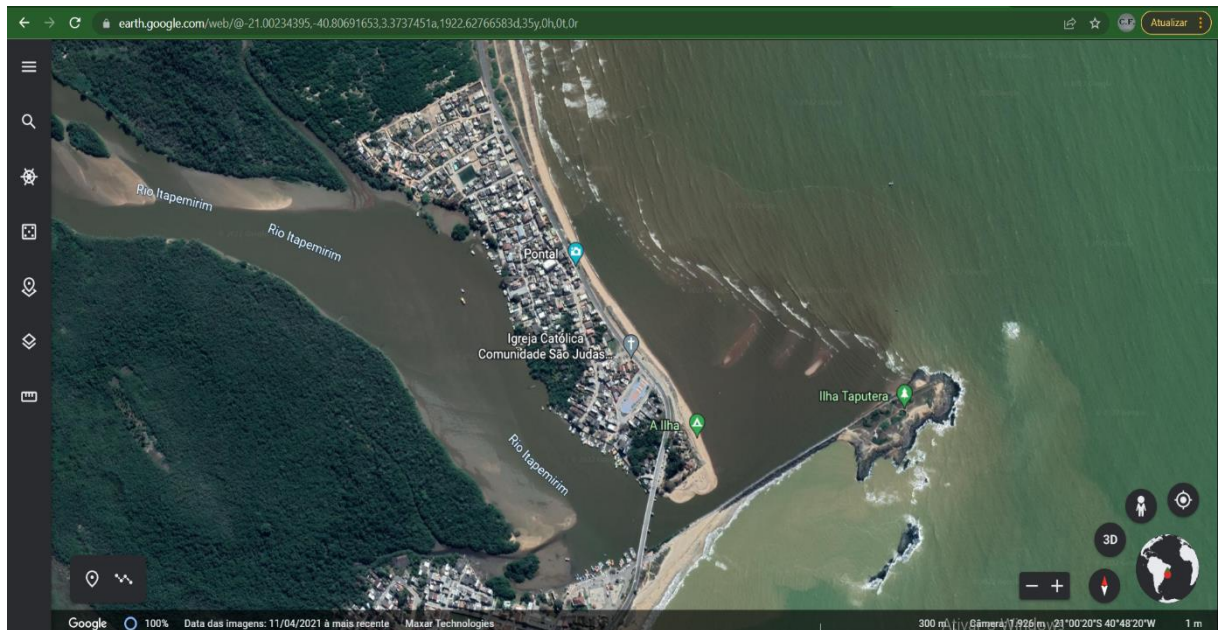
O município partilha sua origem histórica com o município de Itapemirim, cujo povoamento se iniciou em 1539, quando Pedro da Silveira estabeleceu fazenda perto da foz do rio Itapemirim. Em 1700, chegavam, da Bahia, Domingos Freitas Bueno Caxangá, Pedro Silveira e outros, que se ocuparam da cultura da cana-de-açúcar, dando continuidade à construção do povoado.

Em 1771, quando os índios Puris atacaram as Minas do Castelo (atual município de Castelo), seus moradores refugiaram-se na foz do rio Itapemirim, fundando, naquele local, a Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, hoje, Barra do Itapemirim. Devido às facilidades de transporte e à segurança oferecida pelo ancoradouro interno a pequenas embarcações, a Freguesia progrediu rapidamente. Foi o ponto de partida, segundo historiadores capixabas, de toda a colonização do Sul do Espírito Santo. O Porto da Barra do Itapemirim era a porta de saída de produtos da terra e a entrada

¹² Espírito Santo. Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1njMqPYaeTpLPTg1FGom0BoJJA3o&hl=en&ll=-19.678797944844415%2C-40.48461900000001&z=8>. Acesso em: 13 out. 2021.

dos primeiros colonizadores. Pela Barra do Itapemirim, entraram homens e as máquinas, o progresso, a civilização, a cultura e a arte. Pelo porto, entraram os vagões da Estrada de Ferro e saiu toda a produção de açúcar, aguardente e café, que, já em 1852, era superior a cem mil arrobas, ou seja, mil e quinhentas toneladas.

Figura 2 – Mapa do Pontal - Marataízes.



Fonte: Google Maps.

A partir do mapa acima, é possível identificar o Bairro no qual o estudo se desenvolveu o Pontal. Sobre o porquê desse nome, pude dialogar com um pescador às margens do rio Itapemirim, o “Seu Nego”¹³ que me perguntou se eu sabia sua origem. Eu lhe devolvi a pergunta e ele prontamente me respondeu: “Ponta de terra que avança para o mar e para o rio”. Segundo ele, o seu grau de escolaridade é a 1ª série do Ensino Fundamental I, mas sabe ler e escrever.

No movimento da pesquisa, a busca por identificação de estudos de revisão sobre a temática nos permitiu conhecer o que tem sido estudado na interface das políticas públicas educacionais e a escolarização de pescadoras/es artesanais, o que passamos a explorar a seguir.

¹³ Um dos pescadores mais antigos (com 87 anos), que mora na comunidade desde que nasceu.

2 REVISITANDO A LITERATURA

Este capítulo busca situar a produção da literatura já acumulada que dialoga com a temática desse estudo. Segundo Mainardes (2018, p. 306), “é por meio da revisão de literatura que o pesquisador se familiariza com o conhecimento já construído pela temática e identifica possíveis lacunas que necessitam ser preenchidas”. Nesse movimento, busca-se captar fontes de ideias, o que se produziu e o que ainda precisa ser pesquisado com relação ao objeto de estudo.

O percurso de busca englobou dois movimentos bem amplos. A definição de qual base de dados seria usada para o acesso às produções científicas, bem como para o refinamento dessas produções. O Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e o google acadêmico e SciELO foram as que proporcionaram uma forma mais ampla de acesso, visto que o tema envolve conceitos variados e, por isso, essas fontes de pesquisa favorecem a quem se propõe vasculhar.

O primeiro movimento foi a escolha dos descritores que seriam pesquisados no Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES. Mesmo com toda amplitude do tema, foram feitas combinações de descritores para que se pudesse ter a real noção do universo de produções científicas acerca do tema. Essa etapa possibilitou chegar a um descritor mais específico que contemplasse, de forma mais próxima, as ideias instigadoras da pesquisa.

Tabela 1 – Movimento de escolha de descritores.

Descritores	Resultados	Refino de resultados de: recorte temporal; tese e dissertações; grande área do conhecimento; área de conhecimento; programa.
Seguro defeso e escolarização de pescadores EJA e formação de pescadores	1.282.841	325
“EJA” e “pescador artesanal” EJA e pescador artesanal	1.276165	325
“seguro defeso” + “escolarização de pescadores”	34	5
“seguro defeso” + “permanência na EJA”	39	7
“sdpa” + “permanência na EJA”	05	2

<i>“seguro-desemprego pescador artesanal” + “escolarização de pecadores”</i>	7	3
“EJA” + “pescador artesanal”	2.652	255

Fonte: Catálogo de teses e dissertação (CAPES). Elaboração do autor (2022).

Logo após essa etapa, foi realizado o movimento de exclusão do material que não se aproximava do tema pesquisado. De posse desse resultado, foi feita uma leitura dos resumos, a partir da qual se verificaram poucos trabalhos, apenas 07 que se aproximavam do objeto de estudo.

No segundo momento, após pesquisas mais detidas no google acadêmico e SciELO, foram encontrados 11 trabalhos que serão discriminados mais adiante.

Desse modo, trabalhamos apenas com as pesquisas pertinentes ao objeto e que, de alguma forma, dialogam com a construção desta pesquisa. Sendo um estudo que volta seu olhar para a EJA numa comunidade de sujeitos da pesca artesanal localizada no estado do ES, consideramos importante, também, selecionar algumas pesquisas que abordam a EJA no Estado, assim como algumas produções do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do ES (PPGE-UFES). Porém não foi encontrado nenhum trabalho que abordasse a temática EJA e pescador artesanal.

No total da busca, foram encontrados 18 trabalhos, nas fontes pesquisadas (Catálogo de teses e dissertações – CAPES, Google Acadêmico e SciELO), que apresentam tanto a escolarização e permanência de sujeitos na EJA de forma geral ou em cursos profissionalizantes, quanto pesquisa que toca diretamente o SDPA, os quais selecionei e passo a apresentar a partir de agora.

Quadro 3 – Trabalhos que exploram escolarização na EJA / pescadoras/es artesanais e o SDPA.

TÍTULO	AUTOR	CONTEÚDO	LOCAL	TESE/ DISSERTAÇÃO/ ARTIGO
Pescando Letras: diálogos interdisciplinares entre a educação ambiental e a alfabetização de jovens e adultos no contexto da pesca artesanal.	ARAÚJO, Silvia Cordeiro de Araújo	Centro de educação Sustentável	UNB	Dissertação/2011
O Seguro Defeso e os pescadores artesanais no Amazonas.	MOREIRA, Helane Cristina Lima	Sociedade e cultura na Amazônia	UFAM	Dissertação/2011
Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o seguro defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da Várzea-AM	SOARES, Sara Moreira	Sociedade e Cultura na Amazônia	UFAM – Amazonas	Dissertação/2012
Seguro defeso: Problemas enfrentados pelo programa	CAMPOS, André Gambier; CHAVES, José Valente	Discussões sobre os problemas enfrentado pelo SDPA	Brasília	Artigo/2014
Lavrador e Pescador O seguro-defeso e a reprodução social em uma localidade no interior do Pará	PEREIRA, Joenes Antonio Guimaraes	Agriculturas Amazônicas	UFPA – Pará	Dissertação/2014
Rede Certific e Projeja FIC: A formação inicial e continuada de pescadores no Município de São Borja – RS	OLIVEIRA, Graciela Pavelacki	Educação nas ciências	UNIJUÍ – RS	Dissertação/2014
Entre a pesca e a escola: A educação dos povos tradicionais a partir da comunidade pesqueira na Ilha de Torotoma (Rio Grande – RS)	CLARO, Lisiane Costa	Educação	FURG – RS	Dissertação/2014

A vida de alunos pescadores da comunidade de Baiacu (BA) e sua relação com a escola: Dois mundos distintos?	BANDEIRA, Pedro Souza de Ferreira; BEJARANO, Nelson Rui Ribas; BORTOLIERO, Simone Terezinha; BRUNET, Joana Maria Soler	Ensino de Filosofia e história das ciências	UFBA – BA	Artigo/2014
Pescador Não quer essa escola: Representações sociais em área de conflito de território.	LEMOS, Suely Fernandes Coelho; LIMA, Rita de Cássia Pereira	CERTIFIC	São João da Barra – RJ	Artigo/2015
A pedagogia da alternância como metodologia educativa na EJA pescadores.	CARDOSO, Márcio Plastina; CORDEIRO, Kelly Maia	Educação	Angra dos Reis – RJ	Artigo/2015
Pescadoras tradicionais, técnicas em pesca, “entendem se incluídas” pela política pública do ProEJA.	OLIVEIRA, Rosângela Gonçalves de	Tecnologia	UFTPR – Paraná	Tese/ 2016
Um cardume de conhecimentos nas práticas de pesca artesanal: Alguém vai pescar? Anais do I Congresso Internacional de Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins – Educação do Campo.	SILVA, Cíntia Melo	Conhecimento empírico dos pescadores	Universidade Federal Tocantins	Artigo/2017
Processo de formação educacional e seus reflexos na atividade pesqueira: a realidade dos pescadores artesanais do Vale do Guaporé (RO).	BERTÃO, Ana P. da Silva; FREITAS, Clodoaldo de Oliveira; LEITE, Eliane Silva; LIMA, Tânia Olinda	Educação	UNIR – Porto Velho/RO	Artigo/2018

Educação e pesca artesanal na Baía da Guanabara: O que nos ensinam as comunidades tradicionais?	FERREIRA, César Bernardo; PUGGIAN, Cleonice	Educação	Rio de Janeiro	Artigo/2018
Seguro-desemprego: avaliação sobre o seguro ao trabalhador formal e o seguro-defeso.	SANTOS, Artur Henrique da Silva	Economia	UnB – Brasília	Tese/2019
Relatório de avaliação de gastos diretos: Avaliação executiva do seguro defeso.	Secap/avaliação – Ministério da Economia/ Secretaria de avaliação, planejamento, energia e loteria	Informações sobre a política de gastos com o SDPA/pescador artesanal	Brasília	Relatório/2019
Educação, modernidade e pesca artesanal: Uma análise na comunidade pesqueira de Bom Despacho, Ilha de Itaparica – BA.	PROCÓPIO, Daniele Freire	Educação	UNEB – BA	Artigo/2020
Comunidades, tradicionais, a construção curricular e a valorização dialógica com saberes	OLIVEIRA, Rosângela Gonçalves de; URBANETZ, Sandra Terezinha	Educação	RETEC – Ourinhos	Artigo/2021

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES); GOOGLE; GOOGLE ACADÊMICO e SciELO CAPES.

2.1 UM OLHAR SOBRE OS RESULTADOS DAS PESQUISAS

Passamos a analisar as pesquisas identificadas, focalizando nos estudos que se aproximam mais diretamente da temática do objeto de estudo. Como já apresentado neste trabalho, a maior parte dos trabalhadores das comunidades tradicionais se voltam para a EJA com objetivo de iniciar ou dar continuidade a sua escolarização. O problema do analfabetismo nessa modalidade segue sendo um desafio para a sociedade brasileira. Grandes são os desafios em diferentes segmentos da estrutura

educacional como também nos contextos em que estão inseridas as comunidades tradicionais, os pescadores/as artesanais.

Diante dessas questões, Claro (2014), em sua dissertação sobre a temática da educação escolar nas comunidades tradicionais, investiga os obstáculos enfrentados por essas comunidades frente à modernização da indústria na Ilha de Torotoma – RS. Por meio de estudo de caso, entrevistas com educadores e educandos dialogadas com a pesquisa documental, a autora teve como objetivo compreender e problematizar as contradições e possibilidades em torno da escolarização num contexto do campo, constituído por povos tradicionais – os pescadores/as artesanais. Destaca que a escola necessita investigar e problematizar, de forma crítica, as condições da comunidade, ao invés de incentivar a saída de pescadores/as da mesma. Cabendo, também, às esferas dos diferentes níveis do executivo, o compromisso de assegurar a oferta e permanência da população na escola e na comunidade, que, historicamente, vem sendo negada.

A autora conclui que é preciso “pensar a escola nas comunidades tradicionais a partir dos horizontes da educação do campo que a omissão do poder público frente às demandas da comunidade, vem acompanhada de privilégios para a pequena burguesia” (p. 141). Finaliza com a ideia que muitos pescadores veem na escola a oportunidade de superar as dificuldades estabelecidas por habitar um espaço rural. Também a consideram um aporte que lhes torna “qualificados” para exercer empregos fora da comunidade. Reconhece, por fim, que o êxodo dos pescadores (as) das comunidades tradicionais ocorre a partir da falta de perspectiva em relação ao trabalho nesses lugares, e que a ausência de projetos direcionados seriam mais efetivos se protegessem esses sujeitos e não expulsassem. Deixa em aberto a necessidade de investigar outras viabilidades em torno da temática da educação no contexto das comunidades tradicionais.

Ferreira e Puggian (2018) buscaram conhecer as experiências educacionais de pescadores artesanais na Baía da Guanabara – RJ (2ª maior do litoral brasileiro). Teve como objetivo conhecer quais práticas pedagógicas constituíram suas experiências, histórias e memórias, dentro do processo educativo de sujeitos invisíveis e silenciados por processos de desterritorialização. A partir de um estudo qualitativo, de abordagem etnográfica realizada por meio da observação e entrevistas, puderam realçar que o conhecimento dos povos tradicionais e suas práticas estão associadas às suas

vivências no contato com a diversidade biológica e entre eles. Defendem a instituição de PP mais efetiva e direcionada, que atenda, de forma humana, esse coletivo. Identificam que a maioria das famílias tem, na pesca, sua única fonte de proteína e expõem obstáculos socioeconômicos ao labor da pesca, como a baixa renda, mesmo se dedicando, na maior parte do tempo, a essa atividade que, muitas das vezes, não é transformada em êxito no trabalho. Os conflitos ambientais e a violência são outras questões que obstaculizam o labor da pesca por esses sujeitos.

Os autores concluíram que há uma grande diversidade de escolaridade que varia do fundamental incompleto até o médio completo. Apontam que os mesmos valorizam os conhecimentos que são passados de geração para geração e, mais uma vez, disparam acerca do modelo que é empurrado de cima para baixo para as comunidades tradicionais. A partir da pesquisa, atribuem, também, a baixa escolaridade ao trabalho precoce, o que lhes impedem de ter uma boa frequência. Mas elencam que possuem amplo entendimento do mundo que os cercam.

Ainda no viés de visibilidade, Silva (2017) enaltece a importância do conhecimento empírico de pescadores artesanais. Sua pesquisa, desenvolvida num município do RS, busca identificar as práticas dos pescadores “que tem sido objeto de estudo por muitos pesquisadores, pois, os mesmos são detentores de muitos conhecimentos, porém, estes conhecimentos, geralmente, não são valorizados pela comunidade”. Com uma pesquisa etnográfica e produção de dados a partir da pesquisa de campo (observações e entrevistas), encontrou princípios articuladores de sua fundamentação teórica. Embora a pesquisa apresente resultado acerca da importância dos ambientes naturais para os pescadores e pescadoras, contribui, também, com a percepção da importância da manutenção das práticas culturais desenvolvidas naquela comunidade pesqueira. Esse ponto me remete à proposta de pesquisa em foco, na qual se indaga sobre as relações dessas “práticas culturais” com a educação.

A política pública de seguridade do pescador artesanal tem levado a conquistas na sua reformulação, principalmente com a inserção da mulher no trabalho da pesca, que demanda aprofundamento de pesquisa com essa ênfase, em especial voltada para a escolarização desses sujeitos que, cada vez mais, se afastam da escola.

No artigo “A vida de alunos pescadores da comunidade de Baiacu (BA) e suas relações com a escola: dois mundos distintos”, Bandeira *et al.* (2014) analisaram o conhecimento de biologia de jovens alunos de uma escola pública da comunidade. A

partir de pesquisa documental, observação direta e indireta de campo, concluíram que, além da dificuldade de acesso à escola, o ensino é desinteressante para aqueles que vivem da pesca – as relações entre os conhecimentos que os alunos possuem antes de sua educação formal e a relação desses conhecimentos com a própria educação formal –, na situação observada, não difere em muito do que ocorre nas várias escolas públicas no Brasil. Com base numa perspectiva construtivista, os autores enfatizam a necessidade de se considerar o que o aluno já sabe para ensiná-lo de acordo com esse conhecimento.

Lemos e Lima (2015) investigam as representações sociais de pescadores artesanais sobre a escola, em decorrência da construção de um porto em Atafona (São João da Barra – RJ). O programa CERTIFIC, como modelo de alfabetizar esses pescadores e pescadoras, a fim de serem aproveitados nas atividades ligadas ao porto, gerou situações conflituosas no território e na escola. Numa pesquisa quanti/quali, os autores acreditam na intencionalidade do governo com as políticas de EJA no Brasil, uma vez que essas vêm “sendo tecidas a partir de interesses econômicos e políticos e, em seu histórico, é possível encontrar um conjunto de programa marcados por descontínuíssimos e insucessos” (p. 2).

Oliveira (2016) propôs, em sua tese, estudar a Política Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sob a perspectiva das alunas egressas em 2013 do Curso Técnico em Pesca ProEJA a distância. Seu problema de pesquisa propôs a investigação dialógica entre a oferta de formação sobre a ótica de inclusão e a exigência de sujeitos adultos e trabalhadores tradicionais e artesanais.

Apresenta a hipótese de que, mesmo com a questão específica da crise estrutural do trabalho, é possível perceber que estamos diante de uma situação histórica e que as políticas afirmativas de inclusão podem possibilitar, na percepção das egressas, mecanismos de empoderamento social, mesmo nas formas precárias de trabalho, alavancando suas participações políticas na e para a sua comunidade. Sua pesquisa desenvolvida na perspectiva do materialismo histórico utilizou como metodologia o paradigma interpretativo com o olhar na contradição. Produziu-se como material empírico: entrevistas registros fotográficos das comunidades; levantamento e análise de documentos referentes ao curso.

Os principais teóricos que fundamentaram a pesquisa acima são: Marx, Engels, Cheptulin e Freire. A autora pôde concluir que sua hipótese se confirma parcialmente, uma vez que as entrevistadas se entendem incluídas com base nos parâmetros da categoria inclusão prescrita no Documento Base. Porém o mesmo documento e os demais analisados têm como meta a formação humana integral, e, nessa dimensão, a “inclusão” é parcial. Percebe-se, também, que, na formação técnica, com a perspectiva de formação humana/libertadora, é básica a necessidade de associar as culturas desses sujeitos e que, mesmo que vivam sob o amparo do capital, possuem outra lógica produtiva relacionada à subsistência que precisa ser visibilizada, reconhecida, respeitada e validada nos processos de ensino e aprendizagem.

Cardoso e Cordeiro (2015), em seu artigo, buscam dialogar com a metodologia da pedagogia da alternância como alicerce para o trabalho pedagógico realizado na educação de jovens e adultos, na comunidade pesqueira da Praia Longa – Ilha Grande – Angra dos Reis – RJ. Nela, apresentam as diferentes populações que frequentam a EJA, com destaque para os retirantes, as mulheres, jovens e as comunidades tradicionais, como pescadores que são excluídos da escolarização regular. Os autores fizeram uso da metodologia de diálogos, entrevistas e diário de bordo para registrar as observações. Tem sua base teórica baseada na pedagogia da alternância, na relação tempo – escola e tempo – comunidade, direcionada ao eixo - EJA pescadores. O programa, em parceria da UFF e o Instituto de Educação de Angra dos Reis, é muito instigante, uma vez que foca na constituição de um processo educativo voltado para a realidade dos pescadores da comunidade com objetivos e currículo direcionados à particularidade do coletivo. Concluíram que o projeto foi de riquíssima importância para os educadores e educandos envolvidos, por realizar proposições acerca do tempo, trabalho e vivências dos sujeitos. Ressaltaram que, embora seja uma comunidade tradicional com atividades econômicas de predominância masculina, a mulher tem ocupado espaço cada vez maior de participação nas atividades.

Essa questão é, também, apreciada no artigo de Lima *et al.* (2018), em que os autores discutem acerca do processo de formação educacional e seus reflexos na atividade pesqueira Do Vale Guaporé (RO). A partir de pesquisa teórica e empírica, os autores objetivaram investigar os processos de formação educacional dos pescadores artesanais.

Foram constatadas grandes disparidades relacionadas ao processo de formação educacional dos pescadores, uma vez que a maioria apresenta-se com baixo nível de instrução. Esse fato pode impactar, dentre outros, direta e indiretamente, na renda familiar. Concluem que os pescadores mostram interesses em aumentar sua formação, por meios de cursos técnicos, mas muitos são expulsos pelos modelos educacionais seguidos pelas escolas que, em sua maioria, não levam em consideração sua cultura.

Outra pesquisa em curso técnico, em sua dissertação, Oliveira (2014) abordou a temática Rede Certific e Proeja Fic: A Formação Inicial e Continuada de Pescadores em São Borja – RS. Teve como objetivo compreender o processo de inserção de pescadores (as) e analisar como currículos, que se propõem a reconhecer saberes, acolhem os saberes da experiência e interferem nos projetos de vida e identidade dos educandos. Partindo do estudo dos Movimentos Sociais, mais especificamente dos pescadores, em nível nacional, o estudo problematiza programas educacionais de grande relevância, nesse caso a Rede Certific e o Proeja Fic, que têm sua base teórica fundamentada nos princípios da Educação Popular.

A autora pontua que o Estado, na busca de redimir uma dívida social histórica para com os jovens e adultos excluídos da escola, cria o Proeja Fic, associado à Rede Certific, que reconhece competências profissionais de trabalhadores, jovens e adultos, adquiridas ao longo da vida, em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem. Para a viabilização do estudo, a autora fez uso da análise de documentos, entrevistas e pesquisa de campo.

Para investigar a atuação e o alcance da Rede Certific e do Proeja Fic, junto aos trabalhadores e trabalhadoras da pesca, a autora associou a hipótese de que, no município de São Borja, à medida que o Programa Rede CERTIFIC viabiliza a inserção social, ao reconhecer os saberes de trabalhadores e trabalhadoras e dar oportunidade de escolarização, possibilita o empoderamento dos pescadores como cidadãos. O estudo conclui pela refutação parcial da hipótese inicial, uma vez que o Programa no município em questão não promoveu, de forma plena, a viabilização e inserção social dos saberes dos trabalhadores, comprometendo o empoderamento dos pescadores como cidadãos. Por fim, destaca que as propostas pedagógicas voltadas para a libertação do ser humano não dependem somente da criação de leis ou decretos, mas também de uma ação conjunta nos diferentes segmentos da

sociedade. Ou seja, se essas propostas fossem discutidas e validadas por todos os envolvidos, incidiria em uma maior adesão e comprometimento de todos os trabalhadores/as da pesca.

Essa conclusão é também percebida por Procópio (2020), a partir de um artigo que busca investigar os elementos presentes na educação escolar da comunidade pesqueira de Ilha de Maré (Salvador – BA), com sujeitos da pesquisa integrantes do corpo docente da Escola Municipal de Ilha de Maré, na turma da EJA II – Tempo de aprendizagem V, e integrantes de comunidades vizinhas que frequentavam a escola. O objetivo foi estudar e discutir conhecimentos e práticas incorporados ao currículo escolar. Com uma pesquisa qualitativa, baseada na observação, entrevista, pesquisa documental e empírica, trabalhou com a perspectiva de análise para trazer discussões acerca do território pesqueiro em um diálogo sistemático entre as práticas educacionais no âmbito da EJA e do território, enquanto constitutivo da pesca artesanal, tendo, como bases teóricas, a educação popular e a perspectiva pedagógica decolonial.

A pesquisa buscou entender como os conhecimentos escolares dialogavam com a comunidade pesqueira e colaboravam para a preservação dos saberes plurais e dinâmicos ligados à organização tradicional da pesca. Segundo a autora, alguns jovens desistiram na metade do ano, devido à gravidez e ao trabalho da pesca, uma vez que a escola oferta a EJA durante o dia, horário, costumeiramente, direcionado para as atividades pesqueiras na ilha. Concluiu, ainda, que as práticas e planejamentos escolares precisam ter seus currículos repensados a partir dessas realidades, uma vez que “o modelo educacional para a elaboração do currículo está dentro da comunidade. Não é transformar o debate educacional e suas políticas em campo bairrista de embates de saberes e conhecimentos, mas buscar a efetivação de políticas públicas” (p. 76).

Araújo (2011), em sua pesquisa, discute perspectivas de construção de práxis pedagógicas interdisciplinares entre educação ambiental e alfabetização de jovens e adultos, e suas contribuições para a sustentabilidade no contexto da pesca artesanal, no âmbito do programa de alfabetização de pescadores “Pescando Letras”, nos municípios de Cascavel e Forquilha – Ceará. Teve como objetivo entender como se articulam, sob o ponto de vista teórico e prático, os pressupostos da educação ambiental e da alfabetização de adultos no âmbito do programa.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso, destacando a análise de bases teóricas e práticas no diálogo com os conhecimentos empíricos decorrentes da observação, dos dados de entrevistas semiestruturadas e documentos oficiais.

A autora conclui que o encontro entre alfabetização de jovens e adultos e a educação ambiental ocorre no entrelaçamento entre os princípios da interdisciplinaridade, da natureza política do ato educativo e da participação da sociedade civil nos processos de gestão da educação e do ambiente, em que o exercício da democracia e cidadania tem papel decisivo. Verificou a criticidade do programa em relação à educação ambiental, na construção e fortalecimento da cidadania. Por fim, a autora recomenda a efetuação “de pesquisa junto aos pescadores artesanais não alfabetizados para identificação de seus históricos, representações e reivindicações em termos de educação, visando qualificar o atendimento a esses sujeitos, construir e disponibilizar mais bibliografias para estudo” (ARAUJO, 2011, p. 131).

Oliveira e Urbanetz (2021) problematizam e refletem sobre limites, possibilidades e tensões do uso dos saberes de comunidades de pesca tradicional, como balizadores na construção de currículos de cursos técnicos. Com uma base teórica forte em Gramsci Freire e Berman, a partir de diálogos, pesquisa de campo e documental, levantam-se questões de reconhecimento das possibilidades de permanência e de resistência dos saberes dessas comunidades, em oposição à tecnologia da sociedade capitalista, que confronta e impõe o moderno em oposição ao artesanal, constituidor de sua identidade. Os sujeitos pesquisados são pescadores artesanais, mais especificamente os que frequentaram o “Curso Técnico em Pesca Integrado ao Ensino Médio na modalidade ProEJA”, a distância, oferecido pelo Instituto Federal do Paraná, para algumas colônias, como possibilidade de conclusão da educação básica integrada à área profissional da pesca.

Ao trabalhar com a categoria da contradição, evidenciam que um dos problemas encontrados para a efetivação dessa forma curricular dialógica, para o trabalhador que retoma à EJA no Brasil, é a dificuldade da escola em reconhecer e incorporar seus saberes e culturas nas propostas de cursos, principalmente os técnicos. Em seus últimos anos de escolarização básica, os estudantes deparam-se com uma educação dual e um currículo marcado por uma educação bancária. Embora alguns passos já tenham sido dados na concepção de educação integral, há, segundo eles, uma distância a ser percorrida para a concretude de um currículo crítico, construído na

materialidade dialógica, no processo de escolarização e na formação técnica para a EJA, em diálogo com seus saberes. Um dos avanços que possibilitaram diminuir uma das dicotomias vivenciadas no Ensino Médio foi a construção da base legal, expressa pelo decreto 5.154/2004 que apontou para a possibilidade da integração da educação básica com educação profissional na EJA.

Os autores destacam que as comunidades tradicionais podem vir a ser contempladas nos currículos, nas suas relações de trabalho e gênero, uma vez que os pescadores/as, mesmo sabendo que são explorados pelos atravessadores, mantêm suas parcerias. Mesmo reconhecendo as mulheres como pescadoras, prevalece o jugo da exploração de gênero no trabalho, uma vez que quem comercializa seus pescados são os homens. Concluem que os conflitos culturais desse momento da produção, constituído de contradições, práticas culturais e conflitos, estão pouco, ou nada, articulados nos currículos homogeneizados enquanto camisa de força na EJA.

Apreende-se o enredamento dos processos existentes nas comunidades pesqueiras, muito além do que se aponta nessa análise, mas entende-se que são repletas de questões e saberes pertinentes ao currículo da EJA para pescadores/as no que tange à proposta desta pesquisa.

Os autores reconhecem e acreditam que um currículo para jovens e adultos trabalhadores, principalmente na EAD, que vise uma educação libertadora, precisa conversar com os saberes dos educandos ainda no seu processo de constituição, para que, na sua consolidação, a prática dialógica se efetive. A pesquisa conclui, levantando, como possibilidade para próximas ofertas de cursos, “a elaboração de um currículo que seja construído em diálogo com os saberes dos pescadores, posto que essa investigação conseguiu registrar de maneira mais próxima, a realidade dessas comunidades” (p. 64). Advogam que “não seja possível dentro de uma perspectiva crítica para formação de um sujeito autônomo, um currículo que desconsidere esse sujeito, a partir de arranjos e seleções que não dialogam com seus saberes ou os ignoram” (p. 64).

À luz dessas reflexões, Freire (2013, p. 30) explicita que, “na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora”. Sendo assim, é necessário que a formação de pescadores/as

valorize essa perspectiva emancipatória no território pesqueiro, enquanto local de resistência na luta pela preservação de suas culturas.

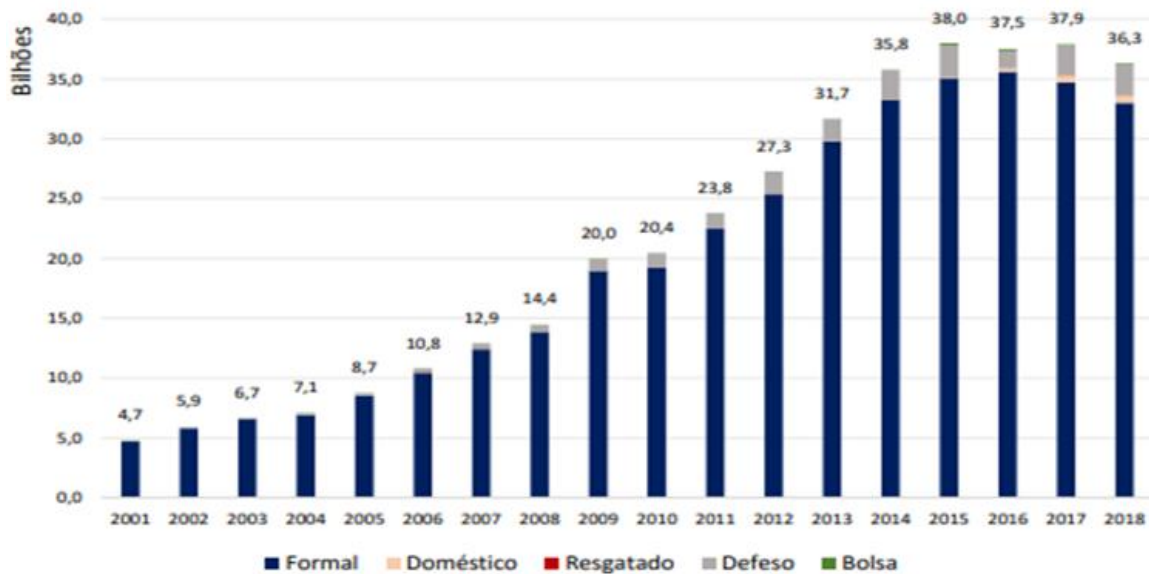
De modo geral, considerando o objeto de estudo desta pesquisa, não encontramos, na literatura, pesquisas que buscam a relação da escolarização de pescadores/as artesanais com o SDPA.

Os trabalhos que abordam o SDPA trazem, em sua maioria, os problemas enfrentados pelo programa, como apresenta Campos e Chaves, em um artigo de 2014, em que abordam um diagnóstico do SDPA voltado ao pescador com perfil artesanal. Esse trabalho traduz, de forma direta, as regulamentações que envolvem o programa, seus objetivos iniciais e suas “discrepâncias”.

Ao fazer uso de dados oficiais, em uma pesquisa quantitativa, Campos e Chaves chegam à conclusão da existência de “sobre custo”, principalmente nos estados do nordeste e norte. “Esse sobre custo é calculado do seguinte modo: para cada estado em que há mais beneficiários que pescadores artesanais, multiplica-se essa diferença pelo número médio de parcelas recebidas pelos beneficiários ao longo de 2010” (CAMPOS; CHAVES, 2014, p. 82). Mesmo acreditando que o SDPA esteja situado na “confluência das políticas sociais”, o programa defronta com inúmeras irregularidades, tal como o benefício pago a pessoas que não são pescadores/as artesanais.

Essa conclusão é, também, corroborada por Santos (2019), quando pontua que a destinação desses benefícios no Brasil é complexa, uma vez que não segue padrões que possam ser cíclicos e que também cresceu bastante nos últimos anos.

Gráfico 5 – Gastos do seguro-desemprego por modalidade – entre 2001 e 2018.



Fonte: Brasil (2019).

Como mostra o gráfico acima, a concessão do seguro defeso cresceu bastante desde 2009 e representa cerca de 7% do total de benefícios concedidos a brasileiros. Santos (2019) conclui que o aumento do seguro-desemprego tem seus pontos positivos em garantir renda ao trabalhador formal e informal em período de situação econômica desfavorável do país, mas que pode provocar pontos negativos, como o aumento em número de meses de desempregados e afetar a qualidade do novo emprego “salário de reemprego”.

Ainda em sua pesquisa, Santos (2019) analisa o risco moral no emprego gerado pelo seguro-desemprego, o qual as pesquisas realizadas em países como os EUA e Canadá e Espanha demonstram. No caso do Brasil, uma consequência negativa é a elevada informalidade local.

É possível fazer uma relação com a situação descrita acima e o recebimento do seguro defeso pelo pescador e pescadora artesanal, uma vez que essas/es pescadoras/es podem se aposentar na forma especial, com uma idade mínima de 60 anos e tempo mínimo de 15 anos de contribuição, desde que sejam registrados legalmente. Porém esses trabalhadores não podem exercer atividade formal, ou seja, ter carteira assinada ou ocupar serviços públicos em nenhuma esfera. Essa situação pode desencadear aumento de serviços informais dentro das comunidades pesqueiras não registradas e sem nenhuma contribuição de impostos, o que também

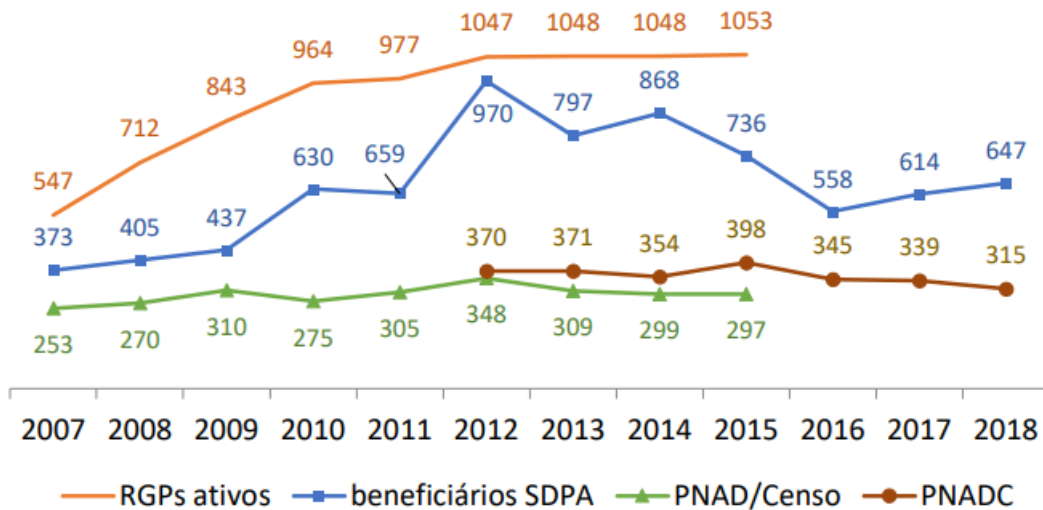
é possível é que essa situação não estimule ou incentive o abandono desses educandos e educandas da EJA.

Já Pereira (2014) traz um estudo de caso acerca da percepção do seguro-defeso e a reprodução social em uma determinada cidade do Pará, por conta da diminuição dos recursos naturais, condicionando mudanças nas atividades produtivas. A partir de uma pesquisa qualitativa, com base na observação e entrevistas em campo, baseou-se em diferentes teóricos no desenvolvimento do trabalho. Identificou que o SDPA, como política pública, viria para amenizar uma situação desfavorável em período de proteção das espécies. Embora o viés seja mais ambiental e econômico, é um benefício definido a partir da inclusão plena dos trabalhadores rurais no sistema previdenciário oficial e ocorreu com a promulgação da lei n. 8.213 de 25-07-91. Dessa forma, os pescadores artesanais gozariam de benefícios, como segurados especiais que fazem da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida. Essas alterações estenderam aos trabalhadores rurais benefícios sociais que eram, até então, exclusividade dos trabalhadores urbanos, bem como o acesso à contribuição previdenciária e à aposentadoria igual ao trabalhador e trabalhadora rural.

Essa questão, apresentada por Pereira, fica evidente na análise do documento em que a política de SDPA, Secap/Avaliação (2019) é empregada de forma a garantir a paralisação da pesca no período do defeso por pescadores artesanais que têm nesta atividade seu meio principal de vida. Para atingir esse fim, proporciona uma renda no período mencionado, assegurando ao pescador um salário-mínimo a cada mês em que esteja impedido legalmente de desempenhar sua profissão. O defeso é definido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) de acordo com as particularidades das espécies e regiões do país.

Quanto ao problema relativo ao recebimento desse benefício, Pereira (2014) faz considerações relevantes sobre a discrepância entre o número de pescadores e o quantitativo dos que recebem o seguro-defeso no Brasil. Em alguns estados, principalmente na região Norte e Nordeste, verificaram-se os maiores casos que ocorrem em relação à concessão e ao controle do benefício, muito devido à dificuldade de atendimento *in loco*. Por isso, cabe aos agentes do Seguro-Desemprego cobrir o benefício, sem a devida condição de identificar realmente a fidelidade das informações.

Gráfico 6 – Pescadores Artesanais: Inscritos no RGP; beneficiários do SDPA; profissionais pelo IBGE (em milhares).



Fonte: Brasil (2019).

O Relatório Secap/Avaliação (2019) ainda aponta três grandes fatores desse movimento crescente de SDPA: 1 – Saída de pescadores do setor industrial, visando receber o benefício do seguro-defeso, o que provoca falta de mão de obra e precarização do ponto de vista trabalhista; 2 – Entrada de pessoas na vida pesqueira apenas para receber o benefício; 3 – Uso do SDPA como barganha eleitoral. Essa mesma situação é constatada por Pereira (2014) que, concluindo, apresenta uma série de relatos de corrupções e irregularidades na concessão e recebimento desse benefício, mas que, de maneira geral, elenca a grande importância do mesmo, principalmente em áreas de população com renda muito baixa, “onde os benefícios sociais eventualmente recebidos são um aporte financeiro muito considerável. Esta política pública traz também possibilidades de mudança em outras esferas da reprodução social, em especial no modo de se relacionar com os recursos naturais” (PEREIRA, 2014, p. 64).

Nas últimas décadas, essa política vem aglutinando as mulheres. Por isso, buscamos um olhar sobre o envolvimento das pescadoras artesanais. Há anos, essas guerreiras não só são responsáveis pelo cuidado dos lares e dos filhos como também pela realização da atividade pesqueira, tanto no mar, quanto no rio, no continente (as marisqueiras) e na comercialização dos produtos. Como aborda Soares (2012), mesmo que ainda “invisíveis”, as mulheres vêm, cada vez mais, fazendo parte dos

sujeitos que vivem da pesca artesanal. Sua pesquisa traz as movimentações cada vez mais intensas das mulheres na participação das atividades pesqueiras em uma localidade do Amazonas.

Com uma pesquisa quantitativa/qualitativa e de campo, buscou dar visibilidade ao gênero. Nada mais justo, até porque é só caminhar pelas comunidades pesqueiras, principalmente no *locus* desta pesquisa, no Pontal (Marataízes), que iremos ratificar a participação maciça e qualificada das mulheres na pesca artesanal na comercialização dos produtos, quanto nas bancas de peixe, contribuindo, assim, com a renda familiar e como chefes de família. O SDPA vem sendo, há tempo, também destinado a elas que possuem toda seguridade social igualmente garantida aos homens. Embora sejam muitos os entraves do programa, como já abordados por Campos e Chaves (2014), Pereira (2014) e Santos (2019), o SDPA pode distribuir e gerar renda, embora possa apresentar discrepâncias.

Assim sendo, mesmo que os trabalhos, até então apresentados, sejam direcionados apenas a uma PP, o SDPA tem sua pertinência para o estudo em foco, pois destaca pontos positivos e negativos de um programa federal, assim como tantos outros que em nosso país sofrem com suas descontinuidades. Como se pode ir constatando, nessa revisão, existem muitas contradições envolvidas desde o estabelecimento da concessão do programa, como a corrupção no repasse dos benefícios e suas discrepâncias. Inferimos que essas questões podem influir em uma possível acomodação de pescadoras/es no que se refere às suas formas de produção e reprodução social, bem como com relação à busca por melhoria das condições de vida e elevação da escolaridade.

Como vimos, os estudos até então explorados centram foco no Programa SDPA e suas contradições internas no atendimento aos seus beneficiários/as, indicando a necessidade de seguir no rastreamento de produções que permitam explorar outras relações que explicitem o entrelaçamento do referido Programa com práticas educativas de escolarização de pescadoras/es artesanais, objeto de estudo desta proposta.

Moreira (2011), em sua dissertação sobre o seguro-defeso e os pescadores artesanais no Amazonas, buscou analisar o Programa e as estratégias de reprodução social do modo de vida dos pescadores artesanais, na localidade do Caí N'Agua, no

Paraná do Manequim – AM. A autora historiciza o SD como PP no setor pesqueiro e como as PP vêm se efetivando no contexto da pesca na comunidade.

A o objetivar entender a influência do SD e sua efetividade na reprodução social do modo de vida dos pescadores/as artesanais, fez uso de uma pesquisa qualitativa, com entrevistas e coleta de informação de dados oficiais, documentais e empíricos. A partir de um debate acerca do direcionamento das PP, alerta que elas têm que ser públicas de fato e não somente de cima para baixo, frisando que a maioria dos entrevistados participam de outros programas de transferência de renda, o que demonstra a ineficiência das políticas sociais.

A autora concluiu que as exigências em todo país para inclusão do/a pescador/a artesanal no programa burocratizam muito a inclusão dos sujeitos dessa localidade, sendo o SD seletivo e estratificador. Pontuou, também, que muitos pescadores usam o dinheiro para outros fins, o que pode estar contribuindo para a desfiguração do programa. Reforça, ainda, que as políticas sociais sejam de acordo com as singularidades das populações tradicionais, destacando que estas não podem ser enxergadas de forma homogênea e que os programas tenham finalidades de desenvolvimento da região e melhoria das condições de vida da população de várzea. Como resultado, indica que o SD propicia mudanças na vida do segurado, mas que seu acesso ainda é muito obstaculizado, e critica o estado democrático de direito brasileiro, por não privilegiar as tradições das comunidades tradicionais, pelo contrário, tenta homogeneizá-las.

Os trabalhos abordados nesta revisão de literatura foram discutidos na medida em que seus resultados estabelecem relações próximas ao objeto de estudo em foco. Destacamos que as lacunas encontradas nos trabalhos deixam em aberto a necessidade de pesquisas que explorem as relações na escolarização de pescadores/as artesanais na EJA com as atividades do labor da pesca, uma vez que o acesso, a permanência e a conclusão desses sujeitos na educação básica mostraram-se evidentes na preocupação dos pesquisadores.

3 INTERLOCUÇÕES: TRABALHO – NATUREZA – EDUCAÇÃO

Este capítulo volta-se a situar o aporte teórico que fundamenta este estudo, que tem como foco o percurso de escolarização de sujeitos pescadoras/es artesanais que produzem sua existência no trabalho com a pesca.

A partir do pensamento de que não existe apenas uma só epistemologia e sim diferentes epistemologias, este estudo lança mão de diversos autores vinculados aos campos de trabalho – educação, educação popular e EJA, que constituem a base teórica da pesquisa em foco, tais como: Marx (1985, 2004), Engels (1999, 2004), Antunes (2004), como principais aportes que nos permitem refletir sobre o trabalho como categoria fundante na constituição da espécie humana; bem como autores, estudiosos das relações trabalho e educação, como: Saviani (1999, 2007), Nosella (2007), Frigotto (2004) e Freire (1978, 1981, 1982, 1989, 1997), que nos chamam a refletir sobre o homem nas suas relações com o mundo e com os outros, implicando a relação com a natureza, como parte do processo educativo de humanização.

As categorias que se desdobram, a partir da categoria trabalho em Marx - processo de trabalho e objeto de trabalho -, são exploradas, no que toca o labor da pesca e nos chama a refletir na relação direta com o objeto de estudo, em específico os sujeitos pescadoras/es artesanais, em seus processos de escolarização imbricados com o trabalho como categoria ontológica e histórica (SAVIANI, 2007).

Para Marx (2004, p. 36), “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Nesse processo, ao colocar em movimento “as forças naturais pertencentes à sua corporalidade [ele atua] sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. Como uma ação intencional, o trabalho é “uma forma que pertence exclusivamente ao homem” (p. 36), uma vez que só ele pode projetar idealmente o que busca construir.

As relações entre o ser humano e a natureza fizeram com que ele construísse instrumentos que fornecessem utensílios indispensáveis à sua sobrevivência e, conseqüentemente, o mesmo pôde ser transformado, como Marx e Engels (1999, p. 39) observam:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; [...] O animal forma apenas segundo a medida e a carência da espécie à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza.

Essas reflexões demarcam os fundamentos ontológicos da categoria trabalho e, na relação com o objeto de estudo, provocam-nos a explorar algumas apropriações do pensamento marxiano para compreender a relação das/os pecadoras/es artesanais com o “objeto geral do trabalho humano”. Nas palavras de Marx (2004, p. 37), “a terra (que do ponto de vista econômico inclui também a água) como fonte original de víveres e meios já prontos de subsistência para o homem, é encontrada sem contribuição dele, como objeto geral do trabalho humano”. Assim, todas as coisas desprendidas do trabalho, na relação direta “com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza. Assim, o peixe que se pesca ao separá-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado do seu filão”.

Dessa maneira, na interação com os objetos de trabalho pré-existentes e na sua atuação sobre eles, o homem afirma-se pelo trabalho, o que se traduz na célebre ideia de Engels que o “trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 2004, p. 13). Considera-se que essa atividade primeira do ser humano foi a responsável pela constituição do primeiro ser social, a partir de uma espécie de “antropomorfo” único, que habitou um determinado lugar no planeta. Ou seja, essa categoria a diferenciar o humano de outros seres vivos é, sim, o trabalho. Devido ao fato de desenvolver atividades manuais para pegar alimentos e de se defender das intempéries, o homem vai aperfeiçoando suas mãos pelo trabalho.

Portanto, como um ser histórico, o homem tem o pressuposto da existência humana no trabalho. Essa categoria é a peça fundamental para entender que o homem precisa, permanentemente, realizá-lo para poder viver. A reprodução de sua vida material, por conseguinte, é ratificada através do trabalho. Assim, Marx (1982, p. 9) destaca que:

O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado no seu mero

aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos.

Assim, as condições sociais encontradas historicamente nas sociedades são dadas pelo trabalho, fundamentadas e realizadas no trabalho. O trabalho, portanto, como capacidade de produzir e criar as coisas, é que humaniza o homem. Ao produzir sua existência material, ele produz a necessidade da comunicação e da socialização, o que implica na existência coletiva do homem. Viver em coletividade significa produzir valores culturais, símbolos e educação.

No entanto, é na contradição expressa no trabalho pela sua constituição capitalista que pescadoras/es artesanais veem a escola em segundo plano. Essa é uma realidade que se faz presente dentre os segmentos da classe trabalhadora, atualmente multifacetada (ANTUNES, 2020), que é atendida pela modalidade EJA, uma vez que trabalhadoras/es são levadas/os a abandonar a escola em função das condições mínimas de sobrevivência que precisam garantir. É pertinente, para esse segmento, a reflexão de Marx e Engels (1987, p. 39) sobre as condições que os homens precisam ter para fazer história. Para ele, “comer, beber e vestir consiste numa condição fundamental de toda história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos”.

O ser humano tem sua existência garantida, a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida (MARX, 1985), no sentido de não se adaptar à natureza, e sim adaptá-la a si por meio do trabalho, o que caracteriza um processo histórico, transmitido, de geração a geração, o que implica a questão de aprender a trabalhar trabalhando, para continuar a espécie. Essa reflexão nos remete ao coletivo em foco nesta pesquisa: trabalhadoras/es que vivem da pesca artesanal e que, por sua vez, possuem conhecimentos empíricos, como técnicas produzidas no ambiente natural. O desenvolvimento de atividades ligadas ao labor da pesca cria as condições materiais para o trabalho das/os pescadoras/es artesanais como coletivo, e como segmento que, nos seus saberes e tradições da cultura, passados de geração em geração, vão se afirmando historicamente como sujeitos de conhecimento e de cultura.

A racionalidade que caracteriza a ação humana, diferentemente dos demais animais, intervém na natureza e, por meio dessa relação, produz um novo ser, como nos afirma Marx (2004, p. 80): “o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz”.

O trabalho, nessa perspectiva, então, é um atributo genérico do ser humano segundo Marx (2004). Ele investiga as possibilidades colocadas na natureza e, a partir disso, a molda de modo consciente. Os produtos essencialmente criados pelo ser humano não estão de imediato na natureza. O indivíduo precisou modificar a natureza para satisfazer determinados fins que o ser já pressupôs antes da produção propriamente dita. Ou seja, o ser humano não pode produzir nada sem a natureza. É no mundo exterior ao ser humano, a natureza, que o trabalho se efetiva, a partir de uma base materialista. Segundo Marx (1985, p. 84),

a natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.

Diante da reflexão, importa destacar, também, que o ser humano só se efetiva em relação com a natureza. Essa mediação apenas é dada mediada pelo processo de trabalho. Então, fora do contato com a natureza, não há trabalho. Outro aspecto importante do carácter genérico do ser humano, ainda segundo Marx (2004, p. 84), é o carácter social, cooperativo. Ao mesmo tempo que o indivíduo trabalha, ele intervém ativamente na natureza e, de modo consciente, produz um mundo humano coletivamente. Logo, o ser humano é um ser social, que, na intervenção consciente no mundo natural, caracteriza-se como

um ser genérico [...], não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser universo, [e] por isso livre.

Assim, de acordo com Marx (2004), o indivíduo, ao atuar coletivamente, de forma consciente e por meio da cooperação, produz um mundo de objetos que não são imediatamente naturais, mas feitos de acordo com um fim precedido previamente. Dessa forma, o mundo de hoje não se dá de forma naturalizada. Ele vem sendo modificado pelos seres humanos ao longo do processo histórico, é o mundo humano,

produto do nosso trabalho. Marx (2004) destaca, também, que o ser humano, na sociedade civil burguesa, está estranhado do próprio gênero, uma vez que o produto e a atividade para produzir a mercadoria são externos a ele. Ou seja, o produto e a atividade que desenvolve independem do indivíduo e são hostis a ele. Todo esse movimento humano, todo mundo que foi construído pelos indivíduos por meio do seu trabalho coletivamente aparece como se fosse algo independente dos seres e conseqüentemente estranho a eles, o que, em Marx, constitui o trabalho alienado. Para Marx (2004, p. 82-83),

[...] o trabalho é externo [...] ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza [...] evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste.

O trabalhador, então, só se reconhece como humano, como indivíduo, só realiza a própria personalidade quando está fora do trabalho, no tempo livre. O trabalho torna-se um meio de vida, um meio pelo qual o ser humano subsiste. No que se refere a essa situação de estranhamento do trabalhador em relação ao trabalho, Marx (2004, p. 82), refletindo sobre as leis nacionais econômicas, afirma que

[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir, que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador se torna; que quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobres de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.

Essa reflexão nos leva a considerar a irrefreável lógica do capitalismo em seu processo de acumulação e expropriação da natureza. No que se refere à relação trabalho-natureza, os sujeitos que participaram nesta pesquisa apresentam uma relação muito íntima com o mundo exterior ao seu, no caso, a natureza, o rio, o mar, na realização do seu labor e a conseqüente aquisição do seu produto, que poderá lhe servir como sustento, ou para comercialização na intenção de adquirir mais renda.

Dessa forma, as/os pescadoras/es artesanais reafirmam o trabalho como categoria histórica ontológica, na sua interação com a natureza e com os outros como mediação essencial à sua sobrevivência, enquanto coletivo.

Nesse sentido, Antunes (2010, p. 203) nos chama a refletir sobre o trabalho, não como “um ato individual, mas como um ato coletivo, de tal modo que é no trabalho que o ser encontra os seus laços de sociabilidade mais profundos. Este trabalho, se é um trabalho dotado de uma dimensão humana ou social, [...]”, ele é um trabalho criativo e emancipador. Nessa perspectiva, o autor, ao deter sua reflexão sobre a dimensão social do trabalho a partir da inspiração marxiana e lukcasiana, reafirma o trabalho como elemento estruturante da constituição do ser

na ontologia do ser social, ou numa dimensão ontológica, que é aquela dimensão estruturante que o trabalho tem na conformação do ser social, seja em sua gênese, no salto do ser pré-humano para o ser humano, seja na processualidade do mundo, na história concreta, seja no vir-a-ser, na medida em que o trabalho tem um papel por certo também transformador (ANTUNES, 2010, p. 203).

O mesmo autor, ao criticar o sistema de dominação das relações sociais sob o capitalismo, propõe um projeto que tem como principal desafio uma sociedade que compreenda o trabalho para além de suas características econômicas e de produção de riquezas (ANTUNES, 1999).

Como podemos observar em Marx (2004, p. 81), “a natureza oferece os meios de vida, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os meios de vida no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do trabalhador mesmo”. Essa reflexão caracteriza o coletivo estudado, uma vez que as atividades ligadas ao seu trabalho ocupam a maior parte do tempo de suas vidas, seja na construção dos equipamentos para a realização do trabalho, seja quanto ao tempo dedicado à produção da mercadoria de fato, à pesca e à sua comercialização. Todas essas atividades são feitas diariamente e/ou semanalmente, ocupando grande tempo na vida desses seres humanos, o que nos leva a refletir, apreendendo, a partir dessa dinâmica do trabalho da pescadora e do pescador, o que nos alerta Marx (2004, p. 81) sobre o “trabalhador se tornar, [...] um servo do seu objeto. Primeiro, porque ele recebe um objeto do trabalho, isto é, recebe trabalho; e, segundo, porque recebe meios de subsistência. [...], para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como sujeito físico”.

Esses trabalhadores, incansavelmente, dia após dia, vão em direção ao horizonte, ainda à noite, a buscar cada vez mais produtos com a esperança de que o trabalho será mais valorizado. No entanto, por meio da lógica da dimensão coletiva com que atuam na pesca artesanal, esses trabalhadores são estão vinculados à lógica do

trabalho estranhado. Os pescados que buscam em alto mar e/ou que são comercializados na comunidade como resultado do seu trabalho não pertencem a ele, mas ao capital. Mas seu trabalho, cada vez mais, é desvalorizado em relação às suas mercadorias, e, nessa economia nacional da propriedade privada, os empresários, que não dedicam seu tempo a atividade pesqueira, muito menos sofrem os perigos que esses trabalhadores enfrentam, são os que conseguem acumular riqueza.

O trabalhador, segundo Marx (2004), ao produzir, produz um mundo de riquezas, mas, para si mesmo, produz miséria, pois seu produto não pertence a ele. Ele não tem pertencimento do produto, o trabalhador confirma o produto do trabalho como um produto estranhado. Como define Marx (1985, p. 80): “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria”.

Essa reflexão nos faz retomar as relações trabalho – educação. A formação do homem realiza-se a partir do contato do mesmo com a natureza, na produção do trabalho para aprender a produzir sua própria existência. Como afirma Saviani (2007, p. 154), “os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações”.

Igualmente, em Brandão (1981), a educação configura-se como um modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura. São formas de saberes que atravessam as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos das artes ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para se reinventar, todos os dias. Ainda segundo Brandão (1981, p. 7), a educação “existe misturada com a vida em momentos de trabalho, de lazer, de camaradagem e de amor”.

Assim, a pesquisa entrelaça as relações que envolvem o trabalho humano, suas relações com a natureza, interligando as categorias trabalho e educação que, nos sentidos histórico-ontológico, são consideradas atividades especificamente humanas. “[...] Apenas o ser humano trabalha e educa” (SAVIANI, 2007, p. 154).

A partir dos fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação, tal como explorados por Saviani (2007), destaca-se, simultaneamente, a ação educativa pela

mediação pelo trabalho. O autor afirma que trabalho e educação são inseparáveis, mesmo que, ao longo da história, tenham se mostrado momentos de movimentos contrários. É o que se pode observar desde a sociedade feudal, quando ocorreu a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho pesado. Esta foi intensificada com a Revolução Industrial, na qual a burguesia se apropriou dessa dissensão e instituiu o trabalho intelectual para os donos dos meios de produção e o trabalho manual para as classes menos favorecidas.

Ainda segundo Saviani (2007), é preciso o “restabelecimento de vínculos” entre essas categorias, uma vez que, ao fabricar o mundo que está ao seu redor, o ser humano aprende, ao estudar e investiga, bem como o sujeito passa a trabalhar de forma diferente. Logo, para o autor, trabalho e educação são características humanas que possuem propriedades que permitem trabalhar e educar em “caráter acidental e não substancial”. Por isso, trabalho e educação são fundamentos históricos, pois são produzidos pelos seres humanos no tempo e espaço de forma material, ao longo de sua história e, ao mesmo tempo, ontológicos, uma vez que são próprios do ser humano e se realizam através do próprio ser resultando na concretização de um produto.

Na sua constituição como homens e mulheres, a partir da relação com a comunidade e com a natureza, pecadoras/es artesanais educam-se e educam as novas gerações. Nesse processo, a produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos, cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem.

A ampliação de estudos e reflexões acerca das diferentes concepções e práticas de trabalho nas comunidades ribeirinhas e costeiras e o entendimento da relação entre trabalho e educação a partir do olhar das/os trabalhadoras/es tornaram-se uma necessidade, pois, sendo o trabalho a ação transformadora do ser humano sobre a natureza e um princípio educativo, deve ser apropriado no diálogo e nas práticas curriculares dos jovens, adultos e idosos das comunidades tradicionais, já que a educação tem sua importância e contribuição no processo de transformação social.

Saviani (2007) ressalta que o problema das relações entre trabalho e educação tem influenciado muitos teóricos a desenvolverem pesquisas sobre a temática, com o objetivo comum de elucidar os fatores determinantes do seu dilaceramento e, assim,

demonstrar a importância de seu entrelaçamento no enfrentamento de problemáticas que assolam a sociedade atual.

Essa condição proporciona a ele o conhecimento dos efeitos do trabalho para si próprio, para o outro, para sociedade e para a natureza, pois os pensamentos e sentimentos nele presentes estão relacionados ao interesse do homem como ser individual e coletivo. Uma vez que está inserido num contexto histórico-social concreto, vão sendo entrelaçadas diferentes práticas e diferentes racionalidades que vêm a constituir uma diversidade de saberes impulsionadores da construção, reconstrução e transformação do pensar, do agir, do ser, do sentir a vida humana e do meio em que se vive.

Como este estudo propôs uma investigação possível, envolvendo as relações entre educação, trabalho, política pública, EJA e pescadoras/es artesanais, é importante dialogar acerca do trabalho como princípio educativo. Saviani (2007) explicita como o trabalho como princípio educativo se desenvolveria na escola. Seu entendimento é que este vai muito além, excede os muros da escola. Saviani (2007, p. 160) diz, ainda, que:

[...] A base em que se assenta a estrutura do ensino fundamental é o princípio educativo do trabalho. [...] uma vez que o princípio do trabalho é imanente à escola elementar; isso significa que no ensino fundamental a relação entre trabalho e educação é implícita e indireta. [...] a escola elementar não precisa, então, fazer referência direta ao processo de trabalho, porque ela se constitui basicamente como um mecanismo, um instrumento, por meio do qual os integrantes da sociedade se apropriam daqueles elementos também instrumentais para a sua inserção efetiva na própria sociedade. Aprender a ler, escrever e contar, além dos rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais, constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive, inclusive para entender a própria incorporação, pelo trabalho, dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade.

O princípio educativo do trabalho, com suas origens em Marx, tem sido incorporado por pensadores brasileiros, influenciando as práticas em educação e formação no Brasil ao longo dos anos. Podemos, então, entender o princípio educativo do trabalho como característica essencialmente humana, sendo a atividade primeira em que o ser social se manifesta e relacionando-se à natureza, de modo a idealizar e implementar-se. O trabalho, então, manifesta-se, uma vez que constrói ou modifica o ser social, apesar dos rumos, ou a visão pela qual chegue a esse processo.

A presente pesquisa buscou explorar ideias que permitam compreender o trabalho como processo de mediação entre o ser humano e a natureza, bem como a constituição do mesmo como processo educativo, que possibilita a comunicação das

pessoas entre si e com a natureza, interações por meio das quais se educam no e pelo trabalho.

Na relação com o objeto de estudo, significa pensar a escola como espaço que possibilita a formação humanística, científica e cultural que rompa com a concepção burguesa de trabalho e, para tal, demanda disciplina de estudo (NOSELLA, 2007).

Uma escola, ainda segundo Nosella (2007, p. 149):

como espaço em que cada um livremente se forma naquilo que é do seu gosto: Pode ser a arte, a música, matemática, aeromodelismo, o radiotelegrafismo, a especialização na astronomia ou também no esporte, ou até mesmo nas técnicas artesanais.

As/os pescadoras/es, ao mesmo tempo que já incorporam a tecnologia como instrumento de deslocamento e orientação no desenvolvimento de suas atividades laborais, fazem uso de leituras de mundo com base nos conhecimentos ancestrais e lançam mão dos meios de trabalho a que Marx (2004) se refere quando constrói redes, tarrafas, canoas, barcos, feitos totalmente de forma artesanal, aplicados a partir de conhecimentos que são passados sempre para novas gerações.

Num inventário desses conhecimentos, destacamos a movimentação das marés por influências dos astros e das águas, de acordo com a chegada de frentes frias ou incidências de correntes. Todo esse conhecimento empírico parece que ainda não foi reconhecido e nem incorporado pelas escolas que esses sujeitos da pesquisa frequentaram ou ainda frequentam. Eles aprendem uns com os outros, com nenhum regramento, apenas na observação, no fazer prático, livres e em contato com a natureza, o que não significa que a escola não tenha importância na formação desse segmento. Pelo contrário, Freire (1989, p. 33-34) chama atenção para a dicotomia entre o saber escolar e o saber de experiência e o cuidado com a postura ideológica que tende a considerar que “só se estuda na escola”

Daí que seja ela, a escola, considerada, deste ponto de vista, como a matriz do conhecimento. Fora da escolarização não há saber ou o saber que existe fora dela é tido como inferior sem que tenha nada que ver com o rigoroso saber do intelectual. Na verdade, porém, este saber tão desdenhado, ‘saber de experiência feito’, tem de ser o ponto de partida em qualquer trabalho de educação popular orientado no sentido da criação de um conhecimento mais rigoroso por parte das massas populares.

Ainda refletindo com Freire (1997, p. 41): “Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora”. Sendo assim, é necessário que a formação das/os pescadoras/es valorize essa

perspectiva emancipatória, enquanto local de resistência na luta desses sujeitos, devendo estar comprometida com as perspectivas da Educação Popular durante as intervenções junto às comunidades, dialogando com as lideranças e em uma relação dialógica de aprendizagem mútua de modo a fortalecer a identidade cultural e profissional desse coletivo, fazendo com que os mesmos participem efetivamente da vida e na comunidade.

Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987, p. 68), afrontando uma época marcada pela opressão instituída pelo Golpe de 1964 e no contexto de gestação desse Golpe, inicia uma revolução no modo de pensar a educação, refletindo que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Um dos enormes obstáculos da época e, também, para os dias atuais, quando se pensa a educação, é fazê-la libertadora, dialógica e crítica. Freire, então, explicita a visão mais revolucionária, ao afirmar que “a educação é política”, o professor tem que se posicionar como um ser político, fazendo, sempre, uma leitura crítica da realidade que o cerca e aos seus educandos.

Retomando o percurso de escolarização das/os pescadoras/es artesanais na relação com o trabalho da pesca e sua relação com a natureza, importa problematizar o vínculo que esses trabalhadores mantêm com o SDPA. É comum entre as/os pescadoras/es artesanais pensar que uma política, como o SDPA, pode lhes garantir uma melhor qualidade de vida, e que, talvez, não precisem buscar melhorar sua escolarização. Infelizmente, não conhecem que essas políticas vêm carregadas de ideologias que, por muitas vezes, podem contribuir para uma reprodução social ratificada no sistema educacional dominante. Nesse sentido, de forma insistente, Freire (1978) rechaça a pretensa neutralidade das práticas educativas, sendo impossível negar, para ele, o caráter político da educação, a não ser por “angelitude ou astúcia”. Segundo o autor, “os problemas básicos da pedagogia não são estritamente pedagógicos, mas políticos e ideológicos” (1978, p. 69). No decorrer de toda a sua obra, Freire ressalta a relação ontológica entre educação e política, pois, segundo ele, toda prática educativa seria, na verdade, um ato político, destarte a educação seria uma prática eminentemente política.

Passando pela aquisição da consciência, originada pelo trabalho, essa se torna a atividade fundamental pela qual o ser humano cria-se, expande-se em conhecimento. O trabalho é, assim como já vimos, uma condição básica e fundamental para a criação

do próprio ser, na medida em que suas mãos, no dizer de Freire (1987, p. 20), “se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformam o mundo” e o humanizam.

No entanto, o princípio educativo do trabalho, na sociedade capitalista, como já discutida em Max (2002) e Saviani (2007), assume a forma alienada com todas as consequências negativas que dela derivam. Porém, ao mesmo tempo, as possibilidades de transcendência da forma capitalista de produção da vida humana e a emancipação social estão postas pela dialética do trabalho (ANTUNES, 2004). Dessa forma, o trabalho, sob o capitalismo, constitui a vida social estranhada ou alienada, porém, também possibilita a emancipação social. Ou seja, o trabalho, ao mesmo tempo que preserva um princípio educativo limitado pela produção do estado de carência e insensibilidade, contém a possibilidade de crescimento da consciência dos sujeitos sociais, de humanização, transformação e de emancipação desses mesmos sujeitos.

Por assim dizer, é na contradição expressa no trabalho pela sua constituição capitalista e as demais contradições daí decorrentes que estão imanentes as possibilidades e as alternativas. Assim, é possível pensar não somente a educação, mas o trabalho como processos de humanização a partir da formação cultural e das práxis transformadoras de todos os cidadãos sujeitos da sua história (FREIRE, 1987). O pensamento de que “os homens se educam em comunhão” corrobora a questão de que as atividades cotidianas, por exemplo das pescadoras e pescadores artesanais, estão carregadas de ensinamentos e tradições que, durante gerações, contribuem com ensinamentos e aprendizados a partir do labor da pesca.

Nessa perspectiva, este trabalho bebeu das práxis de Paulo Freire, grande pensador e educador brasileiro, que revolucionou o pensamento político e educacional no país, ao pensar criticamente sobre a escola brasileira e suas proposições para uma educação libertadora, a partir de suas memoráveis experiências no SESI, no Movimento de Cultura Popular do Recife e no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, nos anos 1960 (FREIRE, 1987), em que se destacam suas primeiras experiências com alfabetização de adultos. Como sabemos, seu pensamento tem sido uma das principais referências do pensamento crítico, contagiando o tempo presente da educação. Assim, é importantíssimo interligar essas ideias com este estudo.

Na relação com sujeitos pescadoras/es artesanais de que se ocupa este estudo, Freire (1997), em suas práxis no SESI, aborda, com entusiasmo, sua aproximação com o cotidiano desse grupo, a partir da preocupação com as relações entre escola e família, e o problema da violência.

Instigado por essa problemática, realizou uma pesquisa, como disse, “nada sofisticada” no litoral de Pernambuco, mais precisamente na área urbana de Recife, sobre a relação entre pais e filhos ou filhas. Os resultados indicaram que os castigos físicos apresentam incidências maiores nas áreas urbanas ou rurais. Porém, nas comunidades pesqueiras, observou a falta ou quase falta de castigos. Disse ele: “Parecia que, nestas áreas, o horizonte marítimo, as lendas sobre a liberdade individual, [...], o confronto dos pecadores em suas jangadas[...] tudo isso teria que ver com um gosto de liberdade que se opunha ao uso sobretudo dos castigos físicos” (FREIRE, 1997, p. 10). Elenca, muito bem, a liberdade desse coletivo, ao se lançar ao mar e ir de encontro ao vento, usufruindo do contato com a natureza.

Desse modo, a natureza seria encarregada de ensinar parte do modo de vida das crianças, jovens, seus limites e suas consequências. E os pais se encarregavam da metade da criação deles. Freire destaca, também, que, quando indagados sobre a grande quantidade de faltas na escola, tinham as mesmas respostas de pais e de filhos: “somos livres, um dia voltarão”, como se a escola não apresentasse importância maior que a atividade do trabalho com o mar. De fato, a escola ocupava-se como pano de fundo ou como segundo plano na vida das pescadoras/es das comunidades. Ou seja, para esse coletivo, o importante na constituição como ser humano é o trabalho, já que, de acordo com Marx e Engels (2009, p. 35),

[...] de modo algum se pode libertar os homens [e mulheres] enquanto estes [estas] não estiverem em condições de adquirir comida e bebida, habitação e vestuário. A libertação é um ato histórico, não um ato de pensamento, e é efetuada por relações históricas, pelo [nív]el da indústria, do com[ércio], da [agri]cultura do intercâmbio.

Essa reflexão de Marx e Engels suscita o debate sobre as condições históricas e ontológicas ao longo do processo de hominização. Como bem lembra Saviani (2007), esse processo é histórico, porque remete à ação que o ser humano desenvolve, à medida que vai transformando a natureza por meio de sua interação com ela, ao mesmo tempo que, ontologicamente, constitui-se enquanto ser e se distancia dos demais animais.

Nessa interação é que se dá a necessidade da educação, que nasce na própria origem de constituição do ser humano, pelo trabalho, de onde procede, também, a relação de identidade entre trabalho e educação (SAVIANI, 2007). Os homens foram aprendendo a “produzir sua existência no ato próprio de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações” (SAVIANI, 2007, p. 154). Assim, no modo de produção comunal, prevalecia o que chamamos, atualmente, de “comunismo primitivo”: todas as formas e os diversos elementos que eram constituídos por meio da experiência e da atuação do homem no meio eram passados de geração para geração, sem distinção entre os indivíduos de uma mesma sociedade.

Com a instituição da propriedade privada das terras, aliada a novas maneiras de se produzir, culminou-se na divisão social do trabalho. Nesse contexto, temos, pela primeira vez, a educação concebida de forma desvinculada do trabalho. “[...] As origens das instituições educativas remontam ao momento de rupturas do modelo de produção comum (o comunismo primitivo) que determinou o advento das sociedades de classes. Localiza-se, nessa época remotíssima, o surgimento da escola” (SAVIANI, 2007, p. 9).

Porém essa escola surge constituindo uma “cisão na unidade de educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho [como] duas modalidades distintas e separadas de educação” (SAVIANI, 2007, p. 155). Ou seja, uma escola para os filhos dos donos das terras, para os filhos dos empresários que herdariam a vida política e o poder, voltada para o trabalho intelectual. E outra escola, para os filhos dos trabalhadores que priorizaria o trabalho manual.

Essa reflexão dialoga com as experiências desenvolvidas por Freire em Guiné-Bissau (FREIRE, 1989), quando produziu materiais de leitura para o processo de formação nos Círculos de Cultura, em que o fazer e o pensar como práxis se fazem presentes nas proposições, em que os trabalhos manual e o intelectual são exercitados como princípio de formação e sempre com uma finalidade em que a transformação do mundo e dos seres humanos se dá. Na relação com pescadoras/es artesanais, inferimos que, através de seu trabalho, criam, desde cedo, um processo educativo, a partir da ação dos mesmos em contato com a natureza, produzindo um mundo de conhecimento, que podemos perceber presente neste excerto de material de leitura que Freire (1981, p. 36) compartilha.

Pedro e Antônio derrubaram uma árvore. Tiveram uma prática. A atividade prática dos seres humanos tem finalidades. Eles sabiam o que queriam fazer ao derrubar a árvore. Trabalharam. Com instrumentos, não só derrubaram a árvore mas a desbastaram, depois de derrubá-la. Dividiram o grande tronco em pedaços ou toros, que secaram ao sol. Em seguida, Pedro e Antônio serraram os troncos e fizeram tábuas com eles. Com as tábuas, fizeram um barco. Antes de fazer o barco, antes mesmo de derrubarem a árvore, eles já tinham na cabeça a forma do barco que iam fazer. Eles já sabiam para que iam fazer o barco. Pedro e Antônio trabalharam. Transformaram com o seu trabalho a árvore e fizeram com ela um barco. É trabalhando que os homens e as mulheres transformam o mundo e, transformando o mundo, se transformam também.

O coletivo vinculado a esse estudo constrói barcos, faz uso deles para prover suas subsistências e, ainda, através deste trabalho, num processo educativo, que é passado de geração para geração, produz um mundo de conhecimentos. Essa reflexão corrobora a ideia de que é na interlocução entre trabalho e educação, a partir das práxis do ser humano com elementos já existentes no meio natural e social, que se constitui o processo educativo, antes desses sujeitos frequentarem a escola.

Na verdade, Freire (1981, 1997) é tão cirúrgico, ao propor a ideia de uma educação libertadora, que, em sua experiência em Angicos, nos círculos de culturas, destacou a centralidade das palavras/temas geradores para alfabetização. Ora, esses temas partem da realidade dos sujeitos do povo, as/os trabalhadoras/as para, então, ser, a partir desses, construída a proposta de alfabetização. Um modelo de educação libertadora que só pode vir do educando e não externo a ele ou para ele. Como lembra Freire (1989, p. 25-26):

Entre as inúmeras recordações que guardo da prática dos debates nos Círculos de Cultura de São Tomé, [...] Visitávamos um Círculo numa pequena comunidade pesqueira chamada Monte Mário. Tinha-se como geradora a palavra bonito, nome de um peixe, e como codificação um desenho expressivo do povoado, com sua vegetação, as suas casas típicas, com barcos de pesca ao mar e um pescador com um bonito à mão. O grupo de alfabetizando olhava em silêncio a codificação. Em certo momento, quatro entre eles se levantaram, como se tivessem combinado, e se dirigiram até a parede em que estava fixada a codificação (o desenho do povoado). Observaram a codificação de perto, atentamente. Depois, dirigiram-se à janela da sala onde estávamos. Olharam o mundo lá fora. Entrelharam-se, olhos vivos, quase surpresos, e, olhando mais uma vez a codificação, disseram: 'É Monte Mário. Monte Mário é assim e não sabíamos'. Através da codificação, aqueles quatro participantes do Círculo 'tornavam distância' do seu mundo e o re-conheciam.

São reflexões que cada vez mais elucidam a prática do coletivo em estudo. A escola destinada a eles tem seus conteúdos elaborados a partir de conhecimentos externos a eles, para eles. As pescadoras/es artesanais constroem um mundo de conhecimento com a natureza e o mundo, nas relações com o trabalho, muito mais significativo do que a educação formal instituída que lhes é oferecida.

Assim, como a sociedade passa por transformações ao longo dos tempos, por questões de ordem econômica, Antunes (1999), a partir das crises “estruturais do capitalismo” (NOSELLA, 2007, p. 147), admite que “os programas escolares inspirados nos valores da liberdade, da justiça e da igualdade precisam ser atualizados constantemente, e nem sempre um nome-bandeira nos ajuda nessa empreitada”.

Os sujeitos da pesquisa estão sempre em busca da educação, em que “mundo” ela se construa. Nosella (2007, p. 150) ainda elenca que “a liberdade não espera que se abra o canal ideal para alcançar o coração do homem [...] Como água para o mar, infiltra – se, dribla os obstáculos, rompe até alguns diques[...] mesmo que escassa e tardiamente, chega ao coração do trabalhador”.

A educação bancária criticada por Freire (1978) privilegia o modelo educacional de depósito de conteúdo, caracterizando-se pelo distanciamento da escola, da vida dos educandos. Ainda em Freire (1978), o que deve prevalecer é a defesa da valorização do saber do aluno, do saber popular. Mas também conclamava para que os sujeitos se indignassem com a realidade de exploração em que viviam de modo a fazerem a passagem da “ingenuidade”, ou seja, de uma posição passiva buscando transcendê-la rumo ao desenvolvimento de uma leitura crítica da realidade, que só poderia ser alcançada, de acordo com Freire (1978, p. 85) com

diálogo coletivo sempre em busca da compreensão da realidade, desenvolvida por uma educação libertadora e sobretudo política. Aí seria possível uma educação popular que pudesse ser vivenciada na organização de cooperativas, na atividade de organização em comunidades e mobilização.

Dentre as categorias presentes no pensamento de Freire, destacam-se a importância do sonho e, principalmente, a afirmação da esperança. Duas categorias importantíssimas que irão nortear seu pensamento e práxis no desenvolvimento da educação popular e libertadora. Como afirmava Freire (1997, p. 5), não é possível viver “[...] a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho. A esperança é necessidade ontológica; a desesperança, esperança que, perdendo o endereço, se torna distorção da necessidade ontológica”.

A falta de esperança nos deixa imobilizados da ação, faz acreditar no “fatalismo” de que não é possível recriar ou mudar o mundo. Porém, é necessário que a esperança esteja entrelaçada com a consciência e práxis de forma crítica, porque a “[...]”

esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia” (FREIRE, 1997, p. 5). Desse modo, é necessário que a práxis tenha, de forma incondicional, a esperança como base. Freire (1997, p. 5) ainda afirma que “enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar – se concretude histórica”. Necessita-se, continuamente, fomentar a esperança de que a mudança é possível e que a falta de justiça, as desigualdades, os bolsões de pobreza venham um dia, senão serem extintas por completo, ao menos serem reduzidas ou amenizadas.

Assim, a desesperança e o distanciamento da realização dos sonhos estão vinculados à comunidade pesqueira do Pontal. Grande parte dos moradores não acreditam mais na mudança. Um coletivo que é marcado pela cultura, religiosidade, crença, tradições próprias, tradicionalmente passadas de geração para geração, vem se sucumbindo diante das transformações do mundo contemporâneo em meio ao desenvolvimento tecnológico, sob a “lógica antissocial do capital” (ANTUNES, 2020, p. 12), que ameaça a vida em todas as suas dimensões.

4 A ESCOLARIZAÇÃO DAS PESCADORAS/ES ARTESANAIS DO PONTAL NA EJA NO MUNICÍPIO DE MARATAÍZES

Passamos a retomar, neste capítulo, o problema de pesquisa na relação com seus objetivos, com vistas a verificar o alcance dos mesmos em face dos resultados que se evidenciam e que nos permitem refletir, a partir das análises desenvolvidas, sobre o percurso de escolarização das/os estudantes pescadoras e pescadores artesanais, matriculados/as na EJA do Pontal- Marataízes-ES, como veremos.

Que obstáculos elas/eles têm encontrado no prosseguimento de seus estudos? O que lhes motiva a permanecer ou abandonar a escola? Que sentido tem a escola para pescadoras/es artesanais? A escola tem valorizado seus saberes, culturas e conhecimentos?

Atentando aos objetivos propostos e às questões que se desencadearam no percurso da pesquisa, algumas categorias foram se evidenciando como básicas para a análise dos dados oriundos dos diversos instrumentos de pesquisa em contextos distintos. Essas categorias foram assim reunidas: negação do direito à escolarização; valorização/desvalorização dos saberes e cultura dos sujeitos pela escola; relação trabalho e educação; relação trabalho da pesca/gênero; e o SDPA.

As análises estão organizadas em quatro subitens, que passaremos a descrever refletindo criticamente sobre os dados produzidos e suas possíveis interpretações. Começamos por explorar, na sequência, a categoria da negação do direito, atento à contradição entre o que é garantido nas leis vigentes e sua não efetivação desde o acesso, permanência e continuidade da escolarização das/dos trabalhadoras e trabalhadores estudantes da EJA do Pontal.

4.1 A NEGAÇÃO DO DIREITO NO PERCURSO DE ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EJA PESCADORAS/ES ARTESANAIS DO PONTAL

Ao longo da investigação, na tentativa de responder à questão problema, fomos nos deparando com os estudos já realizados, envolvendo pescadoras e pescadores artesanais em experiências escolares vinculadas a políticas educacionais voltadas

para segmentos tornados vulneráveis e com baixo nível de escolarização. O coletivo em foco neste estudo, integra, como vimos, os dados que reafirmam a baixa escolaridade desse segmento. Ao mesmo tempo, os dados oriundos das fontes documentais analisadas, com relação ao percurso dos participantes da pesquisa na comunidade do Pontal – Marataízes/ES, denunciam a negação do direito à escolarização.

Nesse sentido, a demanda potencial de educação básica apresentada por esse segmento nos estudos de revisão exige do governo federal, estados e municípios o dever de assegurar a oferta da modalidade adequada a esses sujeitos, não somente com o objetivo de erradicar o analfabetismo, como também de proporcionar aumento na escolaridade da população brasileira. Ainda sofre as marcas da colonização e de uma sociedade escravocrata, o que interfere no acesso livre e igualitário à educação, conforme nos explicita Cury (2002, p. 258), ao afirmar que:

Mesmo com declarações e inscrição em lei, o direito à educação ainda não se efetivou na maior parte dos países que sofreram a colonização. As consequências da colonização e escravatura, associadas às múltiplas formas de não-acesso à propriedade da terra, a ausência de um sistema contratual de mercado e uma fraca intervenção do Estado no sistema de estratificação social produzirão sociedades cheias de contrastes, gritantes diferenças, próprias da desigualdade social. A persistência desta situação de base continua a produzir pessoas ou que estão 'fora do contrato' ou que não estão tendo oportunidade de ter acesso a postos de trabalho e bens sociais mínimos.

Essa reflexão nos remete aos sujeitos da pesquisa, que apresentam grande dificuldade de efetivar não somente o acesso como também a permanência e conclusão na Educação Básica, desde muito tempo.

Nesse sentido, buscamos evidenciar, a seguir, parte da análise sobre a pesquisa documental desenvolvida a partir das informações disponíveis na plataforma de dados educacionais da UFPR, do levantamento dos dados de matrículas, permanência e conclusão, bem como da escuta de funcionários das escolas envolvidas. Como veremos, esses dados possibilitam tencionar a política deliberada de desmonte da EJA no ES e no município onde o trabalho se desenvolveu. Ao mesmo tempo, permite inferir sobre o descaso do poder público em prover condições para a manutenção da oferta da modalidade e a efetivação do processo de escolarização das pescadoras/es artesanais na EJA, no referido território.

Para dar suporte na interlocução dos direitos à educação, explicitamos, mais uma vez, a Constituição Federal de 1988, quando destaca no seu

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...] VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Na mesma direção de afirmação do direito à educação, a LDB 9394/96 (Art. 2º) ratifica não somente a garantia do acesso dos educandos à escola, sem “limitações”, proporcionando igualdade em todos os acessos nas diferentes modalidades, inclusive na EJA.

Nessa reflexão, o governo federal tem o dever de efetivar os direitos já garantidos por lei, bem como garantir as condições de permanência nos diferentes percursos escolares, inclusive das comunidades tradicionais, nesse caso, das pescadoras/es artesanais.

Retomando o primeiro objetivo específico que trata de levantar, a partir de fontes documentais, dados de matrículas e conclusão de estudantes pescadoras/es artesanais que acessaram a EJA entre 2014-2019, busca-se situar as relações da política de desmonte entre as esferas nacional e estadual e a implicação dessa política na EJA em Marataízes.

Observa-se que a modalidade EJA vem sofrendo permanentes ataques como o fechamento de turmas e redução do número de matrículas, como indicado na tabela abaixo, o que não pode ser considerado um fenômeno localizado, mas, de certa forma, orquestrado e evidenciado como parte de uma política nas três esferas de governo, como veremos.

Tabela 2 – Número de turmas e matrículas (EJA-Ensino Fundamental e EJA Ensino Médio-Brasil, 2014-2019).

ANO	BRASIL		ESPÍRITO SANTO		BRASIL		ESPÍRITO SANTO	
	nº de turmas		nº de turmas		nº de matrículas		nº de matrículas	
	E.F.	E.M.	E.F.	E.M.	E.F.	E.M.	E.F.	E.M.
2014	104.544	36.365	2.210	936	2.344.448	1.309.046	41.513	29.888
2015	94.935	37.318	2.026	844	2.182.611	1.309.258	36.562	26.284
2016	90.886	43.558	1.566	777	2.105.535	1.376.639	35.499	28.870
2017	94.269	43.096	1.409	810	2.172.904	1.425.812	33.559	30.466
2018	92.299	42.693	1.376	841	2.108.155	1.437.833	32.351	30.738
2019	83.856	40.542	1.364	843	1.937.583	1.252.580	32.255	30.086

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Plataforma de dados educacionais UFPR e adaptada do INEP – Censo resumo técnico 2018/2020.

Observando a tabela acima, verifica-se que o número de turmas e os números de matrículas, de 2014-2019, na EJA Fundamental, tanto em nível nacional quanto em nível estadual (Espírito Santo), teve uma grave redução. Em relação ao número de turmas, ocorreu, tanto no Brasil quanto no estado do ES, queda em cerca de 40%, durante o período analisado.

As matrículas do Ensino Fundamental no Espírito Santo acompanharam o movimento de retração do número de turmas, como observado ainda na tabela 2. No Brasil, a redução foi de 17,35%, enquanto, no Espírito Santo, foi de 22%, respectivamente, na modalidade. Esses dados podem ser comprovados, também, conforme Resumo Técnico do INEP/CENSO (2018, p. 28) ao explicitar que

o número de matrículas na educação de jovens e adultos (EJA) diminuiu 2,9% de 2014 a 2018, chegando a 3,5 milhões em 2018. Essa queda foi influenciada, especialmente, pela redução do número de matrículas da EJA de nível fundamental, que teve queda de 10,1% de 2014 a 2018.

Ainda de acordo com o Resumo Técnico do INEP/CENSO (2020, p. 28), “o número de matrículas da EJA diminuiu 8,3%, chegando a 3 milhões em 2020. Essa queda no último ano ocorreu de forma similar nas matrículas da EJA de nível fundamental [...] que apresentou redução de 9,7% [...]”.

A análise apresenta outra configuração quanto ao Ensino Médio, observando relativo aumento após as análises dos dados de turmas e de matrículas no Brasil e no ES na modalidade. Quanto ao número de turmas, o acréscimo foi de 15,6%, de 2014 – 2016, vindo a cair 5,9% entre 2016 – 2019, no Brasil. No ES, a redução do número de turmas foi de 19,3%, entre 2014 – 2016, vindo a aumentar 8,5% entre 2016 – 2019. Essa

configuração acompanha o número de matrículas no Ensino Médio no Brasil e no ES. As matrículas no EM aumentaram em torno de 9,8% no período de 2014 - 2018, vindo a cair 6,2 % em 2019 no Brasil e na rede estadual do ES. Mais precisamente no período entre 2014 – 2018, apresentou aumento de cerca de 1,9%, vindo a cair 1,25% em 2019, no número de acessos na Etapa de Ensino Médio na EJA, conforme tabela 2, e ratificados nos dados INEP/CENSO (2018/2020).

Embora o crescimento do EM tenha ocorrido em contexto de um governo usurpado por Michel Temer, pós-golpe de 2016, bem como durante o período de vigência explícita de destituição das conquistas no campo da educação e demais direitos sociais, quando se focaliza a redução dos recursos já explicitados por Pinto (2021), temos caracterizado uma deliberada indução da negação de direito à educação por parte do Estado.

Infere-se, dessa análise, uma conexão direta com a redução dos investimentos na EJA, que passou a vigorar abaixo de 100 milhões no ano de 2018, segundo Pinto (2021). Esse fato pode ter levado ao fechamento de escolas e turmas, influenciando não somente na permanência e conclusão dos cursos ofertados na modalidade EJA, mas comprometendo, também, o acesso à escola o que, conseqüentemente, intensifica a negação do direito à educação.

Na relação direta com o fenômeno do fechamento de turmas no município de Marataízes, podemos observar, na tabela 3 abaixo, como a indução da negação do direito à educação se evidencia.

Tabela 3 – Número de turmas na EJA – Ensino Fundamental e Médio em Marataízes/ES – EMEF José Marcelino / EEEFM Domingos José Martins (2014 a 2019).

Ano	MARATAÍZES		EMEF Escola José Marcelino			EEEFM Domingos José Martins		
	Turmas	Matrícula	Turmas	Matrícula	Pescadores/a Artesanal	Turmas	Matrícula	Pescador artesanal
2014	25	594	8	146	15	8	249	9
2015	24	508	9	133	13	7	217	10
2016	23	574	8	151	14	5	186	11
2017	22	530	8	108	13	6	248	12
2018	24	848	5	174	10	11	463	14
2019	22	824	5	177	11	10	425	13

Fonte: Elaborado pelo autor. Micro dados da Plataforma de Dados Educacionais da UFPR.

Embora a EMEF José Marcelino tenha aumentado as matrículas nos últimos 6 anos (exceto em 2017), o número de turmas foi sendo reduzido nos últimos 3, conforme

tabela acima. O aumento dessas matrículas, na referida escola, não foi suficiente para evitar o fechamento do turno noturno que contemplava a modalidade da EJA da 1ª a 8ª etapas nessa unidade, o que veio a ocorrer em 2021 e se faz mais uma evidência da negação do direito na EJA no município. Essa EMEF atendia jovens, adultos e idosos do Pontal (comunidade próxima à escola, formada por pescadoras/es artesanais, *locus* em que o estudo foi desenvolvido).

Em função do fechamento do turno noturno da referida escola no ano de 2021, os estudantes passaram a se deslocar quilômetros para estudar na escola polo, que foi destinada para a EJA municipal, ou simplesmente interromperam novamente suas trajetórias escolares. Em conversa com um dos presidentes das associações de pescadores do Pontal, ele relatou que:

[...] havia passado para a 8ª etapa da EJA ali no José Marcelino. Agora tenho que ir lá para cima em Marataízes. Eu tenho moto é fácil, mas tenho que sair de casa pelo menos meia hora mais cedo e voltar quase as 11h. Infelizmente não irei terminar os estudos agora. Quando voltar pra cá eu volto a estudar e termino.

Temos, nesse depoimento, elementos que evidenciam obstáculos impostos no percurso de escolarização de um pescador artesanal, que é levado a interromper o seu processo de formação, em função do fechamento do turno da EJA da escola onde ele estudava, o que mostra que o dever do Estado de garantir às pessoas que não acessaram a educação em idade considerada “certa” e a continuação no percurso escolar, de forma igualitária, não vem sendo efetivado. Segundo Cury (2002), o direito a educação em seu pleno acesso, permanência e conclusão demanda a sua garantia em lei. No entanto, a lei por si só não garante a efetivação do direito, em função das condições de sua realização. Podemos dizer que, no caso das pescadoras/es, sujeitos dessa pesquisa, estamos muito distantes de concretizar o direito à educação em sua plenitude, conforme observado no relato acima.

As reflexões até aqui explicitadas permitem observar a nítida política de negação do direito à educação na modalidade de forma articulada, como vimos, no Brasil e no Espírito Santo, com foco no município de Marataízes *locus* dessa pesquisa. Voltando ao nosso problema de pesquisa, com relação aos obstáculos no percurso do processo de escolarização de pescadoras e pescadores, ao escutar o secretário de uma das escolas envolvidas, tivemos como depoimento que:

Muitos até vêm aqui, deixam seus nomes, telefone, e pedem para nós entrarmos em contado quando as matrículas iniciarem. Porém, quando

ligamos, eles dizem que ‘estão pescando’; ‘Este semestre não vai dá’; Outros até iniciam, mas desistem pelo caminho. ‘Dizem que não dá para conciliar a pesca e a escola’.

Chama atenção no relato do secretário uma possível ausência de uma política, no município, apropriada para a busca ativa de um grupo específico como o das pescadoras/es artesanais, deixando a entender que não é o Estado que mobiliza o chamamento, mas sim, os estudantes que “pedem” para a secretaria entrar em contato. Inferimos que não há previsão, por parte da escola, de um tempo de matrícula favorável às condições de comparecimento das pescadoras e pescadores artesanais para efetivação do acesso. Os tempos de matrículas da escola não respondem aos tempos de vida disponíveis dos sujeitos que constituem demanda potencial para a EJA.

Importante destacar que a oferta das vagas e o período de matrícula vão do final de novembro até meados de dezembro. A maioria dos envolvidos no processo não tem acesso a estas informações e outros, em função do trabalho, como no caso específico das pescadoras/es, “estão fora da cidade”, por um período que pode chegar até um mês.

É muito comum, no litoral do município, que os estudantes procurem a escola para a realização da matrícula apenas na semana que antecede ou até mesmo na semana que inicia as aulas. Como destacaram os secretários das duas escolas, *“há uma baixíssima procura por vagas no período de matrícula no final do ano. Eles procuram a escola sempre quando começam as aulas”*. Esta questão favoreceu o fechamento de turmas e turno da modalidade como já demonstrado.

Essas informações apontam um agravante sem precedente, uma vez que os coletivos que frequentam a EJA são trabalhadoras e trabalhadores, principalmente que integram as atividades da indústria, comércio, agricultura, dos setores de serviços e pesca artesanal. Com relação a este último coletivo, pescadoras/es artesanais vêm tendo sua permanência e conclusão na EJA comprometidas.

Outra informação que merece destaque na tabela 3 é o número de alunos pescadoras/es matriculados. Esses sujeitos que buscam melhorar as condições de vida, com a conclusão dos estudos, têm renda das atividades ligadas à pesca, programas sociais como Bolsa família e o SDPA.

Esses trabalhadores, que, em sua maioria, buscam melhorar sua escolarização na EJA e já não conseguem dar continuidade ao percurso, vêm tendo cada vez mais

seus direitos negados. Conforme comprovado no estudo, em média, eram realizadas cerca de 25 matrículas, de pescador/a artesanal vindo do PONTAL por ano, no Ensino Fundamental e Ensino Médio na EJA, em Marataízes. Em 2022, em levantamento realizado por este pesquisador, apenas 11 pescadoras/es que moram na comunidade do Pontal frequentam a EJA no Município.

4.2 VALORIZAÇÃO/DESVALORIZAÇÃO DOS SABERES E CULTURA DE PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS PELA ESCOLA

Prosseguindo nas análises sobre o percurso de escolarização das pescadoras e pescadores artesanais e os possíveis obstáculos encontrados no percurso, retomamos Minayo (2002, p. 17) quando nos chama atenção para o fato de que a pesquisa mesmo sendo uma “prática teórica, [...] vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”. É o que esta fase da pesquisa buscou evidenciar ao tentar relacionar os achados, que os dados vão revelando, com a base teórica deste estudo e suas problematizações, na relação com o objeto, e de modo especial com a interlocução da escuta dos sujeitos envolvidos e dos demais dados obtidos, para compreender o que ocorre no percurso de escolarização em foco.

Assim, começamos por tentar explicitar a escuta dos profissionais¹⁴ que atuam na EJA e os estudantes pescadoras/es artesanais que estão inseridos na modalidade. No trabalho de campo, a pesquisa estendeu o diálogo aos sujeitos que se dispuseram a contribuir com o desvelamento da realidade aparente da comunidade do Pontal, com destaque para as causas da baixa taxa de escolarização das/dos pescadoras e pescadores artesanais, assim como, para a maneira como eles (re)produzem sua cultura, na inter-relação com o trabalho intimamente ligado à natureza. Tais aspectos podem demarcar seu modo de vida e valores, frente ao modelo de educação que vem sendo imposto a eles e que nem sempre leva em consideração a valorização dos saberes e cultura próprios desse coletivo.

¹⁴ Como forma de identificação dos participantes, uma vez que nem todos os profissionais da educação se identificaram, estaremos nomeando os depoimentos com a letra P, seguida do numeral correspondente no quadro do perfil dos mesmos.

A apresentação da pesquisa para os profissionais que trabalham com a modalidade da EJA, no município, foi realizada em pequenos espaços de tempo durante uma semana em duas escolas: A EMEF Maria da Glória Nunes Nemer e a EEEFM Domingos José Martins.

Como já mencionado, a EMEF Maria da Gloria Nunes Nemer foi escolhida em função do fechamento do noturno e conseqüentemente da EJA na EMEF José Marcelino, que atendia o coletivo em questão, moradores da comunidade do Pontal. Segundo SEMED (Secretaria Municipal de Educação) *“todos os alunos do município que estariam cursando ou tivessem interesse em cursar a EJA Fundamental no ano de 2021, deveriam ser direcionados para a escola polo EMEF Maria da Glória Nunes Nemer”*.

No percurso, tornou-se importante a escuta dos profissionais que atuam nessas escolas, o que nos levou a levantar a formação profissional dos mesmos, com idade entre 25-60 anos. Conforme podemos ver no quadro abaixo.

Quadro 4 – Perfil dos profissionais da educação que atuam na EJA Fundamental e Médio/Marataízes 2022.

Profissionais	Formação Superior	Faixa etária	Gênero	Possui algum tipo de formação na EJA	Estado ou município oferta formação na EJA
P 1	SIM	25 – 60	F	NÃO	NÃO
P 2	SIM	25 - 60	M	NÃO	NÃO
P 3	SIM	Mais de 60	F	NÃO	NÃO
P 4	SIM	50 - 60	M	SIM	NÃO
P 5	SIM	25 - 60	F	NÃO	SIM
P 6	SIM	50 - 60	F	NÃO	NÃO
P 7	SIM	50 - 60	F	SIM	NÃO
P 8	SIM	25 - 60	NÃO RESPONDEU	SIM	SIM
P 9	SM	25 - 60	M	NÃO	NÃO
P 10	SIM	25 - 60	F	SIM	SIM

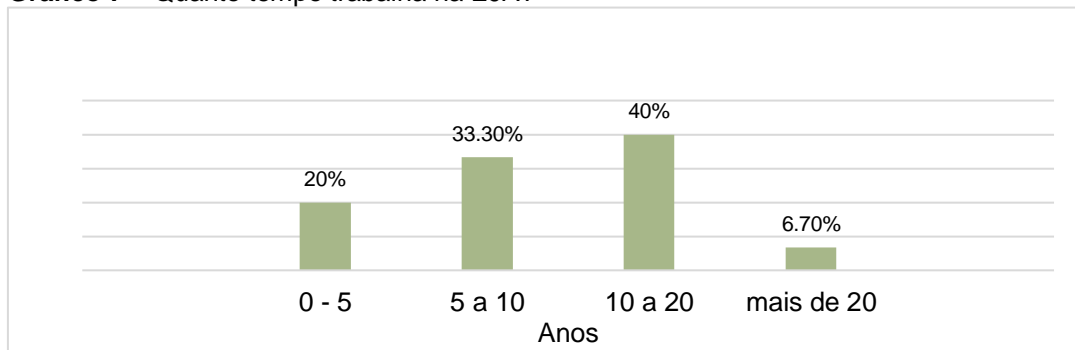
P 11	SIM	50 - 60	F	SIM	NÃO
P 12	SIM	25 - 60	M	NÃO	NÃO
P 13	SIM	50 - 60	M	NÃO	NÃO
P 14	SIM	25 - 60	F	SIM	NÃO
P 15	SIM	25 - 60	M	NÃO	SIM

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Responderam aos questionários 8 mulheres, 6 homens e uma pessoa que não quis opinar sobre o gênero. O magistério municipal e estadual em Marataízes está representado por maioria de mulheres, como mostra o quadro acima. Os 15 profissionais da educação que participaram da pesquisa têm idade entre 25 e 60 anos, apresentam formação de origem nas diferentes áreas de conhecimentos, como linguagens, ciências humanas, matemática e ciência da natureza.

Quando as questões passam a ser específicas para a modalidade da EJA, fica nítido o aproveitamento dos profissionais que trabalham nos Ensinos Fundamental e Médio. Destes, apenas um apresenta algum tipo de curso ou formação na EJA. Outros dois já disseram que *“o Estado apresenta algum tipo de curso na EJA”, mas que “não dispunha de tempo” ou “quando ficaram sabendo já havia finalizado” (Relato de dois professores).*

Outro argumento mencionado por uma professora chama atenção: *“nunca fui informada sobre nenhum curso”*. Os demais não souberam responder. São informações preocupantes, quando se tem 80% dos profissionais dentre os que responderam à pesquisa, atuando na EJA há mais de 5 anos. Somente 26,7% dos que responderam os questionários indicam alguma formação na EJA, como demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Quanto tempo trabalha na EJA?

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ainda sobre o quadro 4, seis profissionais responderam que existe formação na EJA, deixaram claro que foi ofertado pelo Estado e/ou particular. O município de Marataízes, até 2021 não possuía na secretaria de educação uma gerência para a EJA. Apenas uma Professor/a Pedagogo/a, que também não tinha formação na modalidade, era responsável por cada escola. Sendo assim, ela respondia por todas as modalidades que a unidade escolar ofertava. Observa-se assim, o descaso com os sujeitos da EJA e com a modalidade.

Na abordagem sobre a questão da formação feita com professores/as, durante a roda de conversa, a participação dos mesmos foi bem subjetiva: *“Gostaria muito de que a pedagoga, o município ou o Estado oferecesse curso para aperfeiçoamento profissional”* (P 4). *“O Estado faz tantas mudanças no ensino da EJA, mas não proporciona formação adequada”* (P 9). Outro relato importante (P 14),

A formação de professores é precária para todo segmento escolar. Infelizmente o governo do ES não valoriza formação e nem oferece cursos maravilhosos a serem feitos além da carga horária de 25 horas semanais, uma jornada exaustiva. Nesse sentido a formação é negligenciada demais.

Ainda nas rodas de conversa, durante o período que o estudo foi desenvolvido, nas duas escolas, conversamos acerca da temática da pesquisa em foco e sobre a importância da Modalidade da EJA. Um ponto considerado foi a dificuldade em manter as turmas da EJA, elencado pela diretora, de uma das escolas: *“Têm matrículas, mas não são suficientes para muitas das vezes, formar turmas, de acordo com as exigências da SEMED, que exige número mínimo de alunos”*. Continuou ainda, afirmando que a Secretaria de Municipal de Educação vem *“fazendo pressão para reduzir número de turmas e turno no município”*.

Outro ponto importante discutido entre os profissionais foi a questão do currículo. Não existe um currículo específico para a comunidade tradicional, em estudo, no município de Marataízes. Ou seja, “*acaba fazendo um resumo do currículo regular e aplica na EJA*”, destacou uma professora. Esse depoimento indica uma certa desvalorização dos saberes e cultura das pescadoras e pescadores artesanais pela escola. Dos profissionais que atuam na EJA, poucos apresentam, como vimos, alguma formação específica. Segundo eles não existem currículos voltados para a modalidade da EJA Fundamental e Médio, que contemple e valorize os sujeitos da pesquisa em foco.

Assim, os sujeitos, pescadoras e pescadores artesanais na EJA, não são atendidos dentro de sua especificidade de coletivo, o que evidencia que os mesmos não têm seus conhecimentos empíricos, nem suas culturas valorizadas pelas professoras/es e conseqüentemente pelas escolas. Sendo assim, é importante considerar que se dê atenção aos conhecimentos de cada comunidade tradicional, para lutar contra a ideologia dominante da escola. Esses sujeitos compõe as camadas populares e observam na prática a efetivação de uma escola que não atende seus anseios, e se serve prioritariamente de conteúdos culturais para legalizar e fortalecer a sua dominação (SAVIANI, 2007).

Por sua vez, ao discutir a importância dos conhecimentos empíricos, já existentes nas comunidades tradicionais, Paulo Freire (1996, p. 33) destaca também que:

O/a jovem adulto/a ao ingressar na escola traz consigo seus saberes construídos nos espaços em que vivem, saberes estes que muitas vezes contribuíram, inclusive, com o professor, mesmo que o educando muitas vezes não entenda ‘a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos’.

No entanto, profissionais alegam que, na verdade, “*o estado do Espírito Santo não possui um currículo voltado especificamente para a EJA*” (P 2), o que podemos também inferir, muito menos para pescadoras/es artesanais. Outro professor fazendo comparação entre a realidade do coletivo das pescadoras/es artesanais e os conteúdos que estudam na escola, entende que esses estudantes se “*Sentem verdadeiramente peixes fora d’agua*” (P 4). Para que as experiências, conhecimentos e cultura desse grupo sejam reconhecidos e incorporados pelos currículos, é necessário oportunizar, a esses sujeitos, o resgate de suas identidades negadas que estão marginalizados pelo sistema escolar (ARROYO, 2008).

A escola básica, ao incorporar o trabalho como princípio educativo, segundo Saviani (2007), tem uma tarefa que extrapola a abordagem dos conhecimentos, para além dos muros da escola.

Aprender a ler, escrever e contar, além dos rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais, constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive, inclusive para entender a própria incorporação, pelo trabalho, dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade (SAVIANI, 2007, p. 160).

Nesse sentido, a incorporação dos conhecimentos práticos e das culturas que são passados de geração em geração, trazidos para a escola pelos jovens, adultos e idosos, trabalhadoras/es, no caso específico desse estudo, a pescadora/o artesanal são, como veremos um desafio para as práticas curriculares no sentido da valorização desses conhecimentos, uma vez que eles seguem sendo invisibilizados.

Paulo Freire já alertava para a importância de uma educação voltada aos interesses e realidades dos grupos populares com quem desenvolveu suas primeiras experiências. A premissa do trabalho como princípio educativo se faz presente nas suas práticas quando busca articular sempre os conteúdos com a vida dos grupos envolvidos de modo a construir com eles. Uma educação que “não seja apenas um depósito de conteúdo, desvinculado da realidade e do processo político [que para isso] precisa ter compromisso com a qualidade de vida dos atores envolvidos na sociedade, respeitando suas vozes [...]” (FREIRE, 1997, p. 57).

Retomando a escuta dos profissionais durante a roda de conversa, e insistindo em ouvi-los sobre as práticas curriculares desenvolvidas na EJA com os sujeitos participantes desse estudo, propusemos o seguinte questionamento aos docentes, diretores e pedagogos acerca do PPP, currículos e também planejamentos: Existe no currículo da escola ou no PPP preocupação em considerar os conhecimentos e saberes dos estudantes que são pescadores/as artesanais? As respostas convidam a pensar as relações entre a escola e a comunidade, entre professoras e alunas/os, e entre os próprios profissionais.

A invisibilidade desse público é gritante em qualquer segmento social (P 14).

Se existe eu desconheço, essa proposta não foi evidenciada nesses últimos anos (P 10).

Se há alguma orientação a respeito desse segmento de aluno, não me foi passado (P 7).

Outros profissionais que participaram da pesquisa apenas disseram “*não*” e não quiseram tecer comentário. Observa-se que existe total invisibilidade dos sujeitos,

neste caso, as pescadoras/es artesanais do Pontal, que buscam atendimento na EJA, em Maratáizes. Acerca dessa discussão, Santos (2016, p. 2) elenca que,

o processo de ensino/aprendizado realizado na EJA deve acontecer de forma diferenciada do que é trabalhado nos ensinamentos regulares do ensino fundamental e médio, uma vez que os adultos possuem mais experiências do que as crianças e talvez mais dificuldades de aprendizagem, porém deve subsidiar a formação desses como ser individual, social e profissional.

Outro questionamento foi dirigido à equipe pedagógica: O professor/a realiza planejamento diferenciado para atender as comunidades tradicionais, como por exemplo a pescadora/r artesanal que frequenta a EJA? As respostas foram desanimadoras. Todos os profissionais da educação que participaram do estudo disseram que não preparam atividades/aulas diferenciadas.

Não. Preparar um planejamento para 1, 2 ou três alunos por turma, não faz sentido (P 1; P 9).

O ensino é dado genericamente (P 8).

Há uma proposta geral para as dificuldades do público da EJA.

Certamente, como já mencionado por um dos profissionais participantes da pesquisa, “são sujeitos invisibilizados” (P 12). Sobre esses relatos, Santos (2016, p. 3) ressalta que:

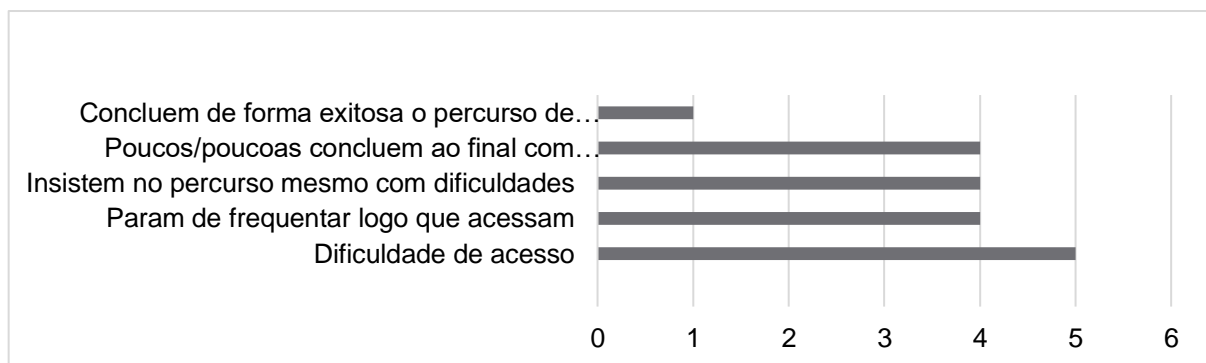
a experiência e os conhecimentos prévios dos alunos são pontos importantes a serem destacados em se tratando da construção de um ensino significativo e proeminente, capaz de fornecer subsídios para os sujeitos envolvidos neste processo alcançarem seus objetivos em todos os âmbitos profissionais e pessoais.

Isso reitera que as atividades escolares a serem desenvolvidas na EJA deveriam priorizar os saberes das vivências dos sujeitos. Desta maneira a aprendizagem pode ter mais significado e suscitar no educando da EJA o interesse pelo processo de ensino aprendizagem. Ou seja, quando os conteúdos escolares se articulam com os conteúdos da vida o desempenho é satisfatório. Assim, para o Parecer 11/2000, importa considerar na oferta da EJA

as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias [pautando-se] pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio (BRASIL, 2000, p. 1).

Outra reflexão pertinente à valorização dos conhecimentos e experiências dos sujeitos pela escola, que nos faz retomar a pergunta de pesquisa, sobre os obstáculos no percurso de escolarização, é que as/os profissionais desconhecem quantas/os pescadoras/es artesanais concluem os estudos na EJA em Marataízes/ES. Como vimos, a EMEF Maria da Glória Nunes Nemer e a EEEFM Domingos José Martins são as únicas escolas que ofertam atualmente a modalidade no município e esse tem sua história ligada à vila de pescadores, sujeitos que ainda ocupam bairros do município, como o caso do *locus* deste estudo, a comunidade pesqueira do Pontal. Nesse ponto, ao se posicionarem sobre o percurso dos estudantes, podemos ver no gráfico que se segue como os profissionais da educação o avaliam.

Gráfico 8 – Como considera o percurso de escolarização dos estudantes Pescadoras/es artesanais na Escola?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Podemos observar que os profissionais indicaram algumas dificuldades que esses sujeitos enfrentam no percurso de escolarização. Dentre essas dificuldades, o acesso e a permanência se mostram como os principais obstáculos para a conclusão, o que reitera os estudos de revisão que vão indicar o baixo nível de escolarização dos pescadores/as artesanais.

Nota-se, também, nas conclusões dos profissionais de educação, o que este estudo levanta como hipótese. Segundo eles, a necessidade de trabalhar está ligada diretamente à dificuldade de acesso, permanência e conclusão desses sujeitos na EJA. Segundo as professoras/es, eles têm “problemas” do tipo: “*Horário, cansaço*”; “*Frequência*”; “*Acesso*”; “*Conciliar trabalho e estudo devido a rotina de trabalho, cansaço, viagens etc.*”; “*Pontualidade, continuidade e escolaridade precária*”; “*Ausência na escola pela necessidade de trabalho*”; “*Financeiro; planejamento*”.

diferenciado que considere as especificações”; “Gravidez, trabalho”; “Frequentar; escolaridade precária”.

Ainda conforme relatam os professores sobre os problemas enfrentados pelos estudantes, para permanecerem na escola, vimos que a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, e a rotina do trabalho nas atividades ligadas à pesca, torna o trabalho um dos principais obstáculos ao processo de escolarização, além de outros não menos importantes como como a gravidez precoce, o casamento e a questão financeira.

Na sequência, no terceiro subitem, passamos a focalizar o resultado dos dados levantados pelo questionário e durante as rodas de conversas com os estudantes pescadoras/es da EJA do Ensino Fundamental e Médio.

4.3 O OLHAR DE ESTUDANTES PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS SOBRE AS RELAÇÕES TRABALHO E EDUCAÇÃO

Neste subitem, busca-se dialogar a partir da escuta dos estudantes pescadoras/es artesanais, que frequentam a EJA, sobre os obstáculos que se evidenciaram no processo de escolarização em foco. Como já sinalizado, tomamos os resultados dos questionários e das rodas de conversa no seu conjunto, para uma leitura mais ampla e ao mesmo tempo coerente.

Na primeira Roda de Conversa foi apresentada ao grupo a proposta de estudo. Eles gostaram da proposição e concordaram em participar da pesquisa, primeiramente preenchendo os questionários e posteriormente participando das rodas de conversas.

Ao analisar os resultados dos questionários, um dado que se destaca refere-se à questão de gênero. A maior parte de estudantes pescadoras/es artesanais da comunidade do Pontal, que frequentam a EJA Fundamental e Médio, é de mulheres, conforme quadro abaixo.

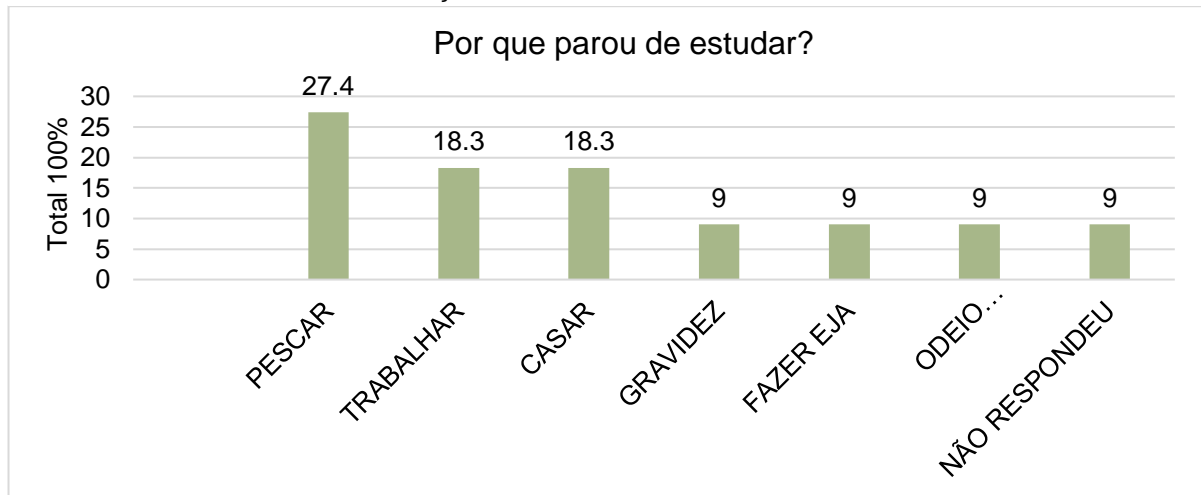
Quadro 5 – Perfil dos estudantes pescadoras/es artesanais que frequentam a EJA.

Estudantes	Gênero	Idade (entre)	É pescador/a artesanal	Recebe o SDPA	Etapa da EJA
1	F	15 – 25	sim	sim	Fundamental
2	F	25 – 50	sim	sim	Médio
3	M	15 – 25	não respondeu	não respondeu	Fundamental
4	M	50 – 60	sim	sim	Médio
5	F	25 – 50	não respondeu	não respondeu	Médio
6	M	25 – 50	sim	sim	Médio
7	M	25 – 50	sim	sim	Médio
8	F	15 – 25	sim	não	Médio
9	F	15 – 25	sim	não	Fundamental
10	F	15 – 25	não respondeu	não respondeu	Médio
11	F	15 – 25	sim	não	Médio

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A partir dos dados, quando analisamos a faixa etária desses mesmos sujeitos, é possível verificar o que se confirma em Reinholtz (2019), quanto ao aumento significativo do número de jovens que passaram a frequentar a modalidade da EJA, ano após ano. Do total de estudantes que participaram da pesquisa, 6 são jovens entre 15 a 25 anos, conforme quadro acima que o permite precisar o nível de escolaridade dos mesmos. Três frequentam o Ensino Fundamental e 3 são estudantes da EJA do Ensino Médio.

Na terceira Roda de Conversa, ao retomar a questão da pesquisa sobre os obstáculos enfrentados no percurso de escolarização das pescadoras/es artesanais, passamos a abordar a temática da escola. Os dados que emergiram trazem elementos de análise das relações trabalho e educação, conforme sinalização deste subitem. O grupo ficou mais animado e passou a participar com mais entusiasmo no diálogo. A primeira reflexão proposta sobre o tema, foi: o porquê de terem parado de estudar no Ensino Regular “de dia”, como eles dizem. Vale observar que o Ensino Fundamental e Médio em Marataízes/ES só tem disponibilidade nos turnos matutino e vespertino. O gráfico abaixo traz as respostas de forma bem objetiva.

Gráfico 9 – Obstáculos à escolarização de estudantes Pescadoras/es.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Como podemos observar nesse gráfico, a pesca e o trabalho foram indicados como principais obstáculos para os estudantes que frequentaram a EJA Fundamental e Médio. Ou seja, cerca de 5 estudantes interromperam os estudos por conta do trabalho, diretamente ou indireta ligado à atividade da pesca. Nas referidas Escolas que acolhem as pescadoras/es artesanais da comunidade pesqueira do Pontal, o trabalho com a pesca se faz importante entrave aos mesmos na continuidade de seus percursos escolares, uma vez que essa atividade absorve todo tempo durante um ou mais dias, visto que os tempos da pesca são tempos específicos na relação com a produção oriunda dos movimentos naturais que envolvem toda dinâmica da pesca, conforme se pode observar nos depoimentos abaixo.

Passamos o dia todo trabalhando nas barracas, limpando e vendendo os peixes, mariscos (E9).

Ficamos ocupados quando não 'tamos' pescando, ficamos remendando redes, fazendo manutenção no barco (E6).

Vamos pro mar de madrugada, voltamos a tarde ou depois de três ou quatro dias. Descarregamos o barco, ajeitamos as coisas do barco e os materiais para no outro dia retornar para o mar (E4).

Outra reflexão muito importante, a partir do gráfico 9, é a presença das mulheres, neste estudo. A gravidez precoce e o casamento se mostram, também, como um dos obstáculos para a desistência da escola e pode se constituir numa das implicações da baixa escolarização desse coletivo.

Durante essa, que seria a penúltima Roda de Conversa, aprofundamos um pouco sobre os obstáculos elencados por eles, relacionados ao percurso de escolarização dos mesmos, na relação com o trabalho. Nesse sentido, tanto os três estudantes da EJA Fundamental e os oito do Ensino Médio participaram de forma intensa. O estudante E7 levantou o seguinte questionamento,

professor, é difícil pescar e estudar. Temos que levantar as 3h, fazer comida e as 4h já está no mar. De terça a sexta feira. Ou ficar 15, 30, 45 dias longe de casa. Esse ano estou na escola porque estou pescando de terça a sexta feira. Mas tá difícil. Não sei se irei conseguir terminar o ano. O dinheiro é pouco. Tem dia que não ganhamos nem cem reais. Não dá para pagar as contas. Talvez terei que voltar a ficar mais tempo longe de casa.

O relato do E7 nos remete a Marx (2004), ao destacar que o trabalho, por um lado, como “auto-gênese humana”, media a relação recíproca com a natureza, que faz do homem não apenas um ser natural, objetivo, mas um ser natural humano, um ser para si próprio, um ser universal, genérico. Por outro lado, Marx também apresenta o trabalho como elemento de subordinação ao capital, como trabalho estranhado, de sacrifício e mortificação do homem, cuja expressão máxima se revela na perda dos objetos de trabalho e do próprio ato da produção, no qual o homem se sente fora de si, subtraído. Refletindo sobre essa questão do trabalho alienado, retomamos Marx (2004, p. 82-83), quando afirma que o trabalhador

[...] não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica [...] e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer carências fora dele. Sua estranheza [...] evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade [...] do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro.

Entrelaçando o trabalho como fator de interrupção do processo escolar, Holanda e Alencar (2018, p. 17) ratificam que “a maioria abandona a escola por motivo de trabalho, e é essa realidade e necessidade que ainda os trazem para a escola: melhorar suas condições de escolaridade para melhor se situar no mundo do trabalho.” No entanto, como veremos, os sujeitos dessa pesquisa, para além dos resultados já reiterados na literatura, indicam que mesmo que queiram retornar à escola, o trabalho continua sendo um obstáculo.

Verifica-se, assim, como o trabalho implica não somente no “estranhamento/alienação” (MARX, 2004), como também pode ser responsável por grandes problemas sociais, como a baixa escolaridade das pescadoras/es artesanais, sujeitos desse estudo. Nessa discussão, Frigotto (2004, p. 193) elenca

que a questão central não é de caráter individual, nem primeiramente de gênero, de cor, de raça, mas da sua classe social”. Essa relação com a classe social nos mostra que um fator determinante para a evasão da escola, ou, em muitas vezes, o seu não ingresso na escola, é devido a sua classe social baixa, que em consequência da necessidade de sobrevivência, força o trabalho precoce a fim de ajudar a família, se submetendo a trabalhos exaustivos e em péssimas condições de trabalho. Essa situação ainda vigente mostra a parte profunda de um iceberg no qual o fator escola está visível na parte de cima e o fator social está na parte de baixo, não perceptível em muitos casos.

A Roda de Conversa é interrompida pela estudante E 5 que lembra:

professor, nós somos a maioria no seu estudo né, [fato que eu já havia disponibilizado para eles], mas nós não saímos da escola por conta do trabalho. Saímos pra casar, por causa da gravidez, dos filhos. Mas só que hoje também trabalhamos muito. Depois de um tempo a gente volta. Mas é muito difícil. Acordamos cedo para fazer a comida, depois vamos limpar peixes, como trabalho, cuidamos da casa, dos filhos. É muita responsabilidade. É muito cansaço. Já estou cansada só de falar [risos].

Esse depoimento relaciona -se diretamente à categoria de gênero na relação com o trabalho da pesca. Há uma interdição socialmente produzida na comunidade, com relação às pescadoras, que não conseguem dar continuidade ao percurso escolar, por motivos já destacados aqui, uma vez que possuem acúmulo de funções, “filhos, casa, trabalho”. Pode-se afirmar, pelo veio da categoria gênero/trabalho um dos obstáculos ao processo de escolarização das estudantes pescadoras artesanais na EJA. Até porque 27,3% dos estudantes apresentaram a gravidez precoce/casar como parte desse conjunto que integra questões de gênero manifestas nos dados. Outra estudante E 9 elenca que “*uma coisa não foi citada ainda. Sabe o que? Tem o ciúme. Muitos maridos não deixam a gente estudar mais depois que casa. Eu estou estudando na EJA pois me separei*”. São reflexões que abrem para acompanhar novos rumos de pesquisas.

Na quarta e última Roda de Conversa, o diálogo envolveu a abordagem do currículo e da contribuição ou não da escola para o grau de escolaridade dos sujeitos na relação com o trabalho. De acordo com estas questões, a maioria destacou que os conteúdos que a escola disponibiliza, para o estudo, estão de acordo com as experiências de vida e do mundo do trabalho; e também que a escola oferece atendimento satisfatório e contribui para melhoramento em seu grau de escolaridade. Conforme tabela abaixo.

Tabela 4 – Olhar dos estudantes pescadoras/es sobre a escola.

	Os conteúdos que a escola disponibiliza estão de acordo com as experiências de vida e do mundo do trabalho?	A escola oferece atendimento satisfatório e contribui para melhorar o seu grau de escolaridade?
Sim	6	7
Não	0	0
Em parte	2	1
Não respondeu	3	3

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Observa-se que a maior parte dos estudantes responderam que a escola está voltada para o mundo do trabalho e possibilita melhorar a escolaridade. Quando perguntamos como a escola contribui com as atividades que eles desenvolvem, destacamos como relatos: *“Fazer as contas e dar troco na compra do pescado” (E4); e “Na leitura e escrita, né, temos que anotar a quantidade de peixes, os tipos de peixes que saem e que chegam, quantos quilos” (E6).*

Mais uma vez, pode se observar nesses depoimentos o destaque para a função da escola básica tal como discutida por Saviani (2007, p. 160) ao enfatizar o trabalho como princípio educativo e o papel do conhecimento “do ler, escrever e contar” como necessários, mas não suficientes para dar conta de outras dimensões de formação. Esses conhecimentos, como afirmam os estudantes, são usados de forma direta nas atividades no labor da pesca.

Outra reflexão desta interlocução sobre conhecimentos empíricos, escola e trabalho foi o seguinte questionamento: A escola aproveita as experiências que vocês já trazem, lá desde a infância com a observação e a prática na atividade com a pesca?

Todos responderam “*não*”, e assim se justificam:

O que nós sabemos da pesca, como pescar, o manejo, limpar, marés, tudo isso foi aprendido lá na comunidade com os mais velhos (E7).

Alguns professores nem sabem que somos pescadores, apenas que trabalhamos (E8).

A maior parte nem pergunta o que fazemos (E10).

A escola ensina muita coisa. Muitas matérias. Mas o que aprendemos mesmo e na leitura, escrita e a matemática (E3).

Como podemos constatar nesses depoimentos, os conhecimentos que esses sujeitos adquiriram ao longo da vida desde cedo, sobre a atividade da pesca, tem suas

aprendizagens afirmadas na relação com a comunidade, nas tradições dos mais velhos. Por outro lado, expressam que a escola os invisibiliza e os desconhecem. Do que se ensina na escola, as aprendizagens se restringem a leitura escrita e matemática, o que nos leva a inferir que seus saberes e experiências não têm sido valorizados nem incorporados aos conhecimentos escolares.

Assim, como podemos observar, até então, nas análises construídas em interlocução com estudantes pescadoras/es, bem como com os profissionais da educação, foram identificados alguns obstáculos que comprometem o percurso de escolarização dos sujeitos envolvidos nesse estudo; sendo que o trabalho constitui o principal obstáculo pelo qual os estudantes abandonam a escola. Outros obstáculos, não menos importantes são indicados como a gravidez precoce e o casamento. Para os profissionais, a dificuldade de acesso e permanência, que por sua vez tem o trabalho como obstáculo, é evidenciada no percurso de escolarização desses sujeitos. É também afirmada na visão dos profissionais a não valorização dos conhecimentos, saberes e experiências dos sujeitos pescadoras/as artesanais nas práticas curriculares.

4.4 “REDES” DE DIÁLOGOS”: A VISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES NA COMUNIDADE PESQUEIRA DO PONTAL EM CONTRAPOSIÇÃO À SUA DESVALORIZAÇÃO

Lançamos mão da metáfora da “rede”, neste subitem, para tecer diálogos com as pescadoras e pescadores artesanais, moradores da comunidade do Pontal que vivem da pesca, e têm acumulado seus conhecimentos, saberes e culturas produzidos no trabalho nessa comunidade pesqueira.

Para registrar as 4 rodas de conversa realizadas com esses participantes foi utilizado o diário de bordo. Contamos com a presença de 22 pessoas da comunidade do Pontal, Marataízes/ES. Dentre elas, duas, como já mencionado, são representantes das duas associações de pescadoras/es que existem na comunidade. É também importante indicar que, dentre os membros da comunidade, temos estudantes que participaram da pesquisa e que também participaram desta rede de diálogos.

Nesse contexto, foi possível fazer a escuta de um dos mais antigos moradores e de uma moradora, que é a única mulher que exerce diretamente a prática da pesca artesanal. É necessário explicitar a atuação desses sujeitos, com destaque para as mulheres pescadoras que, além de tantas outras tarefas diárias, carregam grandes responsabilidades no processo das atividades ligadas a pesca. Sobre estas escutas trataremos melhor mais adiante.

Na primeira roda de conversa com esse grupo, foi apresentada novamente a pesquisa. Também socializamos o objetivo do trabalho e dialogamos sobre as quatro questões que estão elencadas no quadro abaixo. Como foi pedido pelos participantes a confidencialidade de seus nomes, definimos por identificá-los aqui como participante P e o número correspondente na sequência dos depoimentos, conforme quadro abaixo (P. n.).

A composição da roda de conversa com esses moradores aconteceu em meio ao ambiente natural, às margens do rio Itapemirim, que banha a comunidade, lugar onde os barcos atracam para desembarcar o pescado. A composição dos participantes configura-se pela maioria de mulheres em relação a homens.

Quadro 6 – Perfil das pescadoras/es nas rodas de conversa.

Participantes	Sexo	Idade	Grau de escolaridade	Recebe o SDPA
1	F	18	Fundamental incompleto	Sim
2	M	20	Médio incompleto	Sim
3	F	18	Fundamental incompleto	Sim
4	F	17	Médio incompleto	ainda não
5	F	43	Fundamental incompleto	Sim
6	M	49	Fundamental incompleto	Sim
7	F	55	Fundamental incompleto	Sim
8	F	50	Fundamental incompleto	Sim
9	F	76	Fundamental incompleto	aposentada como pescadora
10	M	60	Fundamental incompleto	Sim
11	M	43	Fundamental incompleto	Sim
12	M	59	Fundamental incompleto	Sim

13	M	62	Fundamental incompleto	Sim
14	F	26	Fundamental incompleto	Sim
15	M	34	Fundamental incompleto	Sim
16	F	30	Médio incompleto	Sim
17	F	20	Médio completo	Sim
18	M	25	Médio incompleto	Sim
19	M	18	Médio incompleto	Sim
20	F	40	Médio incompleto	Sim
21	F	31	Médio completo	Sim
22	F	25	Médio completo	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor – Roda de Conversa (2022).

Na segunda roda de conversa, confirmou-se que a grande maioria dos participantes era de mulheres, como demonstra o quadro acima. Esse dado evidencia a importância das mulheres na comunidade pesqueira do Pontal. Essas pescadoras artesanais vêm consolidando sua participação em movimentos sociais, em associações de pescadoras/es, entidades representativas de classe, como estratégia de, primeiramente conquistar o respeito com relação aos direitos já garantidos em lei, de igualdade de gênero e, segundo, na busca pela valorização da atividade que praticam, enquanto trabalhadoras.

Percebe-se, ainda, que as mulheres são maioria nas atividades ligadas à pesca na comunidade. Sobre essa questão, segue o relato de uma das pescadoras (P 7) participante da roda de conversa, que reitera

É só o senhor olhar para todos os lados, vai ver muito mais mulheres que homens”. Porque eles estão no mar. Mas nós cuidamos da casa, dos filhos, trabalhamos na captura de mariscos, limpamos os peixes para peixaria, vendemos eles... trabalhamos muito, mas não temos muito reconhecimento. Todo dia fazendo as mesmas coisas, de segunda a segunda.

Outra pescadora também entra na conversa e diz: *“começamos a fazer isso desde pequena. Bem cedo ia já com minha mãe para beira do rio. Enquanto ela limpava os peixes eu ia brincando e fui crescendo vendo, e também fui fazendo”* (P10).

Este depoimento nos faz retomar importante estudo da revisão com Soares (2012, p. 63) quando destaca que:

As mulheres pescadoras introduzem os primeiros aprendizados sobre a pesca – isso porque as crianças menores, na faixa de dois a cinco anos, acompanham as mães nas pescarias realizadas próximo às residências. Não mencionamos aqui negar a participação dos pais (homens) nos ensinamentos sobre a atividade de pesca, mas mostrar que as pescadoras contribuem significativamente e intrinsecamente nesse processo, sobretudo com as crianças menores. Cabe destacar ainda que o processo de aprendizado nas áreas rurais e ribeirinhas da Amazônia é geracional e, portanto, todos contribuem para a reprodução do modo de vida.

Nesse sentido, as mulheres assumem desde cedo a tarefa de educar as crianças ao mesmo tempo, em que realizam o trabalho com a pesca. Nessa relação trabalho-educação que tem sido explorado por Saviani (2007) destaca-se a importância do “trabalho como princípio educativo”, na constituição do ser humano, uma vez, que enquanto exerce alguma atividade ligada ao labor, ele vai se educando.

As práticas construídas e/ou adquiridas por meio do labor da pesca pelas mulheres, no trabalho cotidiano, suscitam reflexões que buscam dar visibilidade ao que já conquistaram dentro da comunidade, mas que ainda continuam “invisíveis”, como já discutido nesse estudo.

Um outro depoimento que se destacou foi o da moradora P 4. Segundo ela, *“antes, a pescadora era vista só como ajudante de seus maridos, agora não”*. Atualmente, essa questão vem sofrendo mudança no pensamento da comunidade pesqueira, em relação as pescadoras, quando passa a ver o seu reconhecimento, também como atoras importantes para a produção pesqueira nacional.

Esse espaço da mulher na pesca representa conquistas nas relações sociais em decorrência de funções que ocupa. Ou seja, esse espaço de realização da pesca pelas mulheres acaba por conformar os saberes de que vão se apropriando e definindo como necessários à reprodução social do coletivo, e não o contrário.

Essa reflexão nos remete novamente a Marx (2004), que explicita a atividade do labor, como essencialmente característica e desenvolvida pelo ser humano, sendo que nessas relações o saber se constitui, ou seja, o trabalho não externo ao indivíduo, mas sim construído na ação do ser humano na interlocução com o meio. Isso quer dizer que homens e mulheres no trabalho da pesca produzem os saberes relacionados, a esse objeto de trabalho, a pesca, e também são constituídos na própria atividade do trabalho.

A escola exerce um papel importante nesse processo de organização do trabalho, da formação profissional e da vida social. Como já destacado neste estudo a escola que

integra o *locus* de investigação em questão, na visão dos estudantes, é tida como importante para o mundo do trabalho, conforme destaca a E6: “*Na leitura e escrita, né, temos que anotar a quantidade de peixes, os tipos de peixes que saem e que chegam, quantos quilos*”.

No entanto, alguns estudantes também membros da comunidade têm visões diferentes sobre o papel da escola na relação com o trabalho. Neste depoimento, o E7 destaca: “*O que nós sabemos da pesca, como pescar, o manejo, limpar, marés, tudo isso foi aprendido lá na comunidade com os mais velhos*”.

Isso reafirma a necessidade de a escola contribuir com uma formação que permita a esses sujeitos mudanças sociais significativas, bem como a valorização dos saberes e conhecimentos ancestrais que as comunidades tradicionais detêm e que são próprios desses grupos.

Uma outra participante, P 5, destacou que muitas são “*chefes de casa*”, e relata sobre o que assumem no dia a dia do trabalho em suas várias funções.

Professor, muitas de nós são quem faz tudo. Trabalhamos em casa e trabalhamos fora para sustentar nossa família. Muitas das vezes nossos maridos vão pro mar e voltam com quase nada. Então temos que nos virar. Trabalhando desde a hora que nossos maridos saem até a noitinha.

Ainda com relação ao trabalho das mulheres, outro relato que se seguiu foi “sobre [o trabalho] das mulheres que não têm maridos”, o que entendemos como trabalho relativo às mães solteiras. Segundo a moradora P. 22, essa condição é,

pior ainda, sou eu que não tem marido para ajudar. Tenho que dar conta de tudo e ainda sustentar a casa com dois filhos. É uma vida muito difícil, meu filho. Pelo menos tem a escola, onde eles podem tomar café e almoçar, isso ajuda. Mas não passamos fome. É só ir ali e pescar uns peixinhos, os colegas também dão outros peixinhos e assim nós vamos sobrevivendo, né.

No estudo dessa mesma temática, Soares (2012, p. 63) chama atenção para o fato de que as mulheres,

desempenham atividades corriqueiras como: os cuidados com o lar, com suas hortas domésticas, com a criação de animais e ainda se dedicam por horas à atividade de pesca. Como destacamos, na comunidade Cristo Rei também são as mulheres as principais responsáveis pela educação dos filhos: elas cuidam, ensinam e orientam as tarefas escolares. Nas entrevistas realizadas na comunidade, constatou-se que, em 90% das famílias, a educação dos filhos é delegada às mães.

Nesse sentido, as mulheres se dedicam a uma jornada extensa de trabalho, ao realizarem atividades de pesca antes, durante e após a captura dos mariscos e beneficiamento dos pescados, bem como o compromisso com as tarefas domésticas,

em que dividem o tempo entre o trabalho com a pesca e os cuidados com os filhos e com o lar. Assim, as atividades relacionadas ao lar limitam e definem onde, quando e como elas irão realizar as atividades de pesca. Mesmo assim, de acordo com Soares (2012, p. 62) continuam invisíveis para a sociedade e para o poder público por várias razões. Por um lado,

a questão da desvalorização do trabalho doméstico e, por outro lado, a atribuição da atividade doméstica à mulher acaba por restringir a participação feminina ao espaço privado, negando-lhe o público (visto pela sociedade como campo de atuação dos homens). Contudo, a exclusão da mulher dos espaços públicos não é algo novo na sociedade, mas fruto de um processo histórico que negou à mulher o mundo da vida pública. A supressão persistiu ao longo da história humana e seus reflexos podem ser sentidos nitidamente na sociedade contemporânea [segue reproduzindo tais práticas] que, por vezes, ainda reproduz tais práticas.

Outra importante reflexão que emergiu da roda de conversa relativa às mulheres diz respeito a seu grau de escolaridade. Das 22 pessoas, 3 mulheres concluíram o Ensino Médio. É importante ressaltar que elas apresentam idade ente 25-30 anos, e representam 13% dos participantes com a escolarização básica concluída, enquanto os homens possuem a idade entre 18-60 anos e a maioria ainda não concluíram o Ensino Fundamental.

Não é de se espantar com esse dado referente a escolarização entre os homens pescadores, que foi constatado no contato com a comunidade. Um representante de uma das associações de pescadores da comunidade do Pontal, só tem até a 7ª Etapa do Ensino Fundamental, já que o acesso à escola nem sempre é possível, pois elas vêm sendo fechadas e as poucas que ainda existem, não contemplam a especificidade deles.

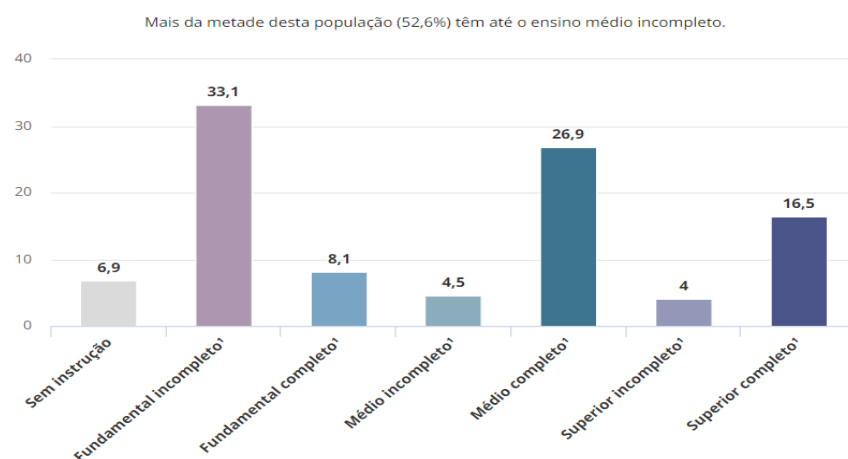
Esse pescador a quem nos referimos frequentou a EJA na EMEF José Marcelino, durante o período da pesquisa e acabou interrompendo seu processo de escolarização na 7ª etapa em 2021, uma vez que a escola foi fechada. *“Parei de estudar porque fecharam a EJA da escola. Fica longe. Mesmo eu tendo carro e moto, tá longe, desanima, chega tarde. Muito complicado”*.

Esse relato, mais uma vez, evidencia a negação do direito de acesso, permanência e conclusão da escolarização destes sujeitos, mesmo constando no art.208 da CF VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (BRASIL, 1988), como já abordado na pesquisa documental. É possível reiterar novamente que o fechamento

de turmas e turno na modalidade se fez como um dos obstáculos ao percurso escolar das pescadoras/es artesanais que buscam atendimento na EJA.

Essa realidade pode estar conformando as condições para a manutenção da baixa escolaridade desses sujeitos quando comparada em nível nacional, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 10 – Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução no Brasil (%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2018. // ¹ou equivalente

Fonte: IBGE (2016, 2018).

Observando o gráfico, temos 33,1% dos brasileiros, com 25 anos ou mais com apenas o Ensino Fundamental incompleto. Das 22 pescadoras/es que são moradores/as da comunidade pesqueira do Pontal – Marataízes/ES, mais da metade tem apenas o Ensino Fundamental incompleto, são 13 pescadoras/es, equivalente a cerca de 59% dos que participaram do estudo. Acreditamos que este número possa ser maior, até porque, muitos não tiveram condições de participar do estudo. Os dados em relação ao Ensino Médio, comparativamente em nível nacional, são mais alarmantes, temos 27% das pescadoras/es que não concluíram o Ensino Médio e apenas 13% que concluíram.

Na terceira roda de conversa com esse grupo, seguimos buscando identificar os obstáculos que se colocam no percurso de escolarização das pescadoras/es artesanais na EJA. Como sabemos, a oferta da EJA não se restringe à sua ênfase da escolarização, limitada à quatro paredes da escola, mas se estende conforme a sua dimensão de formação para a cidadania, de acordo com documento da VI

CONFINTEA – Marco De Ação de Belém (2010, p. 5), em que a educação de adultos é concebida como,

todo processo de aprendizagem, formal ou informal, em que pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, ou as redirecionam, para atender suas necessidades e a de suas sociedades.

Nessa perspectiva, entendemos que pescadoras/es artesanais, ao longo de seus processos informais de aprendizagem têm aperfeiçoado seus conhecimentos nas práticas do trabalho com a pesca, em função de novas formas de qualificação que são levados a apropriar pelo veio dos conhecimentos escolares e suas relações com as aprendizagens não formais desenvolvidas no trabalho coletivo da pesca e transmitidas de geração em geração. Nesse sentido, o pressuposto é de que a escola básica tem um papel fundamental nesse processo educativo. O trabalho coletivo, tal como desenvolvido na comunidade pesqueira, promove outras formas de sociabilidades capazes de resistir, com os conhecimentos e saberes da pesca artesanal à exploração do trabalho alienado que nega a nossa condição de humanização.

Ainda no sentido de identificar obstáculos no percurso da escolarização, das 22 pessoas participantes da roda de conversa, 17 (77,3%) responderam que o trabalho que desenvolvem com as atividades ligadas a pesca, não permitiu a continuidade deles na trajetória escolar para conclusão da educação básica, como pode-se observar nas afirmativas que seguem, quando foram indagados: “o trabalho” (P 15); “os trabalhos com a pesca” (P 12); “a pescaria” (P 8); “tenho que trabalhar na peixaria” (P 17); “tenho que remendar rede” (P10)”.

Apenas cinco participantes, cerca de 22,7%, responderam que os filhos/casamentos acabaram sendo um obstáculo na comunidade dos estudos: “Tive que parar porque engravidei” (P 8); “Para casar” (P 5).

Observamos, também, que de fato, para a maior parte deste grupo que participou da pesquisa o trabalho se fez o principal obstáculo à sua permanência e conclusão na escola básica. Ao mesmo tempo tem-se uma certa contradição, uma vez que o depoimento de alguns chega a sugerir que a escola atrapalha a inserção efetiva dos mesmos nas atividades ligadas a pesca, conforme relato do participante P 19: “perdi muito tempo com a escola. Hoje eles são obrigados a ir para a escola. Eu não queria,

mas minha mãe me obrigava. Diferente do meu pai. Ele disse que com 15 anos já estava pescando. Quando completei 18 anos saí da escola”.

Observa-se, nesse depoimento, uma certa visão que se tem da escola e do seu percurso por ela, a partir do olhar de um pescador, o que nos faz retomar a reflexão de Saviani (2007) sobre a separação entre trabalho e educação, expressa de modo instigante pelos demais participantes como podemos observar a seguir:

O participante P 10 relatou: *“estudei até a quarta série, com 14 anos já estava indo pro mar pescar. A escola pra mim naquela época servia para aprender as letras. Quando ví que consegui ler um pouco, escrever um pouco e fazer continhas deixei a escola e fui trabalhar”.*

Tendo em vista essa discussão, outro participante disse: *“só sei algumas letrinhas e não consegui escrever quase nada. Mas dava para assinar o nome. A escola, hoje pode melhorar um pouco a vida dos mais novos. Nós velhos já, não vamos aprender mais nada”* (P 13).

Indagamos sobre se o que eles aprendem na escola ajuda no que fazem, ou seja, na atividade pesqueira. O participante P 10 respondeu: *“ler e escrever. Mais nada. Tudo que sabemos aprendemos na prática, como fazer e remendar as redes, empatar anzol, construir caiaques, barcos... tudo aprendendo com nossos pais, avôs fazendo ali”.*

Esse importante relato nos remete novamente a Lemos e Lima (2015, p. 14), ao elencarem que

a ameaça que a escola pode trazer à pesca esteve presente nas falas daqueles pescadores que não desejam evadir de sua atividade e que encontram, hoje, dificuldades de executar seu trabalho no mar, sozinhos, sem ‘camaradas’, já que essa atividade é, segundo eles, ‘difícil e perigosa’.

Já o relato da participante P 17, uma das que possui o ensino Médio, difere dos demais até então. Disse ela:

a escola é muito importante. Eu quero fazer faculdade de pedagogia. Sabe o que acontece muito com a gente que é mulher? Muitas vezes casamos cedo ou temos filhos cedo... aí temos que largar a escola. Talvez não queremos, mas somos obrigadas. A mulheres mais novas, 14, 15 16 anos já não querem estudar muito mesmo. Aproveitam, casam ou tem filhos para sair logo da escola.

Essa narrativa instiga uma reflexão acerca da discriminação e machismo, que prevalece na comunidade do Pontal, explicitamente no processo de divisão sexual do

trabalho, em que a mulher tem que ficar em casa para realizar tarefas domésticas e cuidar dos filhos. Mas que agora, além de realizar todas estas “tarefas”, é condicionada a trabalhar para ajudar na complementação da renda.

A participação das mulheres nas várias atividades, que envolvem o trabalho da pesca, sugere a ampliação da compreensão da produção pesqueira. Essa engloba as atividades de processamento do pescado, de preparo e de conservação dos instrumentos de pesca, além da captura de espécies, a fim de permitir uma melhor caracterização da atuação das mulheres no setor pesqueiro. Elas, em sua maioria, realizam a pesca de linha de mão e de pequenas redes, coleta de mariscos, pesca de polvo, a salga do peixe, a evisceração, a confecção e o reparo de redes e velas de canoa, e a comercialização de peixes.

Tais atividades, geralmente, ocorrem em áreas cuja proximidade se refere à terra e, ou, à casa (rios, lagos, manguezais e praias), enquanto as realizadas pelos homens ocorrem quase sempre em mar alto. Estes passam muito tempo longe de casa, mas sempre retornam para a comunidade pesqueira onde cresceram e aprenderam suas tradições, culturas e conhecimentos.

Essas ponderações nos levam a inferir a partir de Freire (1981), que estes sujeitos pescadoras/es artesanais, são pessoas que, transformando o mundo com seu trabalho, criam através das relações entre trabalho- natureza, o seu mundo. “Este mundo, criado pela transformação do mundo que não criaram e que constitui seu domínio, é o mundo da cultura que se alonga no mundo da história” (p. 17).

A impressão é que este coletivo pode estar condicionado a um tipo de mundo, destacado por Freire (1981, p. 18), onde:

Os camponeses desenvolvem sua maneira de pensar e de visualizar o mundo de acordo com pautas culturais que, obviamente, se encontram marcadas pela ideologia dos grupos dominantes da sociedade global de que fazem parte. Sua maneira de pensar, condicionada por seu atuar ao mesmo tempo em que a este condiciona, de há muito e não de hoje, se vem constituindo, cristalizando. E se muitas destas formas de pensar e de atuar persistem hoje, mesmo em áreas em que os camponeses se experimentam em conflitos na defesa de seus direitos, com mais razão permanecem naquelas em que não tiveram uma tal experiência.

Neste subitem, ficou bem evidenciada a relação que pescadoras artesanais desenvolvem com o trabalho e atividades da pesca e no trabalho educativo com as crianças que desde cedo aprendem e se educam nas práticas do cotidiano das comunidades pesqueiras e na família. Emerge, assim, também, a questão

trabalho/gênero. As experiências das mulheres mostram que ao mesmo tempo que assumem diferentes atividades na comunidade pesqueira do Pontal, onde a visibilidade de seu trabalho se faz presente, ainda sofrem com a discriminação, sendo expostas a cargas horárias excessivas de trabalho, sem a devida valorização.

Na quarta e última roda de conversa, voltamo-nos para o objetivo, que busca relacionar o percurso de escolarização das pescadoras/es artesanais, com o SDPA, o que passamos abordar no subitem a seguir.

4.5 PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS: COMO VEEM O SDPA

Ainda na roda de conversa com os moradores da comunidade do Pontal, foi possível conhecer um pouco mais sobre seus modos de produção da vida. No entanto, a abordagem específica sobre o SDPA nos exigiu cautela, uma vez que os participantes a princípio manifestavam “medo” ao falar sobre o programa alegando que poderiam “perder o benefício”.

Na comunidade do Pontal, existem cerca de 900 pessoas entre pescadoras/es e marisqueiras que vivem da atividade pesqueira, segundo informações obtidas junto as associações locais.

Essas pessoas têm suas vidas ligadas diretamente e indiretamente à atividade da pesca. O número não consegue ser exato por duas questões: as trabalhadoras/es estão distribuídas em duas associações por onde dão entrada para serem asseguradas como pescadora, pescador ou marisqueira.

A representação da associação relata que:

Nos últimos anos está muito difícil de dar entrada no programa para receber. Isso porque vem muita gente de fora, que as vezes nem pesca e quer receber. Isto até atrapalha nós que somos da comunidade e vivemos da pesca mesmo. Alguns chegam até alugar casa aqui no Pontal para dizer que é pescador. Nos procura e oferece até um salário do que receber se o negócio der certo. Eu como presidente de uma associação falo que não dá, que não vai conseguir, tem que ter barco ou ser embarcado e que ele não vai conseguir embarcar.

Esse relato corrobora com os estudos já apresentados neste trabalho por Campos e Chaves (2014); Santos (2019); Secap/Avaliação (2019) em pesquisas e relatórios que indicam que o programa do SDPA evidencia “problemas e discrepâncias” entre os

pagamentos que efetiva, principalmente, porque “muitos recebem o auxílio, mas não são pescadores”. As vezes nem moram na comunidade por onde dão entrada no SDPA ou até mesmo exercem outra atividade econômica informal, e recebem o benefício.

O relato de um pescador, que não quis se identificar, abordou esta problemática, que “*o seguro não dá conta de sustentar a família; e que por isso continua pescando ou trabalhando como pedreiro ou servente em obras*” (Relato de um pescador do Pontal). Quer dizer que, ao mesmo tempo que possa estar humanizando, o SDPA também desumaniza e contribui para o aumento da informalidade de um coletivo carregado de cultura que promove dentre outras questões, a reprodução social.

Diegues (1983) destaca que a pesca artesanal brasileira possui numerosas e complexas especificidades e levam em consideração fatores sociais, políticos, institucionais, econômicos e ambientais intrínsecos a cada local. A comunidade em estudo, o Pontal, é atendida pela Colônia de Barra de Itapemirim, distrito de Marataízes.

A “colônia” é o órgão do governo federal por onde oficialmente eles buscam se cadastrar e a partir daí passam a ser assegurados pelo programa. Outras duas associações de pescadores/a do Pontal que auxiliam os moradores a darem entrada no SDPA, alegam não saber ao certo quantas pescadoras/es artesanais existem na comunidade do Pontal. Segundo seus representantes “*a entrada para receber o SDPA pode ser feito por outro Município além de Marataízes, como Itapemirim, Guarapari, Mimoso*”. Assim, fica muito difícil de identificar o quantitativo exato de pessoas e até mesmo de famílias que moram na comunidade do Pontal e que realmente tem suas vidas a partir de atividades ligadas a pesca.

A roda de conversa, com esses participantes, pescadoras/es artesanais, buscou dar visibilidade a estes sujeitos que buscam sobreviver a partir de diferentes atividades ligadas ao labor da pesca, na tentativa de melhorar suas condições de vida.

Como se pode observar no quadro 6, apenas duas pessoas dos 22 participantes não recebem o SDPA. Uma, a participante P 4, porque ainda não completou dezoito anos e outra a participante P 9 não recebe o benefício porque já é aposentada como pescadora artesanal.

A P 4 destaca: “*quando completar os 18 anos irei dar entrada para receber o seguro. Já sou pescadora. Pego marisco como siri camarão, trabalho limpando peixe nas*

barracas. Sou casada com pescador e por isso facilita muito também eu conseguir receber”.

Esse depoimento indica que eles têm acesso a informações e que conhecem bem o programa. A participante P 9 disse que contribuiu com a colônia, pagando um valor mínimo anual, que varia da espécie de peixe ou marisco que dá entrada, durante 20 anos e se aposentou. *“Recebo um salário mínimo todo mês, certinho. Recebo também décimo terceiro. Meu marido também recebe a aposentadoria dele da pesca. Temos uma casinha própria e dá pra gente viver”.*

Em muitos lares da comunidade, existem casas que têm quatro ou até cinco pessoas da mesma família que recebem, com por exemplo os três filhos da participante P 9, que moram com ela e recebem também o benefício.

Ao indagar se eles deixariam de receber o SDPA para trabalhar com carteira assinada ou na prefeitura, perguntaram metaforicamente se eu estava louco. Prosseguiram *“de jeito maneira” disse o participante P 11; “é ruim, eu deixar de receber esse dinheiro todo ano, jamais”* comentou o participante P 6. Dos 22 participantes, 95,5% disseram que não deixariam de receber o SDPA para trabalhar de carteira assinada ou contrato em outras atividades a não ser a pesca. Apenas uma participante, ou seja 4,5% disse que vai começar a fazer faculdade de odontologia. Vai usar o dinheiro que recebe do SDPA para ajudar a pagar a faculdade. Um relato que chama a atenção para a continuidade dos estudos:

Eu já fiz as contas. Com os quatro salários que eu recebo tenho quatro mil e novecentos e sessenta reais por ano (4.960,00), dividido por 12 meses, tenho 413, reais por mês. Pedi ao meu pai duzentos reais e a minha mãe também duzentos reais. Consegui uma bolsa de 50% de desconto o curso todo, numa redação que fiz. Vai dar pra pagar. Quando terminar a faculdade irei parar de receber. Quero trabalhar como dentista (P 17).

Essa reflexão remete aos trabalhos de Procópio (2020); Oliveira (2014); Oliveira (2016); e Oliveira e Urbanatez (2021). Apesar de focarem suas pesquisas nos egressos pescadores/as na educação formal ou em cursos técnicos, bem como a relação dos currículos nas escolas das comunidades pesqueiras e/ou suas relações com os conhecimentos empíricos desse coletivo, ressaltam que é possível dar continuidade ao percurso de escolarização.

Porém os demais participantes alegaram que já sabem ler e escrever. Não vão voltar mais para a escola, primeiro *“porque o trabalho dificulta muito. Saímos três e meia da*

manhã, voltamos as 16, 17 horas. Fica complicado” relatou o participante P 6. Segundo, porque

não adianta que não vamos né, arrumar outro serviço a não ser da pesca para não perder o SDPA. Podemos fazer até uns bicos aí por fora além da pesca para ajudar na renda, mas perder o SDPA nunca. Já sabemos ler e escrever, a escola não faz mais falta (P 10).

Pode-se afirmar, a partir do diálogo com os interlocutores da pesquisa que após a conclusão das análises, que procura responder os objetivos desta investigação, percebe-se que o trabalho foi mais uma vez reiterado como o principal obstáculo que levou esse grupo a abandonar a escola.

O trabalho é, assim, responsável tanto pela saída da escola, como também empecilho para a volta dos mesmos para a escola. Dos 22 participantes, 18 alegaram que saíram da escola para trabalhar. Mas para os 22 participantes, eles não conseguem retornar à escola por conta do trabalho.

A hipótese levantada nesse estudo é de que o trabalho com a pesca, a desvalorização dos conhecimentos e experiências das pescadoras/es artesanais, que a escola trata de forma dissociada da produção da vida desses sujeitos, seriam os obstáculos à escolarização dos mesmos.

Vimos, ao longo das análises, que essa hipótese, confirma, de maneira forte, o trabalho como principal obstáculo ao percurso de escolarização das trabalhadoras/es pescadoras/as. A valorização/desvalorização de suas experiências e conhecimentos pela escola é algo que atravessa o texto e se mostra controverso. No conjunto dos dados encontramos ora, por parte dos estudantes uma leitura positiva da valorização pela escola das experiências com relação ao trabalho da pesca, ora uma desconsideração e não aproveitamento dessas experiências, expressas tanto por estudantes que restringem o aprendizado da escola ao ler escrever e contar, bem como por parte dos professores que afirmam a inexistência de currículos e práticas apropriados à formação juntos às pescadoras/es artesanais. Também a não disposição de alguns para trabalho de planejamento de atividades voltados aos interesses de formação dos sujeitos em foco é apresentada.

Diante das reflexões discutidas e fundamentadas é importante ressaltar também que o SDPA, por sua vez não se caracteriza como obstáculo ao percurso de escolarização desses sujeitos da pesquisa em foco, mas pode sim implicar também no não retorno delas/deles aos estudos. Uma vez que, 21 pessoas dentre os participantes, não estão

dispostas a deixar de receber o SDPA. Quanto à escola, *“não teria mais sentido em suas vidas, pois já “sabem ler, escrever e fazer continhas”*.

Fica cada vez mais evidente, a partir deste estudo, que é necessário, mais que urgentemente, reconfigurar a escola não somente no perímetro urbano, como também aquelas escolas que atendem as comunidades tradicionais, neste caso, as pescadoras/as artesanais.

A escola ofertada a esses sujeitos ainda é aquela da visão rudimentar de ler, escrever e contar. Nesse sentido, vale retomar aqui a reflexão de Saviani sobre a escola básica no Ensino Fundamental e sua relação inerente com o trabalho. Assim, Saviani (2007, p. 160) defende que a escola para além de “ler, escrever, contar” a escola deve propiciar o domínio “dos rudimentos das ciências e das ciências humanas”, como parte dos conhecimentos necessários ao exercício da autonomia cidadã.

Sinalizamos, assim, a importância da construção de uma escola democrática, que atenda os interesses de diferentes grupos de forma igualitária, como local que deve servir aos interesses populares, garantindo a todas/todos uma educação socialmente referenciada, que busque refletir sobre o contexto em que mulheres e homens vivem e produzem suas existências, podendo, dessa maneira, contribuir para desvelar a realidade aparente dos sujeitos, envolvidos nessa pesquisa, as pescadoras e pescadores artesanais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou, a partir da temática escolarização de pescadoras/es artesanais na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da comunidade do Pontal - Marataízes/ES, investigar os obstáculos que se colocam no percurso de formação desses sujeitos, o que nos possibilitou refletir sobre os significados de nosso pertencimento a este coletivo, como professor que, na relação pedagógica com estudantes membros desse segmento, foi sendo instigado a estudar a temática em foco.

A partir dos objetivos propostos, buscamos identificar obstáculos que se colocam ao acesso, à permanência e à conclusão da Educação Básica de pescadoras/es artesanais. A hipótese inicial foi sendo reconstruída ao longo da pesquisa, deslocando a ênfase do programa SDPA para o percurso de escolarização e para a função da escola no trato com esses sujeitos, na valorização de suas experiências, conhecimentos e tradições culturais produzidas no trabalho com a pesca.

Por meio da pesquisa qualitativa de cunho participante conjugada à pesquisa documental, lançamos mão de fontes primárias e secundárias, e de instrumentos, como questionários, rodas de conversa e diário de bordo. Na interação com os participantes, foi possível registrar: suas histórias de vida, tecidas integralmente no trabalho da pesca, por meio das quais são passadas, por gerações, sua visão de mundo; como atribuem valores e sentidos à realidade em suas particularidades; como revelam sua identidade, bem como os traços marcantes de sua cultura, sua relação com a escola e com o SDPA.

O estudo contou com a participação de 48 pessoas, entre estudantes pescadoras/es artesanais do Pontal, além de moradores da mesma comunidade e profissionais que atuam na EJA no Ensino Fundamental e Médio, que atendem os sujeitos da comunidade do Pontal.

A vila de pescadoras/es artesanais do Pontal, litoral sul do ES, constitui a única comunidade pesqueira do município que ainda possui traços de vila de pescadoras/es, movimentada a partir das atividades ligadas à pesca.

As análises dos dados produzidos no percurso da pesquisa, em seu conjunto, conduziram-nos a resultados que apontam para o desmonte da EJA no município de Marataízes/ES, acompanhando a tendência que se observa em nível estadual e

nacional. Observa-se como essa questão também influencia no processo de escolarização das/os pescadoras/es artesanais da comunidade do Pontal nessa modalidade, uma vez que torna explícita a negação do direito à educação. Durante o período do recorte temporal da pesquisa, identificamos a redução de turmas e turno na EJA, mesmo que, como demonstrado, tenha ocorrido período de aumento no número de matrículas, tanto na EJA Fundamental quanto na EJA Médio no Município, nas escolas que ofertam a modalidade.

Como consequência desse desmonte, deu-se o fechamento de turmas e, conseqüentemente, do turno noturno da EMEF José Marcelino, ocorrido em 2021. Isso que levou o município a encaminhar estudantes e profissionais do Ensino Fundamental, em 2022, fossem deslocados para a escola polo, EMEF Maria da Glória Nunes Nemer.

O diálogo com os profissionais da educação que atuam na EJA nas escolas referidas, mesmo se mostrando superficial, revelou que os sujeitos da pesquisa, as pescadoras/es artesanais do Pontal, são considerados “invisíveis” frente aos professores, à escola e ao currículo. Evidenciou também, que os conhecimentos e culturas próprios desse coletivo não são valorizados nas práticas pedagógicas da escola. Os profissionais destacam ainda, que a dificuldade de acesso e permanência são obstáculos enfrentados, tendo o trabalho como uma das razões do abandono.

No diálogo com os estudantes pescadoras/es do Pontal e que frequentam a EJA Fundamental e Médio, observamos contradições quanto a sua visão da escola. Segundo os estudantes, ao mesmo tempo que a escola desenvolve conhecimentos importantes para o mundo do trabalho envolvendo as atividades da pesca, para outros estudantes, os conhecimentos que são demandados pelo trabalho com a pesca foram adquiridos ao longo das experiências e aprendizagens no convívio com a comunidade pesqueira e com a família, e não na escola. Os profissionais da educação corroboram com essa reflexão ao afirmarem que “não desenvolvem planejamentos diferenciados para atender” esses sujeitos, o que consideram uma “perda de tempo”. Na relação com a pergunta principal da pesquisa, os estudantes indicam o trabalho como principal obstáculo aos seus percursos de escolarização.

A partir da escuta das pescadoras/es, da comunidade do Pontal, o estudo evidenciou como elas/eles veem a importância da escola e seu papel na formação e atendimento de demandas da comunidade pesqueira. Consideram que a pesca é atividade na qual

cravam suas raízes, produzem/reproduzem suas culturas no modo de viver a relação com o trabalho, a natureza e a educação. Esse movimento nos permitiu contextualizar esse coletivo, seus conhecimentos empíricos, sua cultura e sua luta por melhores condições de vida na comunidade.

A participação das mulheres no trabalho da pesca tornou-se um destaque ao longo das análises. As moradoras pescadoras, que, aliás, tiveram maior participação neste estudo, ainda sofrem com a “invisibilidade”, mesmo que tenham que aglutinar outras funções, além da doméstica, e de cuidar dos filhos. Elas incorporam participação efetiva no beneficiamento e comercialização do pescado e mariscos que a comunidade produz.

Assim, a participação desse segmento foi significativa, sugerindo avançar com novas questões de investigações da relação trabalho/gênero na pesca artesanal, apontando para possibilidades de estudos futuros, sendo essencial compreendermos, pela escuta, as culturas e os saberes construídos e produzidos no e com o trabalho nas comunidades pesqueiras.

Quanto ao SDPA e a sua relação com as condições de vida dessa população e com a escola, os resultados indicam que o programa não se constitui obstáculo no percurso de escolarização das pescadoras/es artesanais.

Foi percebido que os sujeitos da pesquisa, pescadoras/es artesanais da comunidade do Pontal que já passaram pela escola, tiveram, também, o trabalho como principal obstáculo, que os levou a abandonar a escola, interrompendo os estudos, ao mesmo tempo que, mesmo tentando retornar à escola, o trabalho segue sendo um obstáculo.

Diante dos resultados ao final deste estudo, é possível considerar que a hipótese se confirma em parte, uma vez que o percurso de escolarização tem sido comprometido pela desvalorização dos conhecimentos e experiências das pescadoras/es artesanais pela escola, bem como pela dissociação dos conteúdos curriculares.

Ficou evidente que tanto os profissionais da educação que atuam na EJA no Município de Marataízes quanto as escolas que ofertam a modalidade desconhecem os sujeitos que fazem parte desse estudo. Esses, que são pescadoras e pescadores, não são contemplados nos currículos, nos Projetos Políticos Pedagógicos, nem nos planejamentos.

Outra questão que ratificou a invisibilidade desse coletivo foi o fechamento da EJA, pela Secretaria Municipal de Educação do município em questão no ano de 2021, que ofertava o Ensino Fundamental e que atendia as pescadoras e pescadores do Pontal, como já denunciado neste estudo. Essa violação do direito ao acesso, permanência e conclusão do Ensino Fundamental tornou-se obstáculo, não decorrente das atividades laborais dos mesmos, mas por parte daqueles que deveriam, por lei, como já abordado, garantir esses direitos. Ficou explicitado que 10 dentre os 11 moradores com mais de 34 anos que participaram da pesquisa e que não mais estudavam não concluíram o Ensino Fundamental (conforme quadro 6), configurando assim a situação de negação do direito à educação. O que impediu que os adultos pudessem acessar, permanecer e concluir seus percursos de escolarização.

No entanto, o trabalho com as atividades ligadas à pesca constituiu-se como o principal obstáculo ao percurso de escolarização desses sujeitos. A gravidez precoce e o casamento mostraram-se, também, como entraves ao processo de escolarização dos mesmos.

Este estudo nos proporcionou aprendizado imensurável, uma vez que possibilitou o contato com uma variedade de conhecimentos acerca de técnicas de pesquisa que foram mobilizadas para escuta de sujeitos com os quais temos pertencimento, exigindo de nossa ação na pesquisa a vigilância ética para lidar com a familiaridade da comunidade pesqueira e com seus estranhamentos. Os diferentes sentimentos, como angústia, desespero, felicidade e entusiasmo, misturaram-se no decorrer do percurso, o que nos levou a intensificar, com dedicação, o trabalho da pesquisa.

As considerações finais que trazemos sugerem que os resultados desta pesquisa não se esgotam em seus achados, mas indicam que muitos outros estudos poderão ser, deste, derivados e aprofundados. Apontam, também, para a necessária revisão de caminhos a que a escola precisa se submeter para, de fato, realizar sua função social.

Assim, esperamos que este estudo seja uma contribuição do ponto de vista acadêmico, trazendo visibilidade ao trabalho das pescadoras artesanais e suas relações com a escolarização e, para além da escola, com os processos educativos que são produzidos na comunidade, envolvendo o processo de trabalho com a pesca, na relação com a natureza, experiência na qual pescadoras e pescadores se educam e educam as novas gerações.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, C. A. G.; MAIA, L. P. Perfil Socioeconômico dos Pescadores Brasileiros. **Arquivos Ciências do Mar**, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 12-19, 2006.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. **Coronavírus, o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- _____. A ontologia singularmente humana do trabalho. **Motrivivência**, Ano XXII, n. 35, p. 202-233, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/download/2175-8042.2010v22n35p202/18092/62408>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- ARAÚJO, S. C. **Pescando Letras, diálogos interdisciplinares entre a educação ambiental e a alfabetização de jovens e adultos no contexto da pesca artesanal**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2011.
- ARROYO, M. G. **Indagações sobre Currículo**: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BANDEIRA, P. S. F.; BEJARAMO, N. R. R.; BORTOLIERO, S. T.; BRUNET, J. M. S. A vida de alunos pescadores da comunidade de Baiacu (BA) e sua relação com a escola: dois mundos distintos? **Cienc. Educ. Bauru**, v. 20, n. 1, p. 159-173, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/yymy8CpQF5BrvtsmK53p_xdRg/?lang=pt. Acesso em: 11 set. 2022.
- BERTÃO, A. P. S.; FREITAS, C. O.; LEITE, E. S.; LIMA, T. O. **Processo de formação educacional e seus reflexos na atividade pesqueira**: a realidade dos pescadores artesanais do Vale do Guaporé (RO). **Inter-Ação**, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 219-239, jan./abr. 2018.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. **Lei nº7.735, 22 de fevereiro de 1989**. Dispõe sobre a extinção de órgão de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Brasília, DF, 1989.
- _____. **Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990**. Regula o Programa Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT0, e dá outras providências. Brasília, DF, Brasil, 1990.

_____. **Lei nº 9394/1996, Lei de Diretrizes de Base.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/L9394htm. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. **Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.** Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília, F, Brasil, 2003.

_____. **Documento Base:** Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – Educação Profissional Técnica de nível médio\Ensino Médio. Brasília: Setec\MEC, 2007.

_____. **Lei 119.959 de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, 23 de novembro de 1988, e disponível do Decreto – Lei no 221, de 28 de Brasil, 2009. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://sinpesq.mpa.gov.br/rqp/cms/imagem/publico/legislacao/lei_11959-09-politica_nacional_da_aquicultura_pesca.doc. Acesso em: 11 set. 2022.

_____. **Instrução Normativa nº 6, de 29 de junho de 2012.** Dispõe sobre o procedimento administrativo para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador Profissional no âmbito do MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Brasília, DF, Brasil, 2001.

_____. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/ato2011-2014/2014/lei/L13005.htm. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. **Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015.** Regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente. Brasília, DF, Brasil, 2015.

_____. **Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015.** Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício. Brasília, DF, Brasil, 2015.

_____. **Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015.** Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador, Brasília, DF, Brasil, 2015.

_____. **Emenda Constitucional Nº 95 de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá

outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 11 set. 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **Seguro Desemprego do Pescador Artesanal**. 2017. Disponível em: www.inss.gov.br/beneficios/seguero-desemprego-do-pescador-artesanal. Acesso em: 3 maio. 2022.

_____. **Caderno de Avaliação de gastos diretos, avaliação executiva do seguro defeso**. Secap/avaliação. Brasília: Ministério da Economia, 2019.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

BRANDÃO, Z. *et al.* O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 64, n. 147, p. 38-69, maio\agosto 1987b.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. org. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMPOS, A. G.; CHAVES, J. V. **Seguro Defeso**: problemas enfrentados pelo programa. Textos para discussão. IPEA, Brasília, 2014.

CARDOSO, M. P.; CORDEIRO, K. M. A pedagogia a alternância como metodologia educativa na Educação de jovens e adultos pescadores. **Revista de Formação docente no Ensino Superior**, Angra dos Reis, p. 155-166, 2015.

CIAVATTA, M. O RIO DOS TRABALHADORES - A educação do olhar e a fotografia como fonte histórica. **Revista Trabalho Necessário**, n. 18, v. 35, p. 240-63, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40506>. Acesso em: 6 nov. 2022.

CLARO, L. C. **Entre a pesca e a escola: A educação dos povos tradicionais a partir da comunidade pesqueira na Ilha de Torotoma (Rio Grande – RS)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rio Grande, 2014.

CURY, J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2681817&forceview=1>. Acesso em: 21 fev. 2023.

DIEGUES, A. C. **Desmatamento e modos de Vida da Amazônia (org.)**. São Paulo: UNRISD; NUPAUB-USP, 1999.

ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. *In*: ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ESPÍRITO SANTO. Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1njMqPYaeTpLPTg1FGom0BoJJA3o&hl=en&ll=-19.678797944844415%2C-40.48461900000001&z=8>. Acesso em: 13 out. 2021.

FERREIRA, C.; PUGGIAN, C. Educação e pesca artesanal na baía de Guanabara: o que nos ensinam as comunidades tradicionais? **Anais [...]**. V CEDUCE... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/42459>. Aceso em: 21 fev. 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS; INTERNATIONAL POLICY CENTRE FOR INCLUSIVE GROWTH. **Avaliação de impacto do Seguro Defeso nas condições socioeconômicas dos pescadores artesanais**. Roma: FAO; IPC-IG/UNDP, 2022.

FRANÇA, D. M. **Formação de educadoras e educadores do MST-ES: conexões, desafios e possibilidades ante a dimensão educacional da Reforma Agrária Popular**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade federal do Espírito Santo – UFES. Vitória, 2022.

FREIRE, P. **Cartas à guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (O Mundo, hoje, v. 22).

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Educação e Mudança**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A importância do ato de ler**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia da Esperança**. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido, São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, G. Sujeitos e conhecimento: os sentidos do ensino médio. *In*: _____; CIAVATTA, M. (orgs.). **Ensino Médio: Ciência, Cultura e Trabalho**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

LEMOS, S. F. C.; LIMA, R. C. P. **Pescador não quer essa escola**: representações sociais em áreas de conflito de território. 37ª Reunião da ANPEd – 04 a 08 de outubro, UFSC, Florianópolis, 2015.

MACHADO, M. M. Quando atrofiar e desqualificar são condições para manutenção da subalternidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 26, n. 4, out./dez., 2019.

MAINARDES, J. Reflexiones sobre el objeto de estudio de la política educativa. *In*: TELLO, C. (Compilador). **Los objetos de estudio de la política educativa**: hacia una caracterización del campo teórico. Buenos Aires: Autores de Argentina. Libro digital, EPUB, 2015. p. 25-42.

_____. A pesquisa no campo da política educacional: Perspectiva teórico-epistemológicas e o lugar no pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Paraná, 2018.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **Para ler o Manifesto Comunista**. *In*: _____. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004. p. 45-86.

_____. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 21. edição. Petrópolis: Editora vozes, 2002.

MOREIRA, E. C. L. **Seguro defeso e os pescadores artesanais no Amazonas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, 2011.

NEZ, E. A Constituição das Políticas Públicas no Brasil. **ORG. & DEMO**, Marília, v. 21, n. 1, p. 9-26, jan./jun., 2020.

NOSELLA, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152- 180, jan. /abr. 2007.

OLIVEIRA, D. A. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul./dez. 2005. Dissertação: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>. Acesso em: 12 jan. 2021.

OLIVEIRA, G. P. **Rede Certific e Proeja FIC**: A formação inicial e continuada de pescadores no município de São Borja – RS. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2014.

OLIVEIRA, R. G. **Pescadoras tradicionais técnicas em pesca, “entendem se incluídas” pela política pública do ProEJA?** Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Federal Tecnológica do Paraná, 2016.

OLIVEIRA, R. G.; URBANETZ, S. T. Comunidades tradicionais, a construção curricular e a valorização dialógica com saberes. **RETEC**, Ourinhos, v. 14, n. 1, p. 47-66, jan./jun., 2021.

PEREIRA, J. A. G. **Lavrador e Pescador**: O seguro – defeso e a reprodução social em uma localidade no interior do Pará. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Universidade Federal do Pará, 2014.

PINTO, J. M. As Esperanças Perdidas da Educação de Jovens e Adultos com o Fundeb. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, n. 14, 2021.

PROCÓPIO, D. F. Educação, modernidade e pesca artesanal: uma análise na comunidade pesqueira de bom despacho, ilha de Itaparica – BA. **Anais [...]**. V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2020.

REINHOLTZ, F. **A reconfiguração dos sujeitos da EJA no campo: o caso da EMEFM Mariano Ferreira de Nazareth**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

ROSSINI, N.; ROTTA, E.; BORKOVSKI, A. Políticas públicas sociais e desenvolvimento: tecendo relações. In: ROTTA, E.; LAGO, I. C.; JUSTEN, A. F.; SANTOS, M. (eds.). **Conhecimento em rede**: desenvolvimento, cooperação e integração regional em território de fronteira – Rede CIDIR: 10 anos [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2019; p. 487-503. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/46trp/pdf/rotta-9786586545432-36.pdf>. Acesso em: 28 maio 2021.

SANTOS, A. **Seguro desemprego**: avaliação sobre o seguro ao trabalhador forma e o seguro-defeso. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, R. Jovens e adultos com baixa escolaridade, oferta de EJA e desigualdades nas chances de conclusão do ensino fundamental e do médio. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, Brasília, v. 1, p. 143-174, 2019.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr., 2007.

SILVA, C. **Um cardume de conhecimentos nas práticas de pesca artesanal: Alguém vai pescar?** Anais I Congresso- Tocantinópolis, 2017.

SOARES, S. M. **Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o seguro defeso na comunidade Cristo Rei no Carreiro da Várzea – AM**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

STRECK, D.; ADAMS, T. Uma prática de pesquisa participante: análise da dimensão social, política e pedagógica. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 20, n. 44 p. 481-497, set./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/319>. Acesso em: 9 fev. 2022.

ZORZAL, E. **Uma compreensão sobre a presença de estudantes jovens na EJA do Município de Vitória/ES**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ESTUDANTE/PESCADOR/A



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ESTUDANTE/PESCADOR/A.

Pesquisador Responsável: CARLOS FAGNER PEREIRA PIRES
Orientadora: Prof. Dr^a EDNA CASTRO DE OLIVEIRA

Você está sendo convidado (a) a preencher um questionário e participar de rodas de conversas para contribuir no desenvolvimento do Projeto de pesquisa intitulado: **“A ESCOLARIZAÇÃO DE PESCADORES/AS ARTESANAIS NA EJA: RELAÇÕES COM O SEGURO DEFESO NA COMUNIDADE DO PONTAL -MARATAÍZES/ES - 2015 – 2019”**. Tem -se por objetivo coletar informações do coletivo pescador/a artesanal que vive na comunidade Pesqueira do Pontal, para fins de pesquisa de Mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa, Educação, Formação Humana e Políticas Públicas, tendo como pesquisador responsável, CARLOS FAGNER PEREIRA PIRES e como orientadora a Profa. Dr^a EDNA CASTRO DE OLIVEIRA.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável pela pesquisa. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. O trabalho tem por finalidade estudar a relação entre o recebimento do Seguro Defeso e o direito à educação de pescadores/as artesanais que frequentam a escola no ensino fundamental e médio na EJA e moram na comunidade do Pontal.
2. Esperamos contar com sua participação nesta pesquisa, durante as rodas de conversa que serão realizadas na comunidade. Contamos ainda com seu apoio no preenchimento de um questionário de dados pessoais e informações relativas à suas condições de trabalho na relação com a escola.
3. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e

esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO E DE INDENIZAÇÃO

Para participar desta pesquisa você não terá nenhum custo, nem receberá nenhuma benefício financeiro. Caso haja alguma despesa com sua colaboração na pesquisa, você será totalmente ressarcida/ressarcido. Além disso, em qualquer momento e sem nenhum prejuízo você poderá retirar seu consentimento ou interromper sua participação. Sua desistência não trará nenhuma penalidade ou prejuízo.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Novos esclarecimentos serão disponibilizados sempre que solicitados. Suas respostas serão utilizadas para publicações e orientação de políticas públicas de EJA. A Roda de Conversa e a aplicação do questionário serão realizados presencialmente pelo pesquisador. Durante a participação nas Rodas de Conversa, os possíveis riscos que venham a ocorrer, tais como constrangimento ao falar de algum tema ou situação vivida, aparente indisposição ou cansaço, pelo tempo gasto ao responder ao instrumento de pesquisa, pretendem ser minimizados pela criação de um ambiente mais favorável, que seja acolhedor e aberto à escuta, sobre eventuais incômodos a serem compartilhados.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Carlos Fagner Pereira Pires, pesquisador responsável pela pesquisa, telefone: (028) 999862122, e-mail: cfpereirepires@gmail.com.

Declaro ter sido informado/a e estar devidamente esclarecido/a sobre os objetivos do questionário ou da Roda de Conversa. Tenho ciência de que tenho direito de receber uma via deste documento assinada e rubricada em todas as páginas que será enviada pelo pesquisador.

Concordo que os dados obtidos na pesquisa sejam utilizados para publicações e orientação de políticas públicas da EJA no estado. Não restando quaisquer dúvidas a respeito do que foi lido, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa, sendo orientado a guardar uma cópia deste documento. E, por estar de acordo, assino o presente termo para participar da pesquisa.

() Aceito () Não Aceito

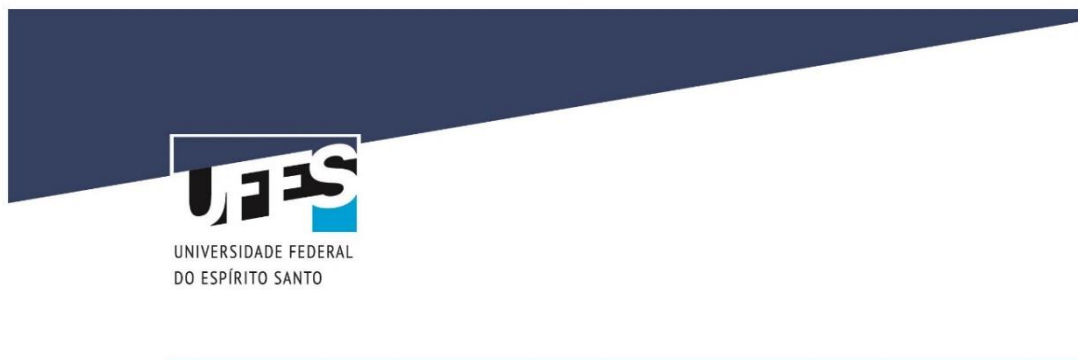
Agradecemos a sua colaboração e cooperação, nos colocamos a disposição para esclarecer qualquer dúvida!

Marataízes, de 2022.

Assinatura do participante

Nome e assinatura do pesquisador

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – ESTUDANTE



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – ESTUDANTE

O presente questionário tem por objeto coletar informações do coletivo pescador/a artesanal que vive na comunidade Pesqueira do Pontal – Marataízes – ES, para a pesquisa de Mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa, Educação, Formação Humana e Políticas Públicas.

Com o TÍTULO: A **ESCOLARIZAÇÃO DE PESCADORES/AS ARTESANAIS NA EJA: RELAÇÕES COM O SEGURO DEFESO NA COMUNIDADE DO PONTAL - MARATAÍZES/ES - 2015 - 2019**, tendo como pesquisador responsável, CARLOS FAGNER PEREIRA PIRES e como orientadora a Profa. Dr^a Edna Castro de Oliveira.

Nome do participante: NÃO É OBRIGATÓRIO

1 – IDADE: () 15 A 25 ANOS ; () 25 A 50 ANOS; () 50 A 60 ANOS () MAIS DE 60 ANOS

2 – GÊNERO: () MASCULINO () FEMININO () OUTROS

3 – É PESCADOR/A ARTESANAL? () SIM () NÃO

4 – RECEBE O SEGURO DEFESO? () SIM () NÃO

5 – GRAU DE ESCOLARIDADE:

() FUNDAMENTAL 1 INCONPLETO;

() FUNDAMENTAL 1 COMPLETO;

() FUNDAMENTAL 2 INCOMPLETO

() FUNDAMENTAL 2 COMPLETO

- () MÉDIO INCOMPLETO
- () MÉDIO COMPLETO
- () SUPERIOR

6 – EM CASO DA RESPOSTA FOR ATÉ ENSINO MÉDIO INCOMPLETO, INDIQUE POR QUE ABANDOU A ESCOLA?

7 – A QUANTO TEMPO MORA NA COMUNIDADE PESQUEIRA DO PONTAL? () SEMPRE () MAIS DE 5 () MAIS DE 10 () MAIS DE 20.

8 – OS CONTEÚDOS QUE A ESCOLA DISPONIBILIZA PARA O ESTUDO ESTÃO DE ACORDO COM AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA E DO MUNDO DO TRABALHO?

- () SIM () NÃO () EM PARTE

COMENTÁRIO:

9 – CONSIDERA QUE A ESCOLA QUE VOCÊ OFERECE ATENDIMENTO SATISFATÓRIO QUE CONTRIBUI PARA MELHORAR O SEU GRAU DE ESCOLARIDADE?

- () SIM () NÃO () EM PARTE

COMENTÁRIO:

10 – EM ALGUM TEMPO QUE FREQUENTOU A ESCOLA VOCÊ TEVE QUE INTERROMPER ESTUDO?

- () SIM NÃO ()

PORQUE?

11 – EM CASO DA ABERTURA DA EJA FUNDAMENTAL NA COMUNIDADE DO PONTAL, VOLTARIA A ESTUDAR E TERMINAR O ENSINO FUNDAMENTAL? ()
SIM () NÃO () TALVEZ

Assinatura do Estudante/pescador/a

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Pesquisador Responsável: CARLOS FAGNER PEREIRA PIRES

Orientadora: Prof. Dr^a EDNA CASTRO DE OLIVEIRA

Você está sendo convidado (a) a participar do preenchimento de questionário para contribuir no desenvolvimento do Projeto de pesquisa intitulado: “**A ESCOLARIZAÇÃO DE PESCADORES/AS ARTESANAIS NA EJA: RELAÇÕES COM O SEGURO DEFESO NA COMUNIDADE DO PONTAL -MARATAÍZES/ES - 2015 – 2019**”. Tem -se por objetivo coletar informações dos profissionais da educação que estão ligados diretamente na escolarização desse coletivo, para fins de pesquisa de Mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa, Educação, Formação Humana e Políticas Públicas.

Você tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer momento, sem penalização alguma. Novos esclarecimentos serão disponibilizados sempre que solicitados. Suas respostas serão utilizadas para publicações e orientação de políticas públicas de EJA. O questionário será realizado presencial definido pelo pesquisador. Lembramos que não precisa responder a todas as questões propostas, somente aquelas em que se sentir confortável, podendo se retirar da pesquisa a qualquer momento.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO E DE INDENIZAÇÃO

Para participar desta pesquisa você não terá nenhum custo, nem receberá nenhuma benefício financeiro. Caso haja alguma despesa com sua colaboração na pesquisa, você será totalmente ressarcida/ressarcido. Além disso, em qualquer momento e sem nenhum prejuízo você poderá retirar seu consentimento ou interromper sua participação. Sua desistência não trará nenhuma penalidade ou prejuízo. Mesmo assim, caso sofra qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, possui o direito de buscar indenização.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Caso haja alguma dúvida em relação a pesquisa ou para informar sobre algum desafio encontrado no decorrer do processo, ou apresentar alguma sugestão você pode comunicar com pesquisador Carlos Fagner Pereira Pires, pelo telefone: (28) 999862122 ou pelo e-mail: carlosfagnerpp@hotmail.com Se houver caso de denúncia e/ou mudanças no percurso da pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa pessoalmente ou pelo correio, no endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória-ES, CEP 29075-910, *Campus* Goiabeiras, Sala 7 do Prédio Administrativo do CCHN/Ufes. Pode ainda acionar este Comitê pelo telefone (27) 3145-9820 ou pelo e-mail cep.goiabeiras@gmail.com.

*Obrigatório

Declaro ter sido informado/a e estar devidamente esclarecido/a sobre os objetivos do questionário. Recebi esclarecimentos para garantir a total confidencialidade e sigilo, sendo também disponibilizado novos esclarecimentos sempre que solicitados. Tenho ciência de que tenho direito de receber uma via deste documento assinada e rubricada em todas as páginas que será enviada pelo pesquisador.

Concordo que os dados obtidos na pesquisa sejam utilizados para publicações e orientação de políticas públicas da EJA no estado. Não restando quaisquer dúvidas a respeito do que foi lido, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa, sendo orientado a guardar uma cópia deste documento. E, por estar de acordo, assino o presente termo ao aceitar participar da pesquisa.

Aceito Não Aceito

Agradecemos a sua colaboração e cooperação, nos colocamos a disposição para esclarecer qualquer dúvida!

Assinatura do profissional de educação

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO – PROFESSORES/AS, COORDENADORES/AS, DIRETOR/AS



QUESTIONÁRIO – PROFESSORES/AS, COORDENADORES/AS, DIRETOR/AS

O presente questionário tem por objeto coletar informações de **PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM NA Educação de Jovens e adultos em Marataízes/ES**, para fins exclusivamente de pesquisa que está sendo desenvolvida pelo projeto de Mestrado intitulado “ **A ESCOLARIZAÇÃO DE PESCADORES/AS ARTESANAIS NA EJA: RELAÇÕES COM O SEGURO DEFESO NA COMUNIDADE DO PONTAL - MARATAÍZES/ES - 2015 - 2019** , tendo como pesquisador responsável CARLOS FAGNER PEREIRA PIRES, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa, Educação, Formação Humana e Políticas Públicas. Os dados recolhidos serão de uso exclusivo do pesquisador, manterão o sigilo dos informantes e poderão ser utilizados para publicação de artigos.

Orientadora Responsável: Prof.^a Dr.^a Edna Castro de Oliveira

Nome do participante: não é obrigatório

DADOS PESSOAIS

1 – IDADE: () 20 A 25 ANOS ; () 25 A 50 ANOS; () 50 A 60 ANOS () MAIS DE 60 ANOS

2 – GÊNERO: () MASCULINO () FEMININO () OUTROS___

3 – FORMAÇÃO SUPERIOR: () SIM () NÃO

EM CASO DE SIM, INFORME A ÁREA E DISCIPLINA:

4 – QUANTO TEMPO TRABALHA NA EJA: () 0 A 5 ANOS

() 5 A 10 ANOS () 10 A 20 ANOS () MAIS DE 20 ANOS

5 – POSSUI ALGUM CURSO OU FORMAÇÃO NA EJA: () SIM () NÃO

No caso positivo comente sobre: _____

6 – O MUNICÍPIO OU ESTADO OFERECE CURSOS DE FORMAÇÃO NA EJA: () SIM () NÃO

Em caso positivo ou negativo comente sobre

7 – EXISTE NO CURRÍCULO DA ESCOLA OU NO PPP PREOCUPAÇÃO EM CONSIDERAR OS CONHECIMENTOS E SABERES DOS ESTUDANTES QUE SÃO PESCADORES/AS ARTESANAIS: () NÃO () SIM

COMENTÁRIO:

8 – COMO PROFESSOR (A), REALIZA PLANEJAMENTO DIFERENCIADO PARA OS ESTUDANTES QUE SÃO PESCADORES/AS ARTESANAIS?

() SIM () NÃO

COMENTÁRIO: _____

9 – NA SUA EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES PESCADORES/AS ARTESANAIS TEM OBSERVADO DIFICULDADES DELES EM PERMANECER NA ESCOLA E CONCLUIR OS ESTUDOS?

() SIM () NÃO

NO CASO DE POSITIVO, QUAIS DIFICULDADES?

10 – CONHECE O PROGRAMA DE SEGURO DESEMPREGO PESCADOR ARTESANAL, MAIS CONHECIDO COMO SEGURO DEFESO? () SIM () NÃO

COMENTÁRIO:

11 – TEM CONHECIMENTO DA MEDIDA QUE SE O PESCADOR/A ARTESANAL RECEBE O SEGURO DEFESO NÃO PODE EXERCER TRABALHO FORMAL?

() NÃO () SIM

COMO AVALIA ESTA MEDIDA DO GOVERNO CONSIDERANDO O VALOR DO SEGURO?

12 – COMO CONSIDERA O PERCURSO DE ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES PESCADORES ARTESANAIS QUE FREQUENTAM A ESCOLA? (pode preencher mais de uma opção)

() ELES/ELAS TEM DIFICULDADE DE ACESSO

() ELES/ELAS PARAM DE FREQUENTAR LOGO QUE ACESSAM

() ELES/ELAS INSISTEM NO PERCURSO MESMO COM DIFICULDADES

() POCOS/POUCAS CONCLUEM AO FINAL COM MUITA DIFICULDADE

() ELES/ELAS CONCLUEM DE FORMA EXITOSA O PERCURSO DE ESCOLARIZAÇÃO BÁSICA

FIQUE À VONTADE PARA COMENTAR
